

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

SIMONE APARECIDA DOS SANTOS

ESTUDO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE LÍNGUA BRASILEIRA DE
SINAIS (LIBRAS)

BELO HORIZONTE
FEVEREIRO
2016

SIMONE APARECIDA DOS SANTOS

ESTUDO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE LÍNGUA BRASILEIRA DE
SINAIS (LIBRAS)

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Ciência da Informação, Escola de
Ciência da Informação, Universidade
Federal de Minas Gerais, como
requisito parcial à obtenção do título
de Mestre em Ciência da Informação.

Linha de pesquisa: Organização e
Uso da Informação.

Orientadora: Marlene Oliveira.

BELO HORIZONTE
Fevereiro
2016



UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

FOLHA DE APROVAÇÃO

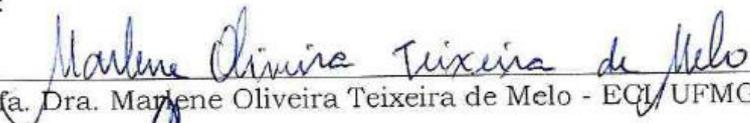
"ESTUDO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)"

Simone Aparecida dos Santos

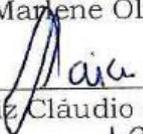
Dissertação submetida à Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos à obtenção do título de **"mestre em Ciência da Informação"**, linha de pesquisa **"Organização e Uso da Informação"**.

Dissertação aprovada em: 29 de março de 2016.

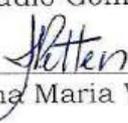
Por:



Prof. Dra. Marlene Oliveira Teixeira de Melo - ECI/UFMG (Orientadora)

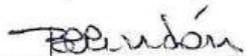


Prof. Dr. Luiz Cláudio Gomes Maia - FUMEC



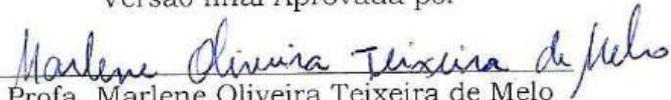
Prof. Dra. Adriana Maria Valladão Novais Van Petten - EEFFTO/UFMG

Aprovada pelo Colegiado do PPGCI



Prof. Beatriz Valadares Cendón
Coordenadora

Versão final Aprovada por



Prof. Marlene Oliveira Teixeira de Melo
Orientadora



UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE **SIMONE APARECIDA DOS SANTOS**,
matrícula: 2014655094

Às 09:00 horas do dia 29 de março de 2016, reuniu-se na Escola de Ciência da Informação da UFMG a Comissão Examinadora aprovada *ad referendum* pela Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação em 09/03/2016, para julgar, em exame final, o trabalho intitulado **Estudo da produção científica sobre Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)**, requisito final para obtenção do Grau de MESTRE em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, área de concentração: Produção, Organização e Utilização da Informação, Linha de Pesquisa: Organização e Uso da Informação. Abrindo a sessão, a Presidente da Comissão, Profa. Dra. Marlene Oliveira Teixeira de Melo, após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Foram atribuídas as seguintes indicações:

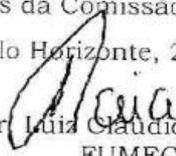
Profa. Dra. Marlene Oliveira Teixeira de Melo - Orientadora	APROVADA
Prof. Dr. Luiz Cláudio Gomes Maia	APROVADA
Profa. Dra. Adriana Maria Valladão Novais Van Petten	APROVADA

Pelas indicações, a candidata foi considerada APROVADA.

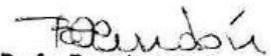
O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pela Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ATA que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

Belo Horizonte, 29 de março de 2016


Profa. Dra. Marlene Oliveira Teixeira de Melo
ECI/UFMG


Prof. Dr. Luiz Cláudio Gomes Maia
FUMEC


Profa. Dra. Adriana Maria Valladão Novais Van Petten
EBFFTO/UFMG


Profa. Beatriz Valadares Cendon
Coordenadora do Programa de
Pós-Graduação em Ciência da
Informação - ECI/UFMG

Obs: Este documento não terá validade sem a assinatura e carimbo da Coordenadora

DEDICATÓRIA

A todas as pessoas com deficiência que, apesar do preconceito, conseguem superar as condições adversas. Essas pessoas que mesmo sendo, o tempo todo, empurradas para debaixo do tapete, teimam em buscar novos espaços.

Para todos os surdos que falam com as mãos, usando essa língua rica e maravilhosa que é a Libras. Dentre eles o Felipe, surdo que vem superando os obstáculos.

Dedico este trabalho também a todos que lutam para que as pessoas com deficiência tenham as mesmas oportunidades que as demais pessoas. Em especial a minha amiga Malu.

Finalmente dedico este trabalho ao novo tempo que se aproxima em que o amor vai predominar e poderemos enfim, viver como irmãos.

AGRADECIMENTOS

À Deus que tudo nos oferece e, que, apesar do tanto de erros que cometemos, confia em nossa capacidade de evolução.

Aos meus pais Izabel e Geraldo por me darem a vida na terra, pelo carinho e amor. Por todas as coisas que deixaram de fazer para me proporcionar mais oportunidades.

Ao meu companheiro Maurício pela sua disponibilidade, coração de ouro, e constante ajuda em todos os momentos da minha vida.

Ao Thiago pelas conferências noturnas e diurnas, nós dois unidos por micros. Você se saiu um ótimo revisor, atento aos detalhes.

Ao Alan pela ajuda em várias etapas do trabalho. O Skype nos proporcionou a ligação direta: Catalão – BH. Vou me lembrar sempre do “Amém”.

Aos meus netos João e Heitor pelo milagre diário da existência de vocês. Vocês foram tesouros colocados no meu caminho que mostram que existe esperança para esse mundão de meu Deus.

À minha nora Andreia por sua constante preocupação com meu bem estar.

À minha nora Fernanda que esteve junto comigo desde o início da jornada de análise dos dados. Por dedicar seu tempo a mim, apesar de estar preparando o seu casamento.

Aos meus irmãos e irmãs, sobrinhos, cunhadas, e cunhado, pelo incentivo. À Thayna, minha sobrinha “portuguesa”, que me auxiliou na coleta de dados.

À minha orientadora, Professora Marlene Oliveira por me conduzir por esta estrada complexa que é o mestrado. Acima de tudo por ter aceitado o desafio de trabalhar com a Libras.

À Professora Adriana Valadão, Luiz Maia e Terezinha por aceitar meu convite para participar desse momento e compartilhar comigo os seus conhecimentos.

Às Professoras Cida e Terezinha da ECI, pelas dicas. Aos professores e professoras das disciplinas do mestrado pela contribuição.

Ao Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação (ECI) da Universidade Federal de Minas Gerais, pela acolhida da pesquisa, e aos servidores da Escola de Ciência da Informação pela atenção em especial a Lucimary e Gisele.

Aos meus colegas da turma de mestrado, particularmente à turma do fundão Neide Nativa e Giordane pelas parcerias.

Ao meu amigo Cantídio que inaugurou para mim essa época de estudos da pós, quando quase me obrigou a parir um projeto de especialização da noite para o dia. Agora na hora de fechar o ciclo você novamente está comigo. Nada do que eu diga vai mostrar o quanto sua ajuda foi fundamental. Principalmente no momento em que minha cabeça se tornou um caos.

À minha amiga Fátima pelo incentivo e pela ajuda.

À minha amiga Lucinéia agradeço principalmente pelo empenho para que eu obtivesse sucesso no processo de preparação para a entrada no mestrado. Posteriormente por participar da banca de qualificação. Jamais me esquecerei de que é preciso “brilhar as painéis”.

Aos meus amigos Wellington, Anália e Maria Flávia pelo companheirismo ao longo das batalhas com meus trabalhos.

Às minhas amigas, Filó e Rosário, pelo carinho, paciência e pela fé em mim, mesmo quando eu não acreditava que conseguiria enfrentar o mestrado.

À minha amiga Clénice, pela revisão da dissertação, pelas dicas e por me amparar nos momentos de crise.

À Equipe da Biblioteca da Faculdade de Farmácia pelo apoio e paciência com minhas turbulências.

À Diretoria da Faculdade de Farmácia pelo apoio.

Aos meus amigos Malu e Felipe por tudo. Pelo exemplo que mostra que a luta pela inclusão vale a pena.

À Célia, CAC, por ter conseguido para a UFMG um curso de Libras e com isso me inserido nesse mundo encantado das mãos que falam.

Aos meus professores de Libras: Rosana, Cristiano, Rodrigo e Marcos, e demais educadores desta língua maravilhosa, pelos ensinamentos.

Às minhas anjas da guarda que sempre cuidam de mim com toda dedicação e me intuem com sabedoria.

À minha professora de Pilates, Hebem, por cuidar do meu corpo e do meu espírito desatando os nós que a pressão cria nas idas e vindas da vida da nossa caminhada.

Ao povo brasileiro que com suas contribuições financeiras permitem a manutenção de universidades de qualidade como a UFMG.

Por fim agradeço ao “Zeuzos”, como diz o Heitor. Buldogue francês, pela companhia nas madrugadas, pelos roncos e pela alegria, bem pertinho de mim.

EPÍGRAFE

*"Viver, e não ter a vergonha de ser feliz
Cantar, e cantar, e cantar
A beleza de ser um eterno aprendiz
Ai, meu Deus
Eu sei (Eu sei)
Que a vida devia ser bem melhor e será
Mas isso não impede que eu repita
É bonita, é bonita e é bonita." Gonzaguinha*

RESUMO

Análise da produção de artigos científicos sobre o tema Língua Brasileira de Sinais (Libras) no período de 1987 a 2014. A escolha do período ocorreu em função da comparação entre a produção de artigos sobre o tema antes e depois da promulgação da Lei nº 10.436/2002, que reconheceu a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio de comunicação dos surdos. A metodologia adotada foi de cunho quantitativo, com a adoção de técnicas bibliométricas para medir a produção em Libras. A pesquisa teve como *corpus* de investigação a citada produção científica declarada pelos pesquisadores em seus respectivos currículos disponibilizados na Plataforma *Lattes*. Foram identificados 102 autores e 241 artigos de periódicos. Verificou-se um aumento de títulos de doutores após a promulgação da Lei de Libras. Os títulos de periódicos que mais publicaram artigos sobre Libras estão ligados à instituição especializada como o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), Linguística, Estudos Linguísticos e Educação. Mesmo em uma temática com pouco tempo de existência constatou-se significativo crescimento na publicação de artigos sobre o tema, cerca de 417%, após a promulgação da Lei de Libras. Portanto, conclui-se que ocorreu um reflexo positivo para o desenvolvimento da área depois da promulgação da Lei de Libras.

Palavras-chave: Técnicas bibliométricas; Língua Brasileira de Sinais (Libras); medição de informação.

ABSTRACT

The scientific production of Brazilian Sign Language (Libras) present in Lattes curriculum of CNPq. The production of scientific papers on the subject Brazilian Sign Language (Libras) from 1987 to 2014 has been analysed. The timeframe was chosen due to the need to compare the articles published on the subject before and after the enactment of law No. 10.436 / 2002, which recognized the Brazilian Sign Language (Libras) as a means of communication of the deaf. The methodology used was quantitative, with the adoption of bibliometric techniques to measure production in pounds. The research was corpus investigation cited scientific production declared by the researchers in their respective curriculum available in the Lattes Platform. They identified 102 authors and 241 journal articles. The titles of journals that published articles about Libras are linked to specialized institution such as the National Institute of Dead Education (INES), Linguistic, Linguistic and Education. Even in a subject with little time of existence found a significant increase in the publication of articles on the subject, about 417% after the enactment of Libras law. Therefore, it is concluded that there was a positive impact to the development of the area after the promulgation of the law.

Keywords: bibliometric techniques; Brazilian Sign Language (Libras); information measurement..

Keywords: bibliometric techniques; Brazilian Sign Language (LIBRAS); information measurement.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Processo de produção e comunicação na ciência	11
Figura 2 - Diagrama da inter-relação entre os quatro subcampos	26
Figura 3 - Deficiência e regiões do Brasil – 2010.....	38
Figura 4 - Total de pessoas com deficiência por estado no Brasil	39
Figura 5 - Taxas de alfabetização: pessoas com e sem deficiência - Brasil	39
Figura 6 - Nível de instrução	40
Figura 7 - Barreiras e tipos de políticas.....	42
Figura 8 - Autores com maior frequência de publicação	77
Gráfico 1 - Acessos - Periódicos da CAPES: evolução de 2004-2013.....	16
Gráfico 2 - Gênero.....	61
Gráfico 3 - Evolução da participação percentual de concluintes em curso de graduação (presencial e a distância) por sexo – Brasil – 2001-2010.....	62
Gráfico 4 - Grande Área – Graduação.	64
Gráfico 5 - Cronologia das defesas de dissertações	64
Gráfico 6 - Instituição da Titulação Mestrado	65
Gráfico 7 - Ano da titulação doutorado.....	68
Gráfico 8 - Instituições do doutoramento.....	69
Gráfico 9 - Titulação máxima percentual - Instituição.....	70
Mapa 1 - Total de acessos ao Portal de Periódicos da Capes por Estado.....	17
Quadro 1 - Surgimento de instituições científicas	15
Quadro 2 - Comunicação oral - Comunicação escrita.....	21
Quadro 3 - Principais vantagens e limitações do índice-h.....	25
Quadro 4 - Leis da Bibliometria – síntese	28
Quadro 5 - Pessoas com deficiência – percentual	37
Quadro 6 - Titulação: Doutorado/Ano.....	66
Quadro 7 - Titulação Máxima - Grande Área.....	71
Quadro 8 - Periódicos com taxa de publicação ≥ 5 artigos	74
Quadro 9 - Escopo/Área.....	74

Quadro 10 - Distribuição de artigos por Instituição e por Região	75
Quadro 11 - Identificação dos periódicos que mais publicaram	76
Quadro 12 - Distribuição cronológica da publicação dos artigos.....	77

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Graduação – Grande Área	63
Tabela 2 - Distribuição de artigos por autor principal.	76

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHCI	<i>Arts & Humanities Citation Index</i>
ASL	Língua de Sinais Americana
BCSV	Sociedade Americana de Biologia Celular
Brapci	Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAS	Centros de Formação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez
CCN	Catálogo Coletivo Nacional
CID	Classificação Internacional de Doenças
CIF	Classificação Internacional de Funcionalidade, Deficiência e Saúde
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
ERIH PLUS	<i>European Reference Index for the Humanities and the Social Sciences</i>
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FENEIS	Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos
GEOCAPES	Sistema de Informações Georreferenciadas
GSM	<i>Google Scholar Metrics</i>
IBC	Instituto Benjamin Constant
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ICIDH	Classificação Internacional de Lesão, Deficiência e Handicap
INES	Instituto Nacional de Educação dos Surdos
ISI	<i>Institute for Scientific of Information</i>
ISSN	<i>International Standard Serial Number</i>
JCR	<i>Journal Citation Reports</i>
Latindex	<i>Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal</i>

LGP	Língua Gestual Portuguesa
Libras	Língua Brasileira de Sinais
LSKB	Língua de Sinais Urubu-Kaapor
NIF	Fator de Impacto Normalizado
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PUCSP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SCI	<i>Science Citation Index</i>
SciELO	Scientific Electronic Library Online
SEER	Sistema Eletrônico de Editoração de Revista
SJR	<i>SCImago Journal Rank</i>
SSCI	<i>Social Citation Index</i>
UCPel	Universidade Católica de Pelotas
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPel	Universidade Federal de Pelotas
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRG	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
ULBRA	Universidade Luterana do Brasil
UnB	Universidade de Brasília
UNESP	Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
UNICAMP	Universidade de Campinas
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
UNIMEP	Universidade Metodista de Piracicaba

UNISINOS

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

UPIAS

Lesados Físicos contra a Segregação

USP

Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	11
1.2 Justificativa.....	12
1.3 Objetivos	13
1.3.1 Objetivo geral	13
1.3.2 Objetivos específicos:.....	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1 Panorama da Produção Científica Brasileira.....	14
2.1.2 Comunicação científica	18
2.1.3 A Bibliometria e estudos métricos	22
2.2 Abordagem sobre a deficiência	29
2.2.1 As pessoas com deficiência no Brasil	32
2.2.2 Deficiente auditivo x surdo: o diferencial	46
2.3 Língua de Sinais.....	49
2.3.1 Língua Brasileira de Sinais: Libras	52
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	55
3.1 Procedimentos de coleta de dados	56
3.2 Procedimentos de análise de dados	58
3.3 Limitações da pesquisa	58
4 ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS	61
4.1 Identificação dos Pesquisadores.....	61
4.1.1 Formação acadêmica.....	62
4.2 Produção científica de artigos de periódicos sobre Libras	72
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERÊNCIAS.....	81

ANEXO A – LEI Nº 10.436	89
ANEXO B – IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL	90
APÊNDICE A – LISTA DOS AUTORES - ORDEM ALFABÉTICA	96
APÊNDICE B – Lista Titulação Máxima + Qualificação	99
APÊNDICE C – Títulos dos periódicos que publicaram sobre o tema Libras.	101
APÊNDICE D – Lista das Instituições editoras.....	104
APÊNDICE E – Lista dos artigos – autor principal e data	105

1 INTRODUÇÃO

A produção científica é o principal resultado da atividade científica. Conforme Ziman (1979) o resultado de pesquisa, ao ser publicado, ascende o nível de conhecimento público, reconhecido e legitimado pela comunidade científica. Os principais produtos da ciência são: o livro, capítulos de livro, artigos de periódicos, comunicados em congressos, dissertações, teses e dissertações. A produção científica tem sido estudada para medir o desenvolvimento científico de um país e de uma instituição. É usada para avaliação em agências de fomento a pesquisa e, também por universidades públicas para analisar o desempenho de seus pesquisadores. Na Ciência da Informação é aplicada principalmente nos estudos de Comunicação Científica e de Bibliometria para analisar e medir a produção científica de uma área científica, de um pesquisador, de um grupo de pesquisa, de uma área científica ou de uma temática.

O estudo da comunicação científica oferece princípios e conceitos para a atuação do profissional nos contextos de produtividade científica. Além disso, o estudo da comunicação científica é valioso para o próprio entendimento do que é a ciência. Conforme Alvarenga (2000, p. 123) “resultados de pesquisas, que têm por objeto a comunicação científica, podem ser vistos como subsídios para os estudos epistemológicos e arqueológicos no conhecimento de campos disciplinares constantes do sistema dos saberes.”

Castro (2009) cita outros processos inerentes à disseminação da pesquisa:

No momento em que o pesquisador atinge um novo conhecimento, precisa comunicá-lo aos seus pares. Esta fase se faz necessária mediante a intensificação do processo de comunicação do pesquisador com a sua comunidade científica. Desta forma, os processos de comunicação desempenham papel essencial para o reconhecimento do conhecimento produzido por meio da ampla difusão que o processo de comunicação científica pode permitir. (CASTRO, 2009, p. 21).

Ainda de acordo com o autor, “a produção científica deve ser entendida como parte da atividade científica”. Este encadeamento de atividades foi

identificado pelo autor a partir da Ciência e da Comunicação Científica e está representado na FIGURA 1.

Figura 1 - Processo de produção e comunicação na ciência



Fonte: Castro, 2009, p. 23.

O aspecto social da pesquisa científica se dá a partir da interação entre os pares e, nesse contexto, “a comunicação científica é uma das formas que permite a confirmação, validação e construção de novos conhecimentos, tanto de um único pesquisador como de um grupo de cientistas” conforme ressaltado por Castro (2009, p.21).

Para Ravelli *et al* (2009, p. 507) “a bibliometria vem sendo usada nas diversas áreas do conhecimento como metodologia para a obtenção de indicadores de avaliação da produção científica”, contribuindo assim para o reconhecimento do conhecimento produzido conforme citado por Castro (2009).

Neste cenário, a presente pesquisa, à luz da comunicação científica, utilizou técnicas bibliométricas para identificar a produção científica declarada pelo pesquisador no Currículo Lattes sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras), no período de 1987 a 2014.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Houve crescimento científico sobre Libras a partir da Lei n. 10.436¹ de 24 de abril de 2002?

¹ Lei na íntegra no ANEXO A

Estudos anteriores consideravam que publicações sobre temáticas relacionadas aos surdos na área da Ciência da Informação eram escassas, o que foi detectado em levantamento bibliográfico realizado na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci):

A análise dos dados referentes ao levantamento de artigos sobre surdos na base BRAPCI revelou que na Ciência da Informação poucos pesquisadores tem se debruçado sobre este objeto de estudo. Verificou-se que a maior parte dos artigos enfocava a educação de surdos e que a maioria dos autores era da área da educação. A revista onde mais se publicou é uma revista que, pelo título, transita entre a educação e as tecnologias de informação, o que talvez explique sua presença na base BRAPCI. (CARDOSO e LIMA 2013, p. 7).

1.2 Justificativa

O papel primordial da publicação científica é inegável, sendo considerada como uma eficaz e oportuna maneira de disseminar resultados de pesquisa, bem como resguardar os direitos de propriedade dos achados do autor. (MOREIRA, 2000). Nessa condição, segundo a autora, os artigos veiculados por meio dos periódicos, que em grande medida contam com equipe especializada e respaldo dos pares, se constituem em canais de comunicação muito valorizados pela comunidade científica.

Nesse contexto, com a identificação e análise da produção científica, especificamente de artigos sobre Libras, espera-se, com este trabalho, contribuir para dar mais visibilidade a um tema ainda pouco estudado pela área da Ciência da Informação.

Assim considera-se também que o reconhecimento da Libras ainda é recente, estudos sobre essa língua podem promover a colaboração entre os pesquisadores envolvidos com o tema. Nesse sentido a produção científica, como *corpus* da pesquisa pode contribuir para subsidiar ações e diagnosticar obstáculos às pesquisas.

Outro aspecto a ser enfatizado é o papel das universidades em suscitar o debate sobre temas demandados pela sociedade inserindo-os em seu fazer acadêmico com a adoção de medidas como “cursos, seminários e publicações para aprimorar, sensibilizar e atualizar universitários”. (VIVARTA, 2003, p. 154).

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo geral

Identificar a produção científica sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras), no período de 1987 a 2014, a luz da Ciência da Informação.

1.3.2 Objetivos específicos:

- levantar a produção científica relacionada à Libras no Brasil;
- identificar os pesquisadores que publicam sobre o tema;
- elencar as instituições de origem desses pesquisadores;
- identificar os periódicos que publicam sobre o tema;
- identificar as áreas em que se concentram estes periódicos;
- avaliar o impacto da oficialização da Libras na produção científica.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

No marco teórico desta pesquisa foram abordados alguns autores e estudos da Comunicação Científica e Estudos Bibliométricos, teóricos e aplicados. Para conhecimento da área estudada apresentam-se alguns entendimentos sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras). Contextualizando essa pesquisa sobre a produção de artigos sobre Libras, apresenta-se um resumo da produção científica brasileira.

2.1 Panorama da Produção Científica Brasileira

Para descrever e analisar algumas características da produção científica brasileira serão apresentados dados relativos ao seu desenvolvimento e inserção internacional.

A análise do desenvolvimento científico ocorrido no Brasil sugere uma publicidade tardia do conhecimento, uma vez que até 1808, a opinião pública era restrita à corte e às casas das grandes propriedades rurais, predominantemente por meio da comunicação oral. (BARRETO, 1998, p.124).

Em grande medida, esse atraso foi, segundo Barata (2010), causado pela relação da Colônia com Portugal, uma vez que o Império tentava frustrar qualquer iniciativa que pudesse fomentar a independência do Brasil. Para a autora, o estímulo para institucionalização da ciência no país ocorreu no fim do século XIX:

A ciência brasileira era produzida de modo isolado, dentro de cada instituição. Isso começaria a mudar no final do século XIX, quando há grandes transições políticas e econômicas, reflexo do fim da monarquia e estabelecimento da república e que exige que se criem condições sanitárias nas cidades que se urbanizavam rapidamente e que recebiam grandes levas de imigrantes que substituíam a mão-de-obra escrava, abolida em 1888. Dentre as iniciativas mais relevantes dessa nova fase está a criação de inúmeros institutos de pesquisa que dá novo fôlego à ciência nacional com focos voltados ao desenvolvimento agropecuário, urbano e de saúde pública. (BARATA, 2010, p. 28).

Ainda de acordo com o autor, o fortalecimento dessas instituições associado ao crescimento econômico trazendo a reboque a demanda por mão-de-obra especializada, foi a base para o surgimento das universidades no país,

que impactaram fortemente o desenvolvimento científico brasileiro, além de outras instituições de apoio e desenvolvimento de pesquisa. (BARATA, 2010). (QUADRO 1).

Quadro 1 - Surgimento de instituições científicas

Instituição	Ano	Nome atual
Universidade do Rio de Janeiro	1920	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Universidade de Minas Gerais	1927	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Universidade de São Paulo (USP)	1934	Universidade de São Paulo (USP)
Academia Brasileira de Ciências (ABC)	1948	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC);
Conselho Nacional de Pesquisa	1951	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Fonte: adaptado de Barata, 2010, p. 30.

Complementando esta lista, ainda em 1951, foi criada a Companhia Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, que pretendia formar técnicos de alto nível para atender a demanda de um Estado em expansão. Posteriormente a instituição recebeu o nome de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), e em 2009, tem seus objetivos ampliados passando também “a induzir e fomentar a formação inicial e continuada de professores para a educação básica”. (CAPES, 2015). Essa mudança ocorrida durante o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi homologada pela Lei nº 11.502/2007, de 11 de julho, quando é comemorado o aniversário da Coordenação.

Os papéis da Capes, CNPq e SBPC foram determinantes na rede de instituições de ensino superior que se estruturava naquela época, corroborando para a consolidação da comunidade científica, e permitindo ao “país demonstrar sua capacidade de produzir e utilizar conhecimento científico e tecnológico”. (SBPC, 2015).

Com relação a Capes, cabe mencionar que, o presidente eleito em 1990, Fernando Collor de Melo, em 15 de março de 1990, assinou uma medida provisória extinguindo a Capes. Entretanto, a mobilização realizada nas universidades pelas Pró-Reitorias de Pesquisa e Pós-Graduação, apoiadas

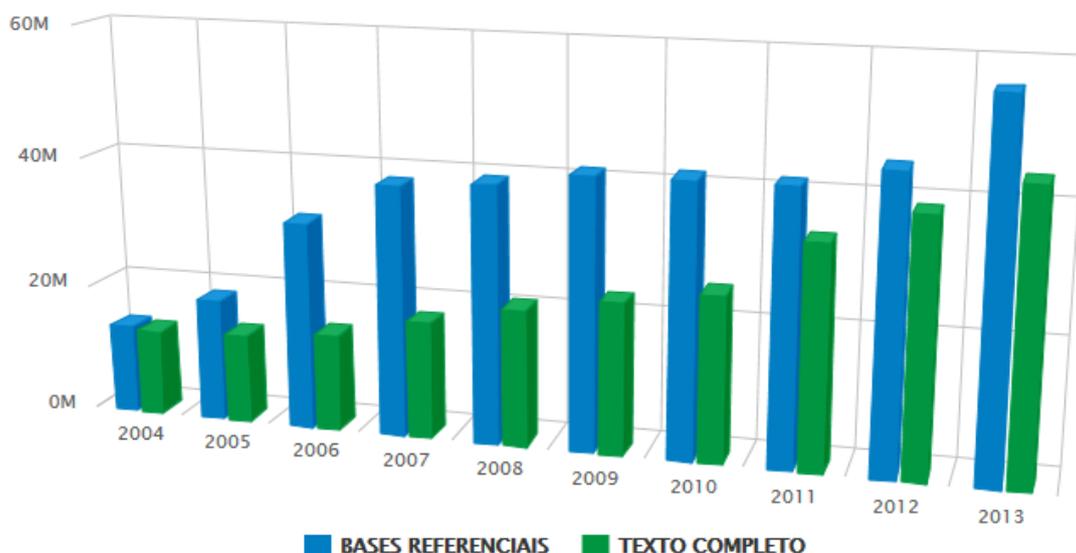
pelo Ministério da Educação, reverteram a situação e, ainda em 1990, a Lei nº 8.028, recriou a Capes. Esse episódio da “recriação” da Capes mostra a reconhecida importância desta instituição para o desenvolvimento científico brasileiro. (CAPES, 2014).

Um dos maiores investimentos da Capes para o desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro foi o lançamento em 2000, do Portal de Periódicos Científicos que

reúne em um único espaço virtual as melhores publicações do mundo; acesso a conhecimento atualizado – recuperação em tempo real; democratização do acesso à informação: do Norte ao Sul do país; inserção internacional do conhecimento científico: acesso direto à produção dos autores, periódicos e sociedades internacionais mais conceituados da sua área, garantindo densidade à sua produção acadêmica. Conhece ainda o funcionamento da Ciência Mundial dentro da sua área de atuação. (CAPES, 2014).

O papel do Portal de Periódicos, nas instituições de ensino superior no país, pode ser avaliado considerando-se a evolução do número de acessos. Em 2013 o número de acessos chegou a quase 60 milhões, conforme pode ser visualizado no GRÁFICO 1, a seguir.

Gráfico 1 - Acessos - Periódicos da CAPES: evolução de 2004-2013

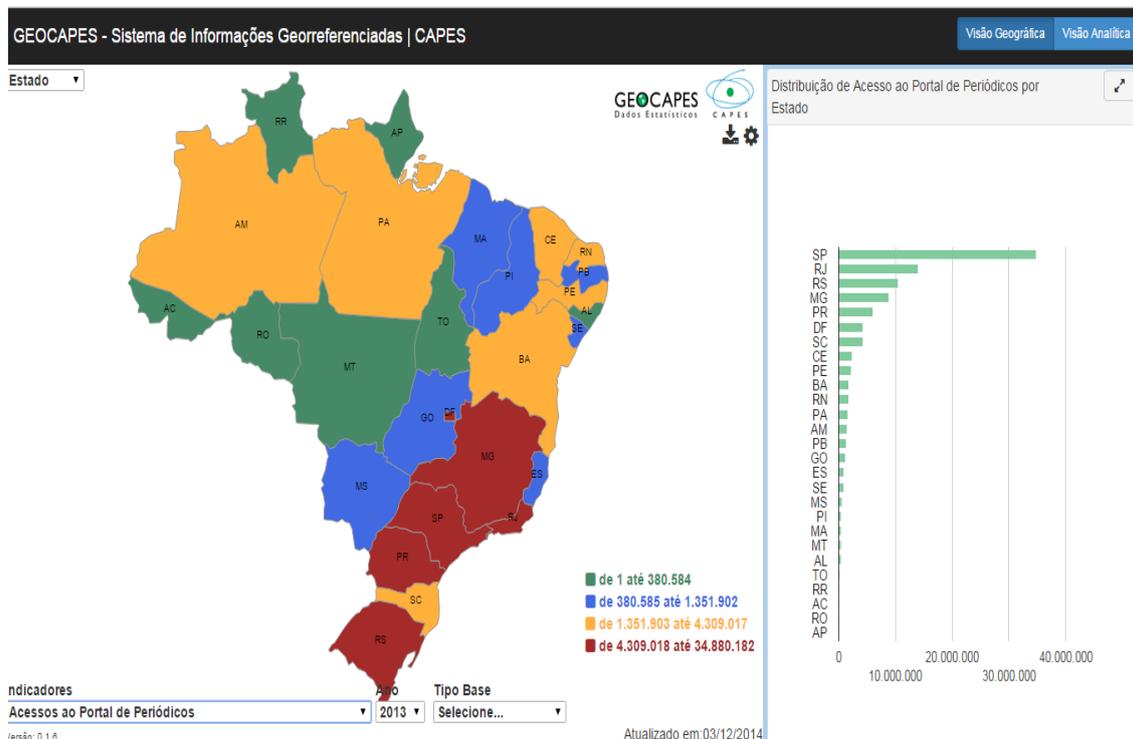


Fonte: Capes, 2015.

A distribuição dos acessos pelo território nacional indica a predominância das regiões Sudeste e Sul, com destaque para os Estados de

São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul. (MAPA 1).

Mapa 1 - Total de acessos ao Portal de Periódicos da Capes por Estado



Fonte: GEOCAPES, 2015.

No quesito quantitativo de periódicos produzidos no Brasil, pode-se afirmar que a

lista de revistas que buscam cobrir e divulgar informações de caráter científico no Brasil atinge a casa de alguns milhares; um dispersivo processo de fragmentação e nivelamento inferiorizado da nossa ciência. Desse exagerado número de revistas, em 2012, somente 167 estão indexadas na Base ISI e 289 na Base Scopus, as quais podem dar verdadeiramente a dimensão da internacionalização da boa ciência produzida por pesquisadores brasileiros e divulgadas em bons periódicos nacionais. (ALMEIDA, 2013, p. 23).

Em relação à produção de artigos, Almeida (2013), cita que foram publicados 1.911 artigos em 1981 e que em 2009 esses números chegaram a casa de 30.135 artigos e 1.329 artigos de revisão. Esse panorama fez com que o Brasil assumisse “o 13º lugar no ranking entre os países com o maior número de artigos científicos publicados e 15º lugar na produção de artigos de revisão”. (ALMEIDA, 2013, p. 127).

Em âmbito nacional a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), desde 1998,

desenvolve, com base em recomendações metodológicas internacionais, estimativas a partir de levantamentos periódicos junto às instituições do sistema estadual de CT&I, de registros administrativos e de tabulações produzidas por instituições especializadas. (FAPESP, 2015).

2.1.2 Comunicação científica

A Comunicação científica é vista por Garvey (1979) como o coração da Ciência. Ela faz parte de todo o processo de construção de conhecimentos. A necessidade de interação entre pesquisadores de uma determinada área estariam ligadas à necessidade de discussão dos novos conhecimentos. Tal interação só foi possível com a garantia da divulgação de informação, o que acabou criando as condições básicas para o surgimento das sociedades científicas ou academias. (MEADOWS, 1999).

Conforme Meadows (1999), a definição do que viria a ser uma academia ou sociedade dependia de alguns fatores, embora tanto as sociedades quanto as academias estivessem imbuídas do mesmo objetivo, ou seja, ambas tinham como ponto central a transmissão de conhecimento.

Com as antigas sociedades científicas nasceram também o protótipo do periódico científico de hoje. Conforme Stumpf (1996)

As primeiras duas revistas surgiram no ano de 1665, com dois meses de diferença de início de publicação entre uma e outra. O periódico francês ***Journal des Sçavants*** começou a ser publicado em Paris, semanalmente, a partir de 6 de janeiro daquele ano, e foi o primeiro a prover informações regulares sobre a ciência, disseminando relatos de experimentos e observações em física, química, anatomia e meteorologia. O *Philosophical Transactions da Royal Society of London*, começou a ser publicado em 6 de março de 1665 e é considerado o protótipo das revistas científicas. Começou como uma iniciativa pessoal de Henry Oldenburg, um dos dois secretários da Sociedade, para divulgar, de maneira mais ampla, as observações e pesquisas originais dos membros da instituição. Tendo obtido uma cópia do *Journal des Sçavants*, os membros da Royal Society discutiram seu conteúdo e a possibilidade de publicar um trabalho similar...Concluíram que era necessário algo mais científico, excluindo a seção legal e a teológica, dando mais ênfase aos relatos de experimentos realizados pelos cientistas. Adotaram a periodicidade mensal e logo alcançaram a soma de 1200 cópias. Mesmo tendo autorizada sua publicação em 1665, a Sociedade só assumiu seu financiamento total e a responsabilidade editorial em 1750. O *Journal des Sçavants* e o *Philosophical Transactions* contribuíram como modelos distintos para a literatura científica: o primeiro influenciou o desenvolvimento das revistas dedicadas à ciência geral, sem comprometimento com uma área específica, e o segundo se tornou modelo das publicações das

sociedades científicas, que apareceram em grande número na Europa, durante o século XVIII. (STUMPF, 1996, p. 2).

Ainda segundo a autora

os periódicos científicos se espalharam por toda a Europa, quase sempre como veículos de divulgação das sociedades e academias científicas. Ainda no século XVIII, surgiram os periódicos científicos especializados em campos específicos do conhecimento, como a física, a química, a biologia, a agricultura e a medicina. Esta especialização não ocorria, porém, de uma forma generalizada, pois os periódicos continuavam a ser, predominantemente, não especializados. (STUMPF, 1996, p.3)

Não existe consenso sobre o surgimento de revistas científicas no Brasil. Baptista e Abreu (2010) que pesquisaram sobre a história das revistas no Brasil, citam que em 1822 surgiu a publicação dos Anais Fluminenses de Ciências, Artes e Literatura cuja linha editorial proposta

foi de abranger os vários campos do conhecimento humano, atendeu aos interesses dos bacharéis de direito, engenheiros, médicos, cientistas e outros profissionais liberais que começavam a atuar no país que acabava de se tornar independente do domínio português. (Baptista e Abreu, 2010, p. 2).

Conforme as autoras, outra revista foi o “O Propagador das Ciências Médicas”, lançado em 1927 pela Academia de Medicina do Rio de Janeiro.

Para Almeida (2013, p. 23) “as primeiras revistas foram a Gazeta Médica do Rio de Janeiro (1862), a congênere Gazeta Médica da Bahia (1866), as Memórias do Instituto Oswaldo Cruz (1909) e a Revista da Academia Brasileira de Ciências (1917)”.

Como será elucidado mais adiante a revista científica ou periódico científico tem representação preponderante na comunicação científica uma vez que reflete a concretude da pesquisa científica.

Para melhor entendimento, a Comunicação Científica pode ser vista em duas dimensões: uma informal e outra formal. Essas dimensões não são antagônicas ou excludentes, mas complementares e interativas (TARGINO, 2000).

De acordo com Christovão (1979), durante a interação entre essas duas formas de comunicação, o pesquisador tem liberdade de ação, a despeito da ortodoxia de normas comportamentais no interior da “sociedade científica”. A autora afirma que nos “sistemas formais e informais o cientista pressiona e

sofre pressões dos grupos que neles atuam” e nessas circunstâncias, ocorrem situações em que o cientista se depara com uma série de obstáculos, que “medem não só sua capacidade e tendência para a pesquisa, como também sua resistência emocional”. (CHRISTOVÃO, 1979, p. 7).

Para Targino (2000), a comunicação formal representa a concretude dos resultados de pesquisa. Isso acontece por meio de diversas formas de comunicação escrita e digital, sendo que uma das funções do documento formal é legitimar e identificar o pesquisador no campo em que atua.

Algumas vantagens e desvantagens relacionadas à comunicação formal, são elencadas por Targino (2000), que, entre as vantagens, destaca a possibilidade de alcançar público mais amplo; armazenagem e recuperação mais seguras.

Quanto às desvantagens Targino (2000) identifica problemas com textos repletos de jargões acessíveis somente aos especialistas; documentos prolixos, em que o autor se afasta do argumento central; pouco retorno para o autor; certo nível de desatualização.

Conforme Guedes (2012) é necessário observar a imprescindibilidade de comunicação e publicação formal inerente a todas às pesquisas, como forma de aprimoramento da ciência e da produção de tecnologias.

A inevitabilidade do ato de comunicar é, portanto, inegável tornando-se tão importante quanto a pesquisa em si (MEADOWS, 1999), sendo considerada por Vanz e Caregnato (2003) como uma das responsabilidades imputadas aos pesquisadores, que dessa maneira, garantem a retroalimentação do processo de comunicação científica. Além disso, a publicação científica é

para a maioria daqueles que atuam na pesquisa, não só um indicador, mas o produto final de todo um esforço criativo. Dessa forma, qualquer contribuição só é reconhecida após ser publicada, julgada e incorporada, de alguma maneira, aos conhecimentos já existentes (HERCULANO; NORBERTO 2012, p.59).

O QUADRO 2, a seguir, sintetiza a visão de Meadows (1999) ao traçar um paralelo entre a comunicação oral e escrita.

Quadro 2 - Comunicação oral - Comunicação escrita

COMUNICAÇÃO ORAL	COMUNICAÇÃO ESCRITA
Fala reproduzida com maior rapidez	Absorção mais rápida da informação
	Mais informação em menos tempo
Dificuldade em transmitir informações sistematizadas: tabelas e gráficos	
Nível mais alto de redundância, para substituir a não linearidade do texto	Recuo e avanço no texto para esclarecer aspectos mais complexos e de difícil entendimento

Fonte: Adaptação pela autora da categorização de Meadows 1999, p. 136.

Conforme Christovão (1979), na comunicação formal, coexistem fontes primárias e secundárias de informação, respectivamente periódicos e livros, e serviços de indexação (resumos), alertas entre outras fontes.

Neste contexto a comunicação científica informal:

consiste na utilização de canais informais, em que a transferência da informação ocorre através de contatos interpessoais e quaisquer recursos destituídos de forma de formalismo, como reuniões científicas, participação em associações profissionais e colégios invisíveis (TARGINO, 2000, p.19).

De acordo com Meadows (1999, p. 142), esses grupos podem receber nomes diferentes, tais como: rede humana, colégios invisíveis, círculo social. Embora estes termos não possuam significados idênticos, dado que refletem opiniões divergentes sobre como o sistema funciona, têm em comum “a comunicação informal baseada num grupo preferido de contatos”.

2.1.3 A Bibliometria e estudos métricos

A procura de indicadores quantitativos de produção científica é fundamental para o desenvolvimento da ciência, pois se considera que estas informações não só auxiliam o “entendimento da dinâmica de ciência e tecnologia”, mas, para além disso, concorrem para subsidiar a tomada de decisões durante o planeamento de políticas próprias ao setor. (SANTOS, 2003, p. 23).

Confome Bufrem e Prates (2005, p.11), a “bibliometria como prática disciplinar começou a ser usada para identificar comportamentos e sua evolução em contextos e épocas determinados”, sendo Paul Otlet, em 1934, o primeiro pesquisador a definir o termo.

Para Moretti e Campanário (2009, p. 3), “o termo foi usado pela primeira vez na década de 20, como conjunto de métodos para medir textos de qualquer natureza”. Portanto, assim como acontece com outros conceitos, não há consenso sobre autoria e surgimento do termo Bibliometria.

Alvarado (2007) ao abordar a história, a estrutura e a legitimação da Bibliometria apresenta uma síntese, destacando alguns autores e suas conceituações:

Potter (1981) define a Bibliometria como o estudo e a forma de medir os padrões de publicação da comunicação escrita e de seus autores. Já para Ikpaahindi (1985), a Bibliometria é um termo genérico que descreve uma série de técnicas que buscam quantificar o processo de comunicação escrita. Essas técnicas têm sido usadas na identificação dos autores mais produtivos, na identificação de paradigmas na ciência, na fusão e fissão de disciplinas científicas e na identificação dos periódicos mais produtivos em diferentes campos, etc. (ALVARADO, 2007, p. 28).

Para Bufrem e Prates (2009, p.11), a Bibliometria é relacionada hoje de certa forma “ao estudo dos processos quantitativos da produção, disseminação e uso da informação e designa também os processos e mecanismos avançados de busca on-line e técnicas de recuperação da informação”.

Segundo Alvarado (1984), no cenário nacional a Bibliometria foi introduzida por Saracevic, Boyce e Lancaster, sendo que o primeiro se

destacou por ter orientado oito¹ mestrados no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Ainda segundo o autor, quatro desses alunos passaram a ser considerados pioneiros da Bibliometria no país.²

Vanz e Caregnato (2003) mencionam que no Brasil,

a Scielo pode ter incentivado a volta aos estudos bibliométricos e cientométricos devido à necessidade de estatísticas da produção científica nacional, e também devido às necessidades inerentes ao desenvolvimento da metodologia própria. Outro motivo para o ressurgimento dos estudos pode ter sido a maior divulgação dos índices produzidos pelo Institute for Scientific Information (ISI) através do Web of Science (WOS), disponibilizado às principais universidades brasileiras e Institutos de Pesquisa pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). (VANZ; CAREGNATO, 2003, p. 251).

Meneghini e Leta (2001) apresentam as três bases administradas pelo ISI:

- *Science Citation Index* (SCI) – criada em 1961: multidisciplinar. Essa base operava com a inclusão semanal média de novos artigos em torno de 17.750.
- *Social Citation Index* (SSCI) – criada em 1972, enfocava a área de Ciências Sociais, com uma inclusão semanal média de 2.700 novos artigos.
- *Arts & Humanities Citation Index* (AHCI), criada em 1978, nas área de Artes e Humanidades, com a inclusão semanal média de 2.250 novos artigos.

Na década de 70 surge ainda o *Journal Citation Reports* (JCR), subproduto da SCI, a fonte mais usada no mundo para avaliação de periódicos científicos, “consagrando o Fator de Impacto³ como principal indicador de qualidade”. (MUGNAINI; EFRAIN-GARCIA, 2009, p. 181). Com relação ao ISI é pertinente informar que

Para a área da comunicação científica, o histórico dessa companhia começou com a criação do Institute for Scientific Information (ISI) em

²Pioneiros: Laura de Maia Figueiredo e Gilda Braga - 1972; Elsa de Lima e Silva Maia – 1974; Paulo da Terra Caldeira – 1974.

³Fator de impacto de um periódico era a “medida de frequência com a qual um artigo foi citado durante certo tempo”. (RUAS E PEREIRA, 2014, p. 55).

1955, pelo Dr. Eugene Garfield, um pesquisador da área de química, com pós-graduação em Ciência da Informação e Linguística. Em 1992, o ISI foi comprado pela Thomson Scientific & Healthcare passando a denominar-se Thomson ISI e, mais recentemente, Thomson Scientific. Os produtos mais conhecidos do ISI, que continuaram a ser mantidos pela Thomson Scientific, são a Web of Science e o Journal Citation Reports, que calcula o indicador mais utilizado pela comunidade científica de todo o mundo, o Fator de Impacto. Com a expansão da Thomson Scientific vários produtos foram incorporados à rede de fontes de informação da empresa, num conjunto de fontes de informação conhecido como Web of Knowledge. [...]. Aos usuários que têm acesso ao Portal da Capes, estão disponíveis os seguintes produtos da ISI Web of Knowledge: Web of Science (desde 1945), Journal Citation Reports (2005-2006) e Derwent Innovations Index (desde 1963), além de produtos adicionais para análise de informação como Science Watch, ISI Highly-Cited.com, Index to Organism Names, dentre outros. (COMUNIDADE, 2015).

No Brasil, entre outros fatores, o JCR também é usado pela Capes, no sistema de avaliação Qualis-Periódicos, “conjunto de procedimentos utilizados pela Capes para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação”. (CAPES, 2014).

Em nível nacional, a *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), criada em 1979, é uma base multidisciplinar de “acesso aberto de revistas eletrônicas e que permite extração de dados referenciais estatísticos de uso de citações”, sendo que o “módulo de Bibliometria da SciELO foi projetado inicialmente para oferecer indicadores similares aos do JCR”. (MUGNAINI; EFRAIN-GARCIA, 2009, p. 182). A SciELO permite a avaliação da “produção científica publicada na América Latina e Caribe” usando o fator de impacto como instrumento. (MARZIALE; MENDES, 2002, p. 467).

Outros indicadores como “Índice-H” e SCImago Journal Rank (SJR), são também tentativas de atender às demandas da comunidade científica. (MUGNAINI; EFRAIN-GARCIA, 2009). O SJR, lançado em 2007, é um portal de acesso gratuito, construído com a colaboração de pesquisadores de várias universidades espanholas, permitindo a visualização do fator de impacto e índice H de trabalhos indexados pela base de dados multidisciplinar *Scopus*. (KIMURA, 2008).

Marques (2013), afirma que o índice h considera simultaneamente o tempo e a produtividade de um pesquisador. No QUADRO 3 estão relacionadas algumas vantagens e desvantagens do uso desse indicador.

Quadro 3 - Principais vantagens e limitações do índice-h

PRINCIPAIS VANTAGENS	PRINCIPAIS LIMITAÇÕES
Combinação: quantidade e impacto da pesquisa num único indicador	Não é adequado para comparação de pesquisadores de áreas diversas
Facilidade de execução	Manipulável por meio de autocitações
Caracterização objetiva da produtividade com cultura de publicação	Peso igual para livros/artigos, complicando o cálculo de pesquisadores das Humanidades
Melhor desempenho para avaliar a produtividade de um pesquisador em relação a outros indicadores isolados.	Não considera o contexto das citações, impossibilitando a avaliação da contribuição individual de cada pesquisador.

Fonte: Quadro adaptado pela autora de Marques (2013, p. 37).

De acordo com Marques (2013), o próprio Jorge Hirsch, criador do índice h, menciona a necessidade de sua associação com outros indicadores bibliométricos. Além disto, outro fator ressaltado é que pesquisas que não estão disseminadas nos grandes periódicos podem ter sua avaliação prejudicada pelas dificuldades de citação fora do *mainstream*.⁴ (MARQUES, 2013).

Outro índice também criticado é o JCR. A apreciação negativa está relacionada a “não reprodutibilidade dos resultados no método aplicado nos cálculos do fator de impacto”, o que para (Kimura, 2008, p.926), concorre para a criação de novos instrumentos de avaliação.

Em 2011 foi lançado pelo Google, o *Google Scholar Metrics* (GSM), de acesso gratuito, que “fornece acesso ao h-index de uma ampla gama de revistas científicas e outras fontes de informação, mas não aplica a investigadores”. (COSTA *et al*, 2012, p.5).

Para os autores, apesar das várias críticas, o uso dos indicadores “evidenciam benefícios práticos na análise e avaliação da produção da

⁴Corrente principal (tradução da autora).

comunidade acadêmica e científica.” (COSTA *et al* (2012, p. 6). Os autores alegam também que o surgimento de novas ferramentas métricas mostra que o uso destes indicadores está enraizado na avaliação da comunicação científica.

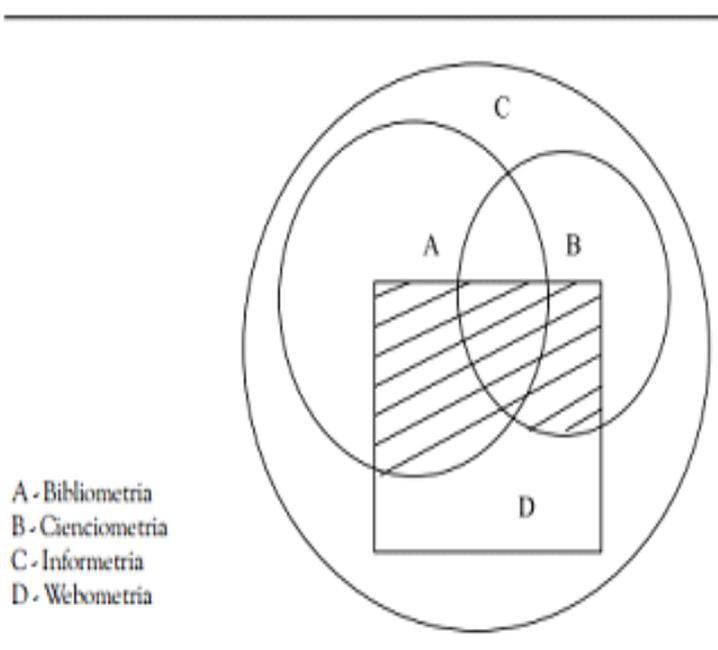
Oliveira e Gracio (2011) mencionam a existência de diferentes instrumentos para a análise da produção científica e salientam que,

Apesar das controvérsias e ressalvas apontadas por estudiosos, as análises bibliométricas têm se mostrado procedimentos tangíveis e confiáveis, que utilizam indicadores de produção, ligação e citação, explicitando, além da produtividade, a relevância e impacto de autores, periódicos, instituições, grupos ou países, nas diferentes áreas do conhecimento. (OLIVEIRA; GRACIO, 2011, p. 18).

Com o objetivo de ampliar o escopo dos estudos da bibliometria surgiram a cientometria, informetria e webometria, considerados também estudos métricos que de acordo com Wormell (1998, p. 211), tais conceitos “não são, infelizmente, muito claros, existindo um caos terminológico na área”.

Para facilitar o entendimento das relações entre as métricas, Vanti (2002) elaborou um diagrama exposto na FIGURA 2, a seguir, no qual o termo informetria engloba os demais termos, funcionando como “termo guarda-chuva”.

Figura 2 - Diagrama da inter-relação entre os quatro subcampos



Fonte: Vanti, 2002, p.161.

De acordo com Vanti (2011, p. 13), “em suma, a cientometria utiliza técnicas matemáticas e estatísticas para descobrir as características da ciência, gerando dados e informações úteis para os estudos conduzidos na sociologia da ciência”.

Sobre a informetria, Wormell (1998) salienta que:

Estudos informétricos expressam a nova abordagem do CIS para o estudo científico dos fluxos da informação: métodos bibliométricos aperfeiçoados são aplicados não somente aos estudos cientométricos e às avaliações da pesquisa em ciência e tecnologia (C&T), mas também à análise de suas mútuas relações sociais, econômicas, etc. (WORMELL, 1998, p.211).

Vanti (2002, p.156) afirma que “*webometrics* ou webometria consiste, conforme definição esboçada por Almind & Ingwersen, na aplicação de métodos informétricos à World Wide Web” que propicia, entre outras possibilidades, a medições do fluxo da informação na web.

A autora também elenca possibilidades de aplicação das técnicas bibliométricas, cientométricas e informétricas:

identificar as tendências e o crescimento do conhecimento em uma área; identificar as revistas do núcleo de uma disciplina; mensurar a cobertura das revistas secundárias; identificar os usuários de uma disciplina; prever as tendências de publicação; - estudar a dispersão e a obsolescência da literatura científica; prever a produtividade de autores individuais, organizações e países; medir o grau e padrões de colaboração entre autores; analisar os processos de citação e co-citação; determinar o desempenho dos sistemas de recuperação da informação; avaliar os aspectos estatísticos da linguagem, das palavras e das frases; avaliar a circulação e uso de documentos em um centro de documentação; medir o crescimento de determinadas áreas e o surgimento de novos temas. (VANTI, 2002, p. 155).

Alguns pesquisadores se destacaram, de acordo com Vanti (2002), pelos esforços despendidos para desenvolver leis para aplicação na Bibliometria: Lotka, Bradford e Zipf.

Uma síntese sobre as especificidades dessas leis foi elaborada por Guedes (2012). A partir dessa síntese foi realizado um recorte ressaltando as condições mais importante para o objetivo dessa pesquisa, que estão relacionadas no QUADRO 4, a seguir.

Quadro 4 - Leis da Bibliometria – síntese

Leis	Especificidades
Lei de Bradford ou Lei de Dispersão	grau de relevância de periódicos em uma área do conhecimento; o “núcleo de periódicos”, aquelas que mais produzem sobre o tema.
Lei de Lotka ou Lei do Quadrado Inverso	considera que alguns pesquisadores, supostamente de maior prestígio em uma área do conhecimento, produzem muito e muitos pesquisadores, supostamente de menor prestígio, produzem pouco.
Leis de Zip ou Lei do Mínimo Esforço	estima as frequências de ocorrência das palavras em textos científicos e tecnológicos, delimitando a região de concentração de termos de indexação; verifica que um pequeno grupo de palavras ocorre muitas vezes e um grande número de palavras é de pequena frequência.

Fonte: adaptado de Guedes, 2012, p.81.

Para Guedes (2012, p. 101), toda essa gama de possibilidades inerentes às métricas promovem a:

adequada mensuração da informação e produção de indicadores, que funcionam como ferramenta de relevância crucial para a cadeia de tomadas de decisão em sistemas de recuperação da informação, de avaliação e de comunicação científica; otimizando, em última análise, o gerenciamento de recursos e de resultados pretendidos, no âmbito da gestão da informação e do conhecimento científico, entre indivíduos, disciplinas, organizações e países. (GUEDES, 2012, p. 101).

Desse lugar originou-se o poder das métricas em contribuir com os resultados de suas investigações para o aprofundamento de estudos epistemológicos e arqueológicos nos diversos campos de conhecimento e, especificamente na presente proposta de pesquisa, como ferramenta fundamental para análise da produção científica sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras).

2.2 Abordagem sobre a deficiência

“A ciência poderá ter encontrado a cura para a maioria dos males, mas não achou ainda remédio para o pior de todos: a apatia dos seres humanos”. Helen Keller

O uso de termos inadequados para se designar a pessoa com deficiência sugere que a deficiência é uma doença, o que para Vivarta (2003), expressa visões preconceituosas que criam uma forte imagem de incapacidade. Esta visão distorcida é identificada também em relação ao uso incorreto para especificar tipos de deficiência:

O termo surdo-mudo merece uma explicação, pois revela, além de preconceito, desinformação conceitual. A surdez não tem relação direta com a mudez. Pessoas surdas não apresentam, necessariamente, qualquer problema de voz. Não falam porque não escutam e, assim, têm muita dificuldade de se expressar pelo português, optando quase sempre pela Língua de Sinais Brasileira, a Libras. (VIVARTA, 2003, p. 42).

A adoção de termos equivocados tende a aumentar a complexidade do tema, reforçando ou perpetuando conceitos ultrapassados e concepções errôneas. Essa situação, com alguma frequência, configura-se em dois extremos: ou a supervalorização, considerando a pessoa com deficiência como herói diante da superação ou como vítima impotente. (VIVARTA, 2003).

Sasaki (2003) enfatiza que a adoção de conceito único para a deficiência é uma tarefa complicada, pois os termos utilizados, em cada período da civilização, são balizados pelo olhar que a sociedade dispensa para a questão, ou seja, pelos valores vigentes. O autor apresenta alguns argumentos que sugerem a existência de uma aparente correlação entre a atual percepção mundial sobre a deficiência e a adoção do termo pessoa com deficiência:

1. Não esconder ou camuflar a deficiência;
2. Não aceitar o consolo da falsa ideia de que todo mundo tem deficiência;
3. Mostrar com dignidade a realidade da deficiência;
4. Valorizar as diferenças e necessidades decorrentes da deficiência;
5. Combater neologismos que tentam diluir as diferenças, tais como “pessoas com capacidades especiais”, “pessoas com eficiências diferentes”, “pessoas com habilidades diferenciadas”, “pessoas deficientes”, “pessoas especiais”, “é desnecessário discutir a questão das deficiências porque todos nós somos imperfeitos”, “não se preocupem, agiremos como avestruzes com a cabeça dentro da areia” (i.é, “aceitaremos vocês sem olhar para as suas deficiências”);

6. Defender a igualdade entre as pessoas com deficiência e as demais pessoas em termos de direitos e dignidade, o que exige a equiparação de oportunidades para pessoas com deficiência atendendo às diferenças individuais e necessidades especiais, que não devem ser ignoradas;
7. Identificar nas diferenças todos os direitos que lhes são pertinentes e a partir aí encontrar medidas específicas para o Estado e a sociedade diminuïrem ou eliminarem as “restrições de participação” (dificuldades ou incapacidades causadas pelos ambientes humano e físico contra as pessoas com deficiência). (SASSAKI, 2003, p. 15).

Apesar das tentativas da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização Mundial da Saúde (OMS) para adoção de um termo mais adequado para denominar as pessoas com deficiência, “a palavra deficiente” tem um significado muito forte. De certo modo a palavra deficiente se opõe à palavra “eficiente”. Ser “deficiente” antes de tudo, é não ser “capaz”, não ser “eficaz”. (RIBAS, 1994, p. 12). O autor salienta que,

É interessante verificar que é inculcido na pessoa deficiente que ela deve colocar uma prótese porque deve fazer tudo para se parecer com uma pessoa “normal”. E o mais grave: o deficiente aceita isso. Quase nunca ele pensa que uma prótese se destina também à correção de uma situação física [...] (RIBAS, 1994, p.18).

Embora mundialmente possa estar se solidificando a escolha do termo “pessoa com deficiência”, Vivarta (2003) destaca que a legislação brasileira adota o termo “pessoa portadora de deficiência”, conforme consta na Carta Magna do país, em seu artigo 23:

É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:
[...]
II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência. (BRASIL,1988).

No âmbito acadêmico, a entrada da discussão, em nível global, ocorreu de forma mais concreta a partir da criação do primeiro curso de graduação, em 1975, promovido pela *Open University*⁵ que se pautava no modelo social da deficiência. Em nível de pós-graduação, a inovação ocorreu na Universidade

⁵A Open University do Reino Unido (OUUK) foi criada pelo Royal Charter em 1969, atuando a mais e 30 anos na educação a distância.

de Kent quando foi registrada pela primeira vez a expressão “estudos sobre deficiência”. Ambas as instituições eram sediadas no Reino Unido. (BARTON, 1997 citado por DINIZ, 2007, p. 31).⁶

Algumas publicações são consideradas fundamentais para inserção do tema em âmbito acadêmico, como é o caso do livro “Serviço Social com Deficientes”, Mike Oliver⁷, que depois de revisado se tornou um clássico internacional intitulado Políticas para a deficiência, tendo sido traduzido para várias línguas. Além disso, ocorreu a criação do “primeiro periódico científico especializado em estudos sobre deficiência: *Desability, Handicap and Society* em 1986. O título do periódico passou, em 1993, a se chamar *Disability and Society*.” (DINIZ, 2007, p.32).

Em 1980, a Organização Mundial da Saúde (OMS) a Classificação Internacional das Deficiências, Incapacidades e Desvantagens (*International Classification of Impairments, Disabilities and Handicaps - ICIDH*), semelhante à Classificação Internacional de Doenças (CID). (DINIZ, 2007). Embora, nesse período, estivessem ocorrendo debates sobre o modelo social da deficiência a ICIDH usou novamente os parâmetros do modelo médico da deficiência⁸, segundo Diniz (2007).

A ICIDH foi muito criticada por vários motivos. Entre eles, por ser de autoria de pessoas que não tinham experiência com a deficiência, ou seja, pela ausência dos maiores interessados. Além disso, os fundamentos do documento se basearam na concepção de normalidade da pessoa humana; o enfoque foi biomédico, não considerando: aspectos sociais da questão; aproximação do conceito de deficiência com o conceito de doença. Além disso, o indivíduo era considerado responsável por suas lesões. (DINIZ, 2007, p. 44).

Essa concepção criava algumas dificuldades:

Em primeiro lugar, ao definir a deficiência como questão médica, este modelo pressupõe a existência de uma correspondente solução médica. [...] Em segundo lugar, esta medicalização, ao manter a

⁶Barton, L.: OLIVER, M. Introduction: the birth of disability studies. IN: ---- Disability Studies: past, present and future.

⁷Leeds: The Disability. 1997. Título original: “*Social work with disable people*” Mike Oliver, 1983

⁸Diniz (2007), ressalta que por não ser a língua portuguesa considerada um dos idiomas oficiais da OMS, a responsabilidade das traduções ficou a cargo de Centros Biomédicos de Pesquisa, que estavam fora da questão sociológica e política que envolvia o tema deficiências.

deficiência como uma questão individual, impede a sua politização e a sua afirmação como forma de opressão social. (FONTES, 2010, p.97).

Todo este movimento crítico em relação à ICIDH, para Diniz (2007), refletiu em sua revisão e conseqüente encerramento. Passou a vigorar a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. (CIF) que contou com o envolvimento da academia e de movimentos sociais de deficientes, tendo como objetivo:

descrever situações particulares em que as pessoas podem experimentar desvantagens, as quais, por sua vez, são passíveis de serem classificadas como deficiências em domínios relacionados à saúde. (DINIZ, 2007, p 51).

A CIF adota como base para classificação a interação da pessoa com alguma condição de saúde na realização de tarefas diárias e as interações advindas dessas situações em relação à “função corporal, estrutura do corpo, atividades da vida diária, participação na sociedade e ambiente social”. (VIVARTA, 2003, p. 20).

2.2.1 As pessoas com deficiência no Brasil

No Brasil imperial (1822-1889), surgiram as primeiras iniciativas em atenção às pessoas com deficiência, principalmente com a criação das instituições na Capital do Império com ações em educação dirigidas apenas para cegos e surdos. No ano de 1841, via Decreto nº 82, de 18 de julho, foi criado o Hospício Dom Pedro II, vinculado à Santa Casa de Misericórdia e instalado no Rio de Janeiro - destinado privativamente para o tratamento de alienados. (LANNA JÚNIOR, 2010).

Segundo Lanna Júnior (2010), em 1854, ocorreu a fundação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos,⁹ no Rio de Janeiro. Dois anos depois, também no Rio de Janeiro, foi criado o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos.¹⁰ Ainda neste

⁹Atual Instituto Benjamin Constant (IBC).

¹⁰Hoje Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

período foi criado o Asilo dos Inválidos da Pátria, para atendimento aos ex-combatentes mutilados na guerra. (CAZINI *et al.*, 2011).

Para Silva (2010), essas ações concretizadas pelo imperador Pedro II, podem ter sido motivadas pela imitação do processo em curso nas cortes europeias, mais do que pela preocupação com o movimento inclusivo. Contudo, o autor salienta que esse desenvolvimento ocorrido no período imperial não foi repetido pela República.

Com o fim do império, o Hospício Dom Pedro II foi desanexado da Santa Casa de Misericórdia recebendo nova denominação: Hospício Nacional de Alienados. Essa mesma mudança de nomenclatura ocorreu nas demais instituições citadas que tiveram seus nomes alterados com a queda da monarquia tornando-se respectivamente Instituto dos Meninos Cegos e Instituto dos Surdos-Mudos. (LANNA JÚNIOR, 2010). O autor salienta que a despeito da multiplicidade de deficiências, apenas cegos e surdos eram contemplados. A proliferação de instituições para atender esses tipos de deficiências, surdez e cegueira, pode ser observada com a criação em 1926 do Instituto São Rafael, em Belo Horizonte, em 1929; do Instituto de Cegos Padre Chico, em São Paulo, e, em 1959 do Instituto Londrinense de Educação de Surdos (ILES). (LANNA JÚNIOR, 2010).

Lanna Júnior (2010) relata que a pessoa acometida pela deficiência intelectual¹¹, era considerada louca, sendo tratada em hospícios e recebendo a denominação de: oligofrênica, cretina, imbecil, idiota, débil mental, mongoloide, retardada, excepcional e deficiente mental.¹² O desenvolvimento de ações para atender as especificidades da deficiência intelectual ocorreu a partir dos movimentos pestalozziano¹³ e apaeano¹⁴, no século XX. (LANNA JÚNIOR, 2010).

¹¹A Deficiência Intelectual, segundo a Associação Americana sobre Deficiência Intelectual do Desenvolvimento AAIDD, caracteriza-se por um funcionamento intelectual inferior à média (QI), associado a limitações adaptativas em pelo menos duas áreas de habilidades (comunicação, autocuidado, vida no lar, adaptação social, saúde e segurança, uso de recursos da comunidade, determinação, funções acadêmicas, lazer e trabalho), que ocorrem antes dos 18 anos de idade.

¹²A monografia sobre educação e tratamento médico pedagógico dos idiotas, do médico Carlos Eiras de 1900, é o primeiro trabalho científico sobre a deficiência intelectual no Brasil. (LANNA JÚNIOR, 2010, p. 24).

¹³No Brasil, inspirado pelo pedagogo suíço Johann Heinrich Pestalozzi (1746-1827), foi criado, em 1926, o Instituto Pestalozzi de Canoas, no Rio Grande do Sul. A influência do ideário de Pestalozzi, no entanto, ganhou impulso definitivo com Helena Antipoff, educadora e psicóloga russa que, a convite do Governo do Estado de Minas Gerais, veio trabalhar na recém-criada Escola de Aperfeiçoamento de Belo Horizonte. (LANNA JÚNIOR, 2010, p. 24).

Um episódio que contribuiu para mudança no perfil das instituições para atendimento de pessoas com deficiência foi o surto de poliomielite.¹⁵ Essa situação ocorreu no Brasil nos anos 50, quando a necessidade de responder a essa epidemia gerou o aparecimento dos primeiros centros de reabilitação física dedicados à pessoa com deficiência física em âmbito nacional. (LANNA JÚNIOR, 2010).

Ainda segundo o autor, na década seguinte, com as mudanças ocorridas no país relacionadas à urbanização, industrialização e êxito das campanhas de vacinação, ocorreu uma diminuição significativa dos casos de poliomielite. Entretanto, inversamente, aumentaram os casos associados a acidentes automobilísticos, ferimentos com arma de fogo, dentre outros. O resultado foi o aumento de pessoas necessitadas de reabilitação física. Surgiu assim a concepção da deficiência como questão médica, uma visão dominante por longo período no Brasil e no mundo: a patologização da deficiência¹⁶. (LANNA JÚNIOR, 2010).

Segundo Cazini *et al* (2011), no Brasil, a década de 80 foi marcada pela promulgação de um conjunto de leis que visavam atender as demandas das pessoas com deficiência. Apesar desse avanço no âmbito legislativo Goffredo (2004), cita que a implementação dessas leis se dá de forma morosa e tímida. A percepção desta morosidade é compartilhada por outros autores, como Silva (2010) ao afirmar que,

a ausência de leis não parece ser a questão crucial para a proteção do grupo vulnerável composto por pessoas com deficiência no Brasil. O problema é a concretização, na prática, dessas leis. (SILVA, 2010, p. 123).

Para Vivarta (2003), um dos fatores que concorrem para a implementação dessas leis é a pressão de familiares de pessoas com

¹⁴ A primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) foi fundada em 1954, no Rio de Janeiro, por iniciativa da americana Beatrice Bemis, mãe de uma criança com deficiência intelectual. (LANNA JÚNIOR, 2010, p. 25).

¹⁵ A poliomielite foi observada no início do século XX, no Rio de Janeiro (1907-1911) e em São Paulo (1918). Porém, surtos de considerável magnitude ocorreram na década de 1930, em Porto Alegre (1935), Santos (1937), São Paulo e Rio de Janeiro (1939). A partir de 1950, foram descritos surtos em diversas cidades, com destaque para o de 1953, a maior epidemia já registrada no Brasil, que atingiu o coeficiente de 21,5 casos por 100 mil habitantes, no Rio de Janeiro. (LANNA JÚNIOR, 2010, p. 24).

¹⁶ Embora esse modelo representasse avanço no atendimento às pessoas com deficiência, ele se baseia em uma perspectiva exclusivamente clinicopatológica da deficiência. (LANNA JUNIOR, 2010).

deficiência. Contudo, o desrespeito é comum devido a ausência de penalidade para os infratores.

O Decreto Federal nº 5.296/04 apresentava o conceito da pessoa com deficiência, além do detalhamento de vários tipos, conforme está explicitado no artigo 5º, § 1º considerava-se, para os efeitos deste Decreto:

I - pessoa portadora de deficiência, além daquelas previstas na Lei nº 10.690, de 16 de junho de 2003¹⁷, a que possui limitação ou incapacidade para o desempenho de atividade e se enquadra nas seguintes categorias:

a) deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

b) deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz;

c) deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

d) deficiência mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: 1. comunicação;

¹⁷É considerada também pessoa portadora de deficiência física aquela que apresenta alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

2. cuidado pessoal; 3. habilidades sociais; 4. utilização dos recursos da comunidade; 5. saúde e segurança; 6. habilidades acadêmicas; 7. lazer; e 8. Trabalho;

e) deficiência múltipla - associação de duas ou mais deficiências. (BRASIL, 2004).

De acordo com Silva (2010), a compreensão do sistema constitucional brasileiro voltado à tutela de pessoas com deficiência passava pelo entendimento de duas convenções: a da Guatemala e a da ONU, ocorridas em 2001 e 2006, respectivamente, uma vez que no país estas convenções internacionais, de acordo com o artigo 5º da Constituição, têm igual peso conferido às emendas constitucionais¹⁸.

A relevância da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência não se refletiu apenas na adoção de novos conceitos¹⁹, mas s na forma como a deficiência era percebida, tendo como grande desafio a reformulação de pontos de vista

tanto em relação à mudança cultural da sociedade e dos sistemas políticos, quanto das próprias pessoas com deficiência, que se sentem estigmatizadas e desestimuladas com os reiterados processos de discriminação. Essa Convenção surge como ferramenta para uma transformação radical em diversas camadas da sociedade, determinando a inclusão de pessoas com deficiência em todas as instâncias de participação, combatendo preconceitos e promovendo seus direitos. (LOPES, 2014, p. 34).

Comentando o artigo 8º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, Cavalcanti (2014) ressalta a importância da conscientização da sociedade sobre a situação das pessoas com deficiência. O autor salienta que para essa conscientização se efetivar o Estado deve, entre outras iniciativas, promover campanhas de conscientização pública, o que pode criar condições para o empoderamento das pessoas com deficiência. Essa conscientização fará com que a sociedade entenda que a pessoa com deficiência deve ter autonomia para conduzir sua vida, como qualquer outra pessoa. (BARONI & SANTOS, 2014).

¹⁸Art. 5º... § 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

¹⁹ Na legislação brasileira – inclusive na Constituição de 1988 – utilizou-se, até muito recentemente, a expressão “pessoas portadoras de deficiência”, já superada pela Convenção. (CALDAS, 2014, p. 49).

Conforme Sasaki (2014), para que essas condições sejam efetivadas, um problema básico a ser superado, é a dificuldade para se obter dados fidedignos sobre a quantidade de pessoas com deficiência e sobre os tipos de deficiência que as acometem.

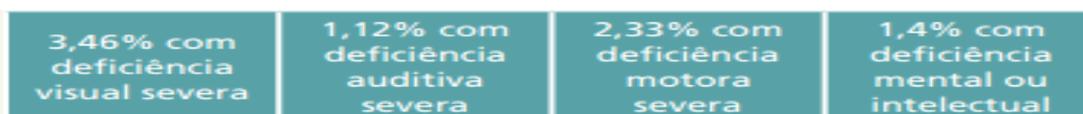
Nesse sentido, conforme Oliveira (2012) o governo brasileiro buscou formas de identificar a diversidade de tipos de deficiência e características dessas pessoas elaborando novos questionários para o Censo realizado em 2010, atualizando novas abordagens que seguiram as premissas do Grupo de Washington sobre Estatísticas das Pessoas com Deficiência²⁰. Essa nova abordagem utilizou facilitadores como: óculos e lentes de contato, aparelhos de audição, bengalas e próteses. Outro diferencial foi a elaboração de indagações fundadas na identificação de graus de dificuldade: " i) tem alguma dificuldade em realizar; (i) tem grande dificuldade e, (i) não consegue realizar de modo algum; além da deficiência mental ou intelectual". (OLIVEIRA, 2012, p. 5). Todas essas inovações implementadas durante o censo foram cruciais para:

atender demandas sociais cada vez mais diversas e qualificadas torna o monitoramento e a avaliação essenciais para aumentar a eficiência, eficácia e efetividade das políticas públicas, informando correções que permitam o aperfeiçoamento permanente das ações do Estado moderno. Tanto no Brasil quanto no mundo, informações sociais e demográficas precisas e detalhadas são vitais para elaborar e aperfeiçoar políticas públicas, especialmente as sociais (SOARES; REIS, 2014, p. 204).

Oliveira (2012) observa que os resultados da pesquisa censitária de 2010 apontaram para um total de 45.606.048 pessoas, o que corresponde a 23,9% da população brasileira identificada com algum tipo de deficiência.

Deste total, 8,3% declararam ter pelo menos um tipo de deficiência severa. (QUADRO 5).

Quadro 5 - Pessoas com deficiência – percentual



Fonte: Oliveira, 2012, p.6.

²⁰O Grupo de Washington sobre Estatísticas das Pessoas com Deficiência (*Washington Group on Disability Statistics - GW*), tem como objetivo padronizar o levantamento das estatísticas das pessoas com deficiência, tanto nos censos populacionais como em outras pesquisas domiciliares. (IBGE, 2014).

Ainda de acordo com os resultados do Censo 2010, Oliveira (2012), cita que a população total de pessoas com deficiência no país segmenta-se da seguinte forma: 1,6% são totalmente cegas; 7,6% são totalmente surdas; 1,62% não conseguem se locomover. Os cálculos se basearam nas pessoas cujas respostas foram positivas às perguntas: ‘tem grande dificuldade’ e ‘não consegue de modo algum’. As pessoas que responderam afirmativamente as questões acima são prioridade das políticas públicas. (OLIVEIRA, 2012). Conforme a autora, as diferenças entre condições de vida oferecidas podem impactar na prevalência de deficiências na população, ratificando a ideia de que “a deficiência tem forte ligação com a pobreza”, e, portanto que “os programas de combate à pobreza melhoram a vida das pessoas com deficiência”. (OLIVEIRA, 2012, p. 11).

No território brasileiro a região Nordeste possui a maior concentração de pessoas com deficiência. (FIGURA 3).

Figura 3 - Deficiência e regiões do Brasil – 2010.



Fonte: Oliveira, 2012, p. 11.

Entre os estados que possuem o maior número de pessoas com deficiência, a variação fica entre 25,09 e 27,89%, sendo que todos pertencem a

região Nordeste. Índices bem superiores à média nacional que é de 23,9%. (FIGURA 4).

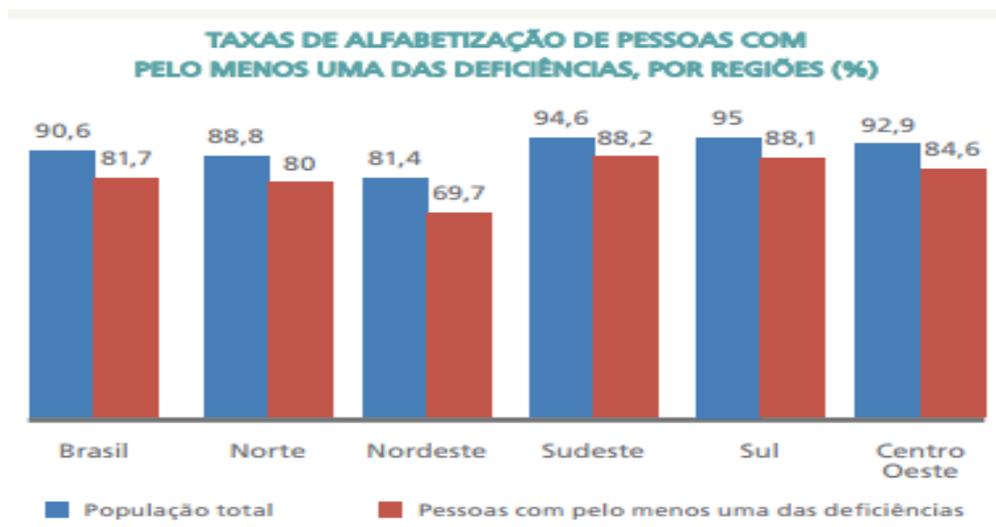
Figura 4 - Total de pessoas com deficiência por estado no Brasil

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NOS ESTADOS BRASILEIROS COM PELO MENOS UMA DAS DEFICIÊNCIAS INVESTIGADAS – CENSO 2010 – POPULAÇÃO RESIDENTE E PROPORÇÃO		
Brasil	45 623 910	23,92%
Rondônia	345 411	22,11%
Acre	165 823	22,61%
Amazonas	791 162	22,71%
Roraima	95 774	21,26%
Pará	1 791 299	23,63%
Amapá	158 749	23,71%
Tocantins	307 350	22,22%
Maranhão	1 641 404	24,97%
Piauí	860 430	27,59%
Ceará	2 340 150	27,69%
Rio Grande do Norte	882 681	27,86%
Paraíba	1 045 631	27,76%
Pernambuco	2 426 106	27,58%
Alagoas	859 515	27,54%
Sergipe	518 901	25,09%
Bahia	3 558 895	25,39%
Minas Gerais	4 432 456	22,62%
Espírito Santo	824 095	23,45%
Rio de Janeiro	3 900 870	24,40%
São Paulo	9 349 553	22,66%
Paraná	2 283 022	21,86%
Santa Catarina	1 331 445	21,31%
Rio Grande do Sul	2 549 691	23,84%
Mato Grosso do Sul	526 672	21,51%
Mato Grosso	669 010	22,04%
Goiás	1 393 540	23,21%
Distrito Federal	574 275	22,34%

Fonte: Oliveira, 2012, p. 11.

A partir do cruzamento de resultados, ao se comparar as condições educacionais entre pessoas com e sem deficiência, observa-se que a taxa de alfabetização total da população brasileira foi de 90,6% e 81,7% nas pessoas que possuem pelo menos uma deficiência. (OLIVEIRA, 2012). (FIGURA 5).

Figura 5 - Taxas de alfabetização: pessoas com e sem deficiência - Brasil



Fonte: Oliveira, 2012, p.16.

Essa diferença é observada também em relação à taxa média de alfabetização do Brasil e dos estados do Nordeste no que concerne às pessoas

com deficiência: respectivamente 81,7% e 69,7%, sendo que a melhor taxa de alfabetização foi da região Sul com 88,1%. (OLIVEIRA, 2012).

A comparação do nível de instrução²¹ de pessoas com e sem deficiência, resulta em porcentagem de 1,1 e 38,2 respectivamente, cuja maior diferença entre os níveis se concentra nas categorias: médio completo e superior incompleto, conforme FIGURA 6.

Figura 6 - Nível de instrução



Fonte: Oliveira, 2012, p. 17.

²¹ Mede a proporção de pessoas de 15 anos ou mais de idade que atingiram determinados anos de estudo. (Oliveira, 2012, p. 17).

Em relação ao trabalho, a despeito de legislação que garante a inserção das pessoas com deficiência no mercado, como por exemplo, a Lei de Cotas,²² promulgada em 2005, as respostas obtidas no Censo 2010 sugerem uma pequena participação das pessoas com deficiência no mercado de trabalho. (OLIVEIRA, 2012).

Embora a morosidade na implementação de ações ainda esteja presente no dia a dia, o aumento da participação de pessoas com deficiência nas instâncias públicas é notório nos últimos 15 anos:

É inegável que a participação efetiva das pessoas com deficiência na definição de políticas públicas hoje é uma realidade que denota um aumento na maturidade brasileira em torno dessa temática. Como elementos importantes de participação, temos uma rede de mais de 580 Conselhos Municipais de Direitos das Pessoas com Deficiência, Conselhos Estaduais nos 26 estados e no Distrito Federal, além de um Conselho Nacional atuante e participativo. (FERREIRA, 2014, p. 192).

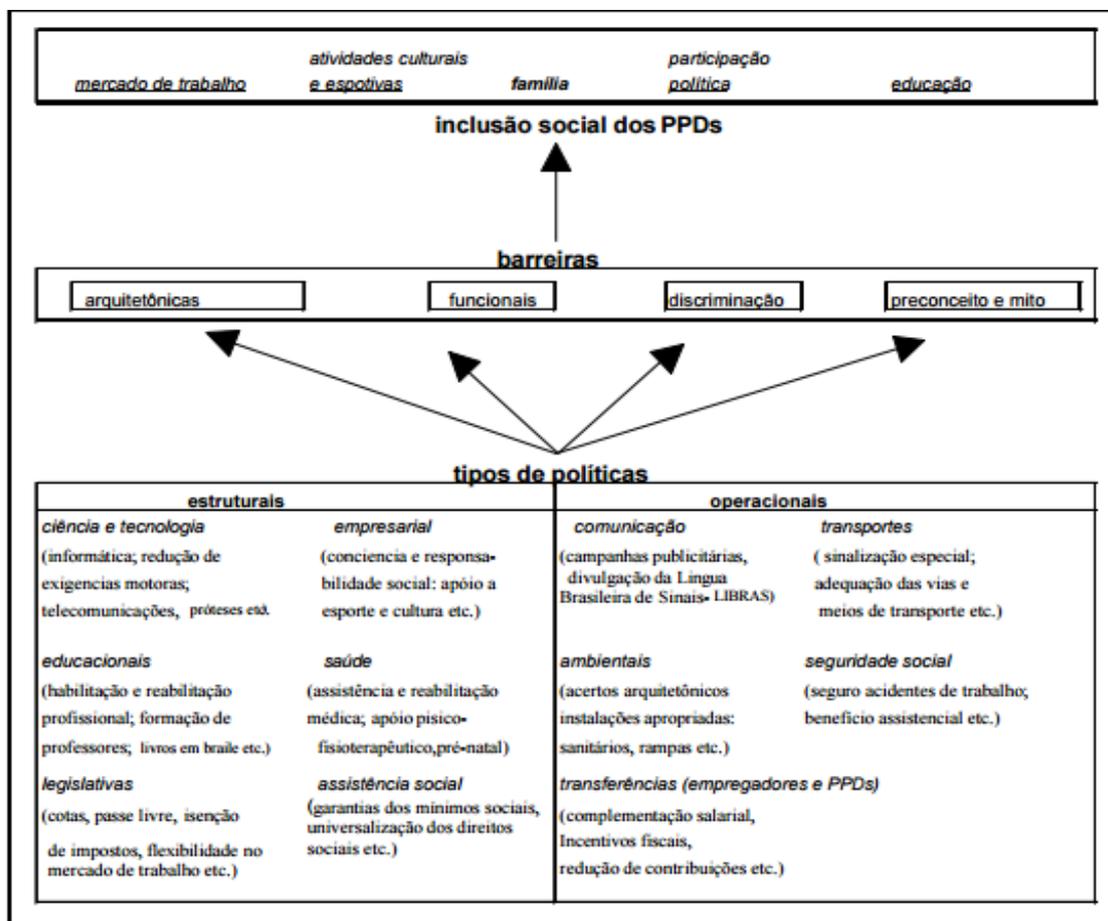
Nessa perspectiva, para “acolher toda a pluralidade de modos de ser e de existir presentes na espécie humana”, (SASSAKI, 2003, p. 25) é fundamental a quebra de algumas barreiras que propiciem formas de acessibilidade como:

Acessibilidade arquitetônica: ausência de barreiras ambientais físicas nas casas, nos edifícios, nos espaços ou equipamentos urbanos e nos meios de transporte individuais ou coletivos; • Acessibilidade comunicacional: não há barreiras na comunicação interpessoal (face-a-face, língua de sinais), escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila, incluindo textos em braile, uso do computador portátil) e virtual (acessibilidade digital); Acessibilidade metodológica: não há barreiras nos métodos e técnicas de estudo (escolar), de trabalho (profissional), de ação comunitária (social, cultural, artística etc.) e de educação dos filhos (familiar); Acessibilidade instrumental: não há barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo (escolar), de trabalho (profissional) e de lazer ou recreação (comunitária, turística ou esportiva); Acessibilidade programática: não há barreiras invisíveis embutidas em políticas públicas (leis, decretos, portarias) e normas ou regulamentos (institucionais, empresariais etc.); Acessibilidade atitudinal: não há preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. (VIVARTA, 2003, p.25).

²²Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, Art. 93. A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção: até 200 empregados -2%; de 201 a 500 - 3%; 501 a 1.000 - 4%; de 1.001 em diante. -5%.

Em “Retratos da Deficiência no Brasil”, Neri (2003) identifica políticas que eliminam barreiras e promovem a inclusão, conforme explicitado na FIGURA 7.

Figura 7 - Barreiras e tipos de políticas



Fonte: Neri, 2003, p. 22.

Para Grabois (2014), a inexistência de condições para acessibilidade é discriminação e como tal deve ser criminalizada, dado que “leva as pessoas à privação de liberdade sem, acusação, denúncia, direito a ampla defesa e a julgamento” (GRABOIS, 2014, p. 101). A autora também cita outras situações que dificultam o uso pleno de direitos e que são impedimentos de várias ordens:

Os cárceres privados e invisíveis tem a possibilidade de potencializar a banalização quando se trata de pessoas invisíveis, que perdem o seu direito de vivenciar liberdades, de ir e vir, de se comunicar, de fazer escolhas, por vezes dentro das próprias casas, passando a ser também invisíveis em espaços públicos pela falta de acessibilidade [...]. (GRABOIS, 2014, p. 100).

Dentre as liberdades tolhidas, Reicher (2014) evidencia a necessidade de observar o princípio do consentimento informado²³, principalmente nas questões relacionadas à saúde. A observação desse princípio pode suprimir algumas práticas inadequadas como internamentos sem consentimentos de familiares ou da própria pessoa, ainda que a pessoa com deficiência seja legalmente capaz de tomar suas próprias decisões. Por este ângulo, a prática de não respeitar os desejos da pessoa com deficiência, faz parte do arcabouço de invisibilidade que recai sobre ela, deixando a cargo de terceiros também as escolhas de cunho pessoal. (REICHER, 2014).

O debate sobre acessibilidade, segundo alguns autores como Grabois (2014) e Vivarta (2003), criou mecanismos para a discussão da concepção de desenho universal, entendimento de que todas as pessoas devem ter as mesmas condições para usufruir de um espaço. Essa ideia nasceu nos Estados Unidos visando à definição de produtos e ambientes universais que não necessitam de nenhuma adaptação, podendo ser usufruídos por qualquer pessoa. (CARLETTO; CAMBIAGHI, 2008).

Ron Mace, cadeirante²⁴, foi o criador do termo “*Universal Design*”, que se baseia em sete princípios:

- 1) Iguatário: uso equiparável;
 - 2) Adaptável: uso flexível;
 - 3) Óbvio: uso simples e intuitivo;
 - 4) Conhecido: uso de fácil percepção;
 - 5) Seguro: tolerante ao erro;
 - 6) Sem esforço: baixo esforço físico;
 - 7) Abrangente: dimensão e espaço para aproximação e uso.
- (CARLETTO; CAMBIAGHI, 2008, p. 12).

Neste cenário, com o intuito de disseminar simplificadaamente as leis pertinentes a normas de atendimento prioritário e acessibilidade, foi elaborada a “Cartilha da Prioridade e da Acessibilidade”²⁵ em 2005, demonstrando a disposição do governo em promover e disseminar os direitos das pessoas com deficiência. A cartilha também tem como objetivo assinalar os “incentivos do

²³Termo no qual a autonomia (vontade) da pessoa em consentir (autorizar) é manifestada.

²⁴Cadeirante: pessoa que usa a cadeira de rodas como meio constante de locomoção.

²⁵BARBOSA, E. **Cartilha da Prioridade e da Acessibilidade**. Brasília: Centro de Documentação e Informação-Coordenação de Publicações, 2005. 57 p.

Poder Público à pesquisa científica na área de acessibilidade”.²⁶ (BARBOSA, 2005, p. 8).

A acessibilidade anda a par e passo com a inclusão, uma vez que sem a primeira é impossível que a segunda seja exercida de forma plena. Neste aspecto pode-se conceber a acessibilidade como:

um direito fundamental das pessoas com deficiência. Sem ela, a pessoa com deficiência não consegue exercer outros direitos. Não tem o direito de ir e vir, não tem o direito à educação (porque não consegue chegar até a escola e, dentro dela, não consegue se locomover como as outras pessoas), não consegue exercer o direito à saúde, porque não consegue chegar ao Posto Médico, dentre outros problemas. (ARAÚJO, 2014, p. 43).

Para minimizar os impedimentos de acesso ao atendimento à saúde, foi criada em âmbito nacional, a Rede de Cuidados à Saúde da Pessoa com Deficiência²⁷. Esta rede está ancorada no programa criado em 2011, o Viver Sem Limite: Plano Nacional de Direitos de Pessoas com Deficiência²⁸ que para Mendes (2014), é “o maior programa indutor de políticas públicas estruturantes já formulado no país em favor das pessoas com deficiência”. (MENDES, 2014, p. 166).

Outra iniciativa governamental, visando melhorar as condições de acessibilidade à educação, é o Programa Interiorizando Libras. Lançado pelo Ministério da Educação (MEC), em 2003, tendo como público professores e instrutores surdos, e como disciplinas, entre outras, o Ensino da Língua Portuguesa para Surdos e Tradução e Interpretação de Libras. O programa, entre outras ações²⁹, financia material didático aos cursos que ocorrem nos Centros de Formação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS).³⁰ (FELIPE, 2007).

²⁶ Decreto nº 5.296, Art. 60 - Os programas e as linhas de pesquisa a serem desenvolvidos com o apoio de organismos públicos de auxílio à pesquisa e de agências de financiamento deverão contemplar temas voltados para a tecnologia da informação acessível para pessoas portadoras de deficiência.

²⁷ Portaria GM nº 793 de 24 de abril de 2012. A Rede visa assegurar o acompanhamento e cuidados qualificados para pessoas com deficiência auditiva, física, intelectual, visual múltiplas e ostomias. (MENDES, 2014)

²⁸ Decreto nº 7.612 de 17 de novembro de 2011.

²⁹ Outras iniciativas do MEC, inseridas na Política de Educação Inclusiva no Brasil estão disponíveis no ANEXO B.

³⁰ Criados em 2004, os centros são parte das ações voltadas para a inserção do surdo na sociedade.

Em 6 de julho de 2015³¹ foi aprovada, por unanimidade, pelo Senado Federal e sancionada pela Presidente Dilma Rousseff, a Lei nº 13.146, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).³²

Para Canheu (2015), a concepção de pessoa com deficiência adotada pela Lei, é um dos fatores mais significativos, uma vez que livra essas pessoas a condição de incapacidade civil. O novo conceito de pessoa com deficiência, a partir da promulgação da lei, passa a ser:

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (Brasil, 2015).

Dentre outras disposições relacionadas à Libras, a Lei faz determinação quanto a Acessibilidade, Educação e Acesso à Informação, conforme pode ser observado no “CAPÍTULO II DO ACESSO À INFORMAÇÃO E À COMUNICAÇÃO”:

Art. 68. O poder público deve adotar mecanismos de incentivo à produção, à edição, à difusão, à distribuição e à comercialização de livros em formatos acessíveis, inclusive em publicações da administração pública ou financiadas com recursos públicos, com vistas a garantir à pessoa com deficiência o direito de acesso à leitura, à informação e à comunicação. § 3º O poder público deve estimular e apoiar a adaptação e a produção de artigos científicos em formato acessível, inclusive em Libras. (BRASIL, 2015).

Para Canheu (2015), a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, busca “assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência visando à sua inclusão social e cidadania”.

³¹A Lei entrará em vigor no dia 03 de janeiro de 2016, portanto, 180 (cento e oitenta) dias, após sua aprovação.

³²Lei disponível em: <http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/2015/13146.htm#LI>

2.2.2 Deficiente auditivo x surdo: o diferencial

"O que importa a surdez dos ouvidos quando a mente escuta? A única surdez verdadeira, a surdez incurável, é a surdez da mente." Victor Hugo

De acordo com Leite (2004, p.19), a ideia de que o surdo é um deficiente tem raízes na antiguidade, quando se acreditava que o surdo não era educável e nem seria salvo, uma vez que não "podia ouvir a palavra de Cristo." Nesse sentido "para o senso comum, os surdos são ouvintes deficientes, isto é, uma manifestação patológica, ou desviante, do próprio padrão social de normalidade hegemônico". (LEITE, 2004, p. 19).

O conceito de "normalidade é algo culturalmente construído [...] e será (re)definido em relação à regra do maior número", (FALCÃO, 2007, p. 45). As minorias serão confrontadas com a normalidade majoritária, sendo que as pessoas que se fazem presentes nessa minoria devem ter suas condições diferenciadas corrigidas para então serem aceitas pela sociedade. Caso isso não seja possível são relegadas a um segundo plano, a margem de qualquer oportunidade de desenvolvimento. (FALCÃO, 2007).

É grande a variedade de termos usados para designar as pessoas com problemas de audição advindos da área médica, e principalmente, da visão que a sociedade tem sobre os surdos. Vários desses termos são, em grande medida, "estereótipos negativos acerca de surdos, tais como o mudo, deficiente, anormal, doente, entre outros". (STRÖBEL, 2007, p. 23).

Essa visão negativa deu lugar a uma caricatura na qual o surdo "não apresenta inteligência, competência e capacidade ativa de tomar suas próprias decisões", e que se respalda na "limitação de apenas um de seus sentidos". (FRANCO, 2014, p. 39).

A Comunidade Surda do Brasil optou pela autodenominação surdo "em detrimento dos termos que acentuam a deficiência na própria denominação", (SHINTAKU, 2009, p. 64). Segundo o autor, essa mesma comunidade cunhou o termo 'ouvinte' para quem não pertence a ela, criando assim a dicotomia entre surdos e ouvintes. Essa denominação não é usada na literatura médica, com foco fisiológico, em que o termo adotado para surdez é deficiência auditiva. (SHINTAKU, 2009).

Sacks (1998), em sua obra clássica: “Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos”, no primeiro capítulo do livro, faz uma declaração que pode dar às pessoas que escutam uma dimensão da condição do surdo em relação à sociedade:

Pode-se debater se a surdez é ou não “preferível” à cegueira quando adquirida não muito cedo na vida; mas nascer surdo é infinitamente mais grave do que nascer cego pelo menos de forma potencial. Isso porque os que têm surdez pré-linguística, incapazes de ouvir seus pais, correm o risco de ficar seriamente atrasados, quando não permanentemente deficientes, na compreensão da língua, a menos que se tomem providências eficazes com toda presteza. E ser deficiente na linguagem, para um ser humano, é uma das calamidades mais terríveis, porque é apenas por meio da língua que entramos plenamente em nosso estado e cultura humanos, que nos comunicamos livremente com nossos semelhantes, adquirimos e compartilhamos informações (SACKS, 1998, p. 22).

Uma forma de ver o surdo, que extrapola a questão patológica, é a concepção cultural. Essa concepção compreende que o surdo busca constantemente pela sua identidade e luta “por um espaço existencial de diferença fundamentado em vivências visuais de socialização”. (NOBREGA *et al*, 2012, p. 678).

Os autores citam que como parte das condições estabelecidas por corpos com impedimentos, físicos, intelectuais ou sensoriais, a surdez também por muito tempo, foi tratada apenas sob o ponto de vista patológico. Como preconiza este ponto de vista, o surdo é um paciente e como tal deve se adaptar à cultura dominante, ou seja, o mundo dos sons, cujos padrões de normalidade são determinados pelos ouvintes. Essa percepção vem “conferindo às tecnologias oralizantes ou auditivas-reparadoras o papel de estratégia fundamental para adaptá-los e integrá-los à sociedade”. (NOBREGA *et al*, 2012, p. 678).

Para a legislação brasileira³³, a deficiência auditiva é caracterizada pela perda bilateral³⁴, parcial ou total, de 41 (dB) ou mais, aferida por audiograma

³³Decreto nº 3.298/1999. (BRASIL, 1999).

³⁴Encontra-se em tramitação o Projeto de Lei 1361/2015 que propõe alteração no termo “bilateral”.

nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz. Os graus e níveis são:

- 25 a 40 dB - surdez leve
- 41 a 55 dB - surdez moderada
- 56 a 70 dB - surdez acentuada
- 71 a 90 dB - surdez severa
- acima de 91 dB - surdez profunda, anacusia. (BRASIL, 1999).

Além dos graus e níveis de surdez, outro fator primordial para o processo de aquisição da linguagem é a idade em que a pessoa deixou de ouvir, considerando-se que a surdez pode ser congênita³⁵ ou adquirida³⁶. A surdez adquirida, aquela iniciada após o nascimento, pode acontecer em períodos distintos da vida: “Pré-linguística - anterior ao processo de aquisição de uma língua natural; Peri-linguística - durante a aquisição de uma língua natural ou Pós-linguística, posterior ao processo de aquisição de uma língua natural.” (SANTOS, 2009, p. 33). Para a autora essa variação de períodos tende a impactar tanto na comunicação quanto na aceitação da surdez pelo surdo. Portanto, surdos podem falar o português, usar a Libras, usar ambas as línguas, ou seja, “se diferenciam entre si, tanto no que se refere aos aspectos fisiológicos quanto no que diz respeito aos aspectos linguísticos e socioculturais.” (SANTOS, 2009, p.34).

A dificuldade para se entender as diferenças que são inerentes à surdez faz com que ocorram alguns equívocos:

Existe um erro semântico e conceitual correspondente às pessoas que apresentam surdez congênita. Quem nasce surdo, com surdez profunda não perde a audição, daí não é deficiente auditivo, é surdo. Diferentemente daquele que nasceu ouvinte e por algum motivo, doença, hereditariedade, acidente, ou qualquer fatalidade “perdeu” a audição. Portanto a situação do surdo é estática. Ninguém “volta” a escutar pela via auditiva que não funciona, este raciocínio também pode ser empregado àqueles que tiverem perda auditiva progressiva, os estímulos existem, mas não são decodificáveis como audíveis. (FALCÃO, 2007, p. 236).

Usando esse raciocínio, o autor contesta a obrigatoriedade de exames comprobatórios de surdez periódicos para manutenção de benefícios concedidos

³⁵ A pessoa nasce com problemas no canal auditivo que interferem na percepção dos sons.

³⁶ Surdez adquirida após o nascimento, motivada por variadas causas: doenças, acidentes, etc.

pelo governo, já que a surdez, como dito por ele, é “estática” e não transitória, vendo nessa exigência apenas resquícios da oralidade.

2.3 Língua de Sinais

*Quando eu aceito a língua de outra pessoa eu aceitei a pessoa...
Quando eu rejeito a língua, eu rejeitei a pessoa porque a língua é parte de nós mesmos...
Quando eu aceito a Língua de Sinais, eu aceito o Surdo,
e é importante ter sempre em mente que o Surdo tem o direito de ser Surdo.
Terje Basillier*

A língua de sinais sempre esteve atrelada à educação dos surdos. Capovilla e Temoteo (2014) elaboraram uma cronologia para identificar as variadas abordagens usadas no decurso da história da humanidade na educação dos surdos.

Para os autores o uso do combinismo³⁷ original que surgiu nos mosteiros espanhóis, no século XVI, caracteriza-se como a primeira iniciativa para educação dos surdos.

O livro “*Reducción de las letras y arte para enseñar a hablar los mudos*”, de autoria de Juan Pablo Bonet, publicado em 1620, foi o primeiro livro dedicado à educação de surdos. (CAPOVILLA; TEMOTEO, 2014).

No século XVII surgiram duas abordagens antagonistas “o sinalismo ou manualismo do abade Charles Michel De l'Épée na França, e o oralismo de Samuel Heinicke, na Alemanha”. (CAPOVILLA; TEMOTEO, 2014, p. 108).

Ainda de acordo com Capovilla e Temoteo (2014), o método criado pelo abade francês era sistematicamente contestado pelo alemão Samuel Heinicke, opositor ferrenho ao sinalismo, que acreditava no oralismo estrito que tinha como objetivo principal fazer o surdo falar. O resultado da disputa pela primazia na educação dos surdos originou o “diálogo crítico entre sinalismo de l'Épée e oralismo produziu refinamentos teóricos de parte a parte”. (CAPOVILLA; TEMOTEO, 2014, p. 111).

O sistema de sinais metódicos, adotado pelo abade francês em 1750, era composto pela combinação “da língua de sinais nativa com a gramática

³⁷ Método que associa duas técnicas: sinais e língua oficial do país.

francesa traduzida”. (SACKS, 1998, p. 31). Para Capovilla e Temoteo o uso do sistema teve início com o ensino para duas irmãs com surdez congênita profunda. Conforme os autores, o sucesso auferido pelo religioso angariou a simpatia dos intelectuais e a posterior subvenção da escola criada em sua casa pelo Rei Luís XV.

O reflexo da abordagem criada pelo abade se estendeu a vários países, incluindo os Estados Unidos por intermédio de Thomas Gallaudet, que em 1817, fundou a primeira escola permanente para a *Connecticut Asylum for the Deaf and Dumb* (mais tarde rebatizada de *American Asylum for the Education and Instruction of the Deaf and Dumb*, posteriormente *American School for the Deaf*. (CAPOVILLA; TEMOTEO, 2014).

A exemplo do ocorrido nos Estados Unidos, o Brasil adotou o método francês. O ensino da língua de sinais foi iniciado a partir do convite feito por D. Pedro II, em 1855, para que o francês Hernet Huet cuidasse da educação dos surdos brasileiros. Atendendo a um pedido de Huet, em 1857 foi criada a primeira escola especial para surdos: Instituto de Educação de Surdos-Mudos, atual Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES). (LEITE, 2004).

Entre 1770 e 1880, ocorreu o grande impulso mundial na educação dos surdos, mas sobreveio uma crise com a proibição do uso de sinais, acarretando a perda de desenvolvimentos importantes ocorrido em um século no âmbito mundial. (SKLIAR, 2005).

Para o autor, o marco do declínio do uso da língua de sinais ocorreu em um congresso, realizado em de Milão em 1880, que contou com a participação de diretores das mais importantes escolas de surdos da Europa. Nessa época, a exclusão das línguas de sinais já era aceita mundialmente e compartilhada pelos profissionais das áreas de saúde e educação, pelos familiares dos surdos e pelos surdos que eram oralizados. (SKLIAR, 2005). O Congresso propiciou, portanto, que o fim do ensino via uso de sinais, ou do gestualismo fosse decretado e adoção do oralismo foi ratificada. (SKLIAR, 2005).

Skliar (2005) menciona que apenas um surdo estava participando desse evento, reforçando a prática comum dos ouvintes em tomar decisões sobre o que é mais adequado para o surdo.

Segundo Leite (2004), a repercussão do Congresso de Milão acarretou em 1910, em solo brasileiro, no banimento do ensino da língua de sinais da vida dos surdos e a adesão irrestrita do oralismo. Com isso, houve uma mudança profunda na qual

os alunos surdos foram proibidos de usar sua própria língua “natural” e, dali por diante, forçados a aprender, o melhor que pudessem, a (para eles) “artificial língua” falada. (SACKS, 1998, p. 40).

A opção pelo oralismo, defendida por ouvintes, tinha como pano de fundo uma sociedade que acreditava no controle e na negação da cultura surda, da identidade surda e das experiências visuais, segundo Skliar (2005).

Assim como nos demais países do mundo, no Brasil, embora “estigmatizada, desacreditada, desestimulada ou até mesmo proibida”, segundo Leite (2004, p.7), a língua de sinais sobreviveu, embora convivendo com outras técnicas de educação para surdos.

Dentre as técnicas mais usadas destacam-se: Leitura labial que consiste na observação do posicionamento dos lábios do falante; Bimodalismo, uso simultâneo da língua oral e da língua de sinais, porém acrescidas de sinais para designar preposições, artigos e conjunções; (GARCIA, 2002, p. 66); Bilinguismo, uso da Libras como primeira língua e da Língua Portuguesa escrita como segunda língua. (FALCÃO, 2007, p. 247); Dactilogia, escrita no espaço, cada letra do alfabeto pode ser representada pela posição das mãos e dos dedos. (GARCIA, 2002, p.65); e a Palavra Complementada: complemento da leitura labial com gestos sem significado linguístico. (GARCIA, 2002, p.65).

Cada uma dessas técnicas tem seus defensores e críticos. Muito embora o bilinguismo seja apontado por muitos pesquisadores como a melhor opção para educação dos surdos, ainda não foi logrado um consenso:

Contudo, consideramos que até o presente a problemática do método mais adequado à educação dos surdos continua sem resposta definitiva, sendo assim, a grande maioria das pessoas com surdez permanece em condição de exclusão na sociedade contemporânea. (MATICARDI; LANCILLOTTI, 2012, p.81).

Para Filietaz (2014, p. 157), a “luta em defesa da proposta de educação bilíngue vem se consolidando por meio da mobilização social e se constituindo como uma importante conquista” e nessa conjuntura, o que está mudando, é o

fato de que os ouvintes estão aprendendo a considerar a demandas dos surdos. Nessa nova perspectiva,

diferentemente de outras épocas os surdos estão sendo ouvidos, talvez não tanto quanto mereçam, provavelmente possuem opiniões mais confiáveis a respeito das técnicas a serem empregadas, se querem ou não estudar em escolas dirigidas por ouvinte, se querem ou não falar, estas conquistas serão obtidas com o passar do tempo, não esqueçam que nós ouvintes estamos aprendendo a “escutar”. (GARCIA, 2002, p. 71).

Conforme Sousa Júnior (1998), assim como outras línguas orais, a língua de sinais apresenta diferenças de acordo com o modo de falar de cada lugar, sendo que, geralmente, cada país possui uma língua de sinais oficial, como exemplo: Língua de Sinais Americana (ALS) nos Estados Unidos, Língua Gestual Portuguesa (LGP), (Portugal). O autor acredita que única exceção é o Brasil que possui registro de duas línguas de sinais largamente utilizadas por comunidades: a Língua de sinais oficial, a Libras – e Língua de Sinais Urubu-Kaapor (LSKB), usada pelos índios Urubu-Kaapor da Floresta Amazônica, no norte do Maranhão. Vilhalva e Andreis-Witkoski (2014, p. 265), alertam para o fato de que o reconhecimento oficial da Libras “não se estende à LSKB, o que contribui para que ela permaneça pouco conhecida”.

Felipe (2007) salienta que existe a possibilidade de utilização da mesma língua de sinais por países diferentes, o que ocorre com a Língua de Sinais Americana, adotada tanto nos Estados Unidos, quanto no Canadá

2.3.1 Língua Brasileira de Sinais: Libras

*“Recuso-me a ser considerada excepcional, deficiente.
Não sou. Sou surda. Para mim, a língua de sinais corresponde
à minha voz, meus olhos são meus ouvidos.
Sinceramente nada me falta.
É a sociedade que me torna excepcional”.*
Emmanuelle Laborrit - Atriz surda

De acordo com Nogueira e Zanquetta (2008, p.224) a definição do nome para identificar a linguagem dos surdos ocorreu em 1993, quando a denominação Língua Brasileira de Sinais “foi estabelecida em Assembleia, convocada pela Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos

(FENEIS).” Posteriormente essa nomenclatura foi ratificada pela legislação brasileira em 24 de abril de 2002, oficializado pela Lei nº 10.436, que conceitua Língua Brasileira de Sinais – Libras como

forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL, 2002).

O trecho a seguir extraído da referida lei, reflete a relevância dessa Lei para a Comunidade Surda brasileira:

O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), conforme legislação vigente (BRASIL, 2002).

A repercussão social, para Santana e Bergamo (2005), foi dos aspectos mais relevantes no reconhecimento da Libras como língua dos surdos, em razão da legitimação do surdo como sujeito de linguagem, com todas as funcionalidades contidas na linguagem: comunicação, pensamento, aprendizagem.

Embora a língua de sinais tenha uma longa trajetória na história, ainda está presente no imaginário popular uma visão distorcida de se tratar de uma forma inferior de comunicação, não merecendo o mesmo *status* dispensado às línguas orais:

Muitas pessoas acreditam que a Libras é o Português feito com as mãos, na qual os sinais substituem as palavras escritas desta língua, e que ela é uma linguagem como a linguagem das abelhas ou do corpo, como mímica. Entre as pessoas que acreditam que a Libras é realmente uma língua, há algumas que pensam que ela é limitada e expressa apenas informações concretas, e que é incapaz de transmitir idéias abstratas” (FELIPE, 2007, p. 20).

Ainda segundo a autora, a Libras se diferencia da língua oral, por se tratar de modalidade gesto-visual, e para isso se utiliza de sinais e expressões faciais, divergindo assim da língua portuguesa que trabalha com sons articulados perceptíveis pela audição. O desconhecimento sobre a Libras criou mitos que devem ser desconstruídos, uma vez que “estas línguas são comparáveis em complexidade e expressividade a quaisquer língua orais”. (FELIPE, 2007, p. 20).

Conforme Falcão (2007) em torno de 90% das crianças surdas são filhas de pais ouvintes, que, em grande medida, levam um bom tempo para descobrir a surdez e só posteriormente aceitam o aprendizado da Libras, o que acarreta dificuldades para o “desenvolvimento cognitivo e aquisição da linguagem”. (FALCÃO, 2007, p. 78).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa é descritiva, o que de acordo com Braga (2007, p.25) “tem o objetivo de identificar as características de um determinado problema ou questão e descrever o comportamento dos fatos e fenômenos”.

O método adotado foi de cunho quantitativo, que nas palavras de Minayo (2010, p.56) “tem o objetivo de trazer à luz dados, indicadores e tendências observáveis ou produzir modelos teóricos de alta abstração com aplicabilidade prática”. Neste sentido, foi aplicada a Bibliometria que permite a identificação de “avanços e tendências de publicações nas diversas áreas do conhecimento”. (SILVA; SANTOS e RODRIGUES, 2011, p. 294).

Os autores salientam que os estudos bibliométricos possibilitam o acompanhamento dos estudos desenvolvidos em diferentes esferas do conhecimento científico. Estes estudos possibilitam a Identificação dos autores que mais produziram, os periódicos que publicaram em uma determinada área, dentre outros indicadores. (SILVA; SANTOS e RODRIGUES, 2011).

A pesquisa teve como *corpus* de investigação a produção científica declarada pelos pesquisadores na Plataforma Lattes, mantida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) sobre o tema Língua Brasileira de Sinais (Libras). A opção pelo uso da plataforma é baseada em sua abrangência e confiabilidade, o que tornou o Currículo Lattes:

um padrão nacional no registro da vida pregressa e atual dos estudantes e pesquisadores do país, e é hoje adotado pela maioria das instituições de fomento, universidades e institutos de pesquisa do país. Por sua riqueza de informações e sua crescente confiabilidade e abrangência, se tornou elemento indispensável e compulsório à análise de mérito e competência dos pleitos de financiamentos na área de ciência e tecnologia. (CNPq, 2015).

A partir de uma amostra de currículos recuperados foram selecionados artigos que posteriormente foram compilados em uma base de dados juntamente com dados bibliométricos como: formação profissional, titulação acadêmica, local de atuação dos pesquisadores. Além disso, foram também extraídos dados dos periódicos que publicaram os artigos. Esses procedimentos serão detalhados na seção seguinte.

Para verificar o impacto da Lei da Libras na produção científica sobre o tema Libras, foi identificada, para os fins desta pesquisa, a produção nos anos anteriores e posteriores à promulgação da referida Lei e realizada uma comparação entre os períodos.

Visando propiciar um melhor entendimento do processo a partir da coleta até a análise dos dados, a seguir estão dispostas as etapas que foram seguidas:

- a) 101 currículos levantados à partir das palavras-chave: Língua Brasileira de Sinais; Brazilian Sign Language; LIBRAS;
- b) Identificação da produção de artigos em Libras nos 101 currículos;
- c) Exclusão dos 28 pesquisadores que não declararam produção de artigos sobre o tema;
- d) Análise dos currículos de 73 pesquisadores que publicaram sobre o tema Libras;
- e) Identificação da produção de 241 artigos sobre o temas Libras;
- f) Identificação do primeiro autor de cada um destes 241 artigos;
- g) Identificação de 102 autores citados em primeiro lugar.

3.1 Procedimentos de coleta de dados

A escolha dos termos para a pesquisa baseou-se em primeiro lugar na denominação citada pela Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que traz a nomenclatura “Língua Brasileira de Sinais (Libras)”. Assim os dois primeiros cabeçalhos escolhidos foram: Língua Brasileira de Sinais como frase exata, de acordo com a nomenclatura oficial e a sigla Libras, sua abreviatura. Como o padrão para publicação de artigos prevê, na maioria dos casos, resumo e palavras-chave em português e inglês, o outro termo adotado foi “*Brazilian Sign Language*”, tradução inglesa do termo oficial.

Posteriormente foi analisado o resultado de buscas livres, ou seja, sem campo previamente definido, realizadas em bases de dados bibliográficas como: Scielo; Scopus. Por último, a mesma busca foi realizada na Plataforma Lattes. Após estes procedimentos conclui-se que os termos: Libras; Língua

Brasileira de Sinais; *Brazilian Sign Language* se mostraram adequados para a busca na Plataforma Lattes.

A seguir, foram analisadas as possibilidades de busca oferecidas pela Plataforma Lattes: “busca simples” e “busca avançada.” A busca avançada foi considerada mais adequada por possibilitar uma pesquisa refinada. Este processo resultou na construção da seguinte estratégia de busca:

- a) Frase exata: Língua Brasileira de Sinais;
- b) Todas essas palavras: Brazilian Sign Language;
- c) Qualquer uma dessas formas de apresentação de palavras: (LIBRAS), Libras, LIBRAS (embora não se tenha observado diferenças em relação às grafias das palavras acima, optou-se por usar esses termos para inibir prováveis exclusões na busca).

Do levantamento realizado na Plataforma Lattes, obteve-se o resultado de 101 currículos. Destes, foram extraídos os seguintes dados:

- Nome do pesquisador e sua formação acadêmica (com detalhamento de dissertação e teses);
- Instituição de afiliação;
- Título do artigo;
- Título de periódico, escopo/área, identificação da instituição editora (localização institucional e geográfica).

Os dados foram inseridos em um banco de dados criado no *software Excel*.³⁸

Para garantir a fidedignidade dos dados, em alguns momentos, foi necessário recorrer a fontes de informação bibliográfica. Entre as quais, destacam-se o Sistema Eletrônico de Editoração de Revista (SEER)³⁹, o Catálogo Coletivo Nacional (CCN)⁴⁰ e a Scielo⁴¹

³⁸ Programa de planilha eletrônica desenvolvido pela Microsoft Windows.

³⁹ Criado pelo IBICT - possibilita a inclusão de periódicos de acesso livre. O SEER foi utilizado com grande frequência, pois, a normalização exigida pelo sistema otimiza a localização de dados dos periódicos.

⁴⁰ Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriada (CCN) - catálogo de acesso público que reúne informações sobre as coleções de publicações seriadas nacionais e estrangeiras disponibilizadas por Bibliotecas no Brasil.

Em relação aos periódicos internacionais, quando não eram localizados no CCN, optou-se em utilizar o *Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal* (Latindex) e o *European Reference Index for the Humanities and the Social Sciences* (ERIH PLUS).

3.2 Procedimentos de análise de dados

A análise foi realizada após o levantamento e depuração dos dados. Para tanto, foi necessária a definição de algumas categorias e subcategorias para estudo e discussão dos dados a seguir:

- Nome do pesquisador;
- Formação acadêmica do autor;
- Instituição de afiliação do autor;
- Tipo de publicação;
- Identificação do artigo;
- Identificação do periódico científico.

3.3 Limitações da pesquisa

Nessa fase foram evidenciadas algumas situações que refletiram na etapa de coleta de dados, tornando-a mais complexa e lenta.

Em relação a identificação da autoria dos artigos, ressalta-se que em alguns casos os nomes dos autores eram informados de forma incompleta ou incorreta. Tais circunstâncias geraram a necessidade de consulta em outra fonte para elucidação desses dados.

Além da identificação correta da autoria dos artigos, em algumas situações, não era possível identificar o tema via título do trabalho. Dessa

⁴¹Scientific Electronic Library Online (SciELO) - biblioteca virtual de revistas científicas brasileiras em formato eletrônico

forma, novamente foi essencial o acesso a bases de dados com texto completo. A relevância de escolher um título que possa definir de forma apropriada o assunto abordado em artigo já foi descrito na literatura. Entre os autores que se dedicaram a essa questão, destaca-se a contribuição de Ravelli *et al* (2009), ao enfatizam que

nos tempos atuais, marcados por intenso uso de tecnologias eletrônicas de organização e recuperação de informações, há a necessidade de que o título de artigo de periódico científico, na área de saúde e nas demais áreas especializadas, seja claro, conciso e preciso, constando de termos que possam servir como palavras chave significativas, de modo a facilitar inclusive o processo de indexação das publicações. (RAVELLI *et al*, 2009, p. 511).

Outra situação encontrada foi de artigos que não apresentavam palavras-chave com a tradução em inglês do termo: “*Brazilian Sign Language*”. A ausência do termo correspondente ao português “Língua de Sinais Brasileira”, também impactou no total de currículos recuperados, pois o termo “*Brazilian Sign Language*” foi um dos termos relacionados para a pesquisa no Lattes.

Ainda com relação à escolha de título ou palavras-chave do artigo, outra limitação observada em alguns currículos foi a adoção do termo “Língua de Sinais Brasileira”, diferente do daquele determinado pela legislação. Tal limitação, possivelmente, acarretou uma redução na quantidade de currículos recuperados, uma vez que um dos termos utilizados na busca foi a expressão exata: Língua Brasileira de Sinais, forma adotada pela legislação.

A identificação da área a que pertence o periódico em que está o artigo, foi outro fator limitante da presente pesquisa. No início, o Qualis/CAPES foi cogitado como fonte de esclarecimento das questões relacionadas à área do conhecimento nas quais se inseriam os periódicos. Entretanto, devido ao fato de que o Qualis/CAPES conceitua o periódico sob várias perspectivas, o que não possibilitaria arbitrar qual a área ou escopo do periódico. Foi decidido então que a informação sobre o escopo seria obtida diretamente no periódico, seja em sua forma impressa ou virtual. Cabe mencionar que a grande maioria dos periódicos possui um ícone “Políticas”, no qual se encontra a informação sobre “Foco e Escopo”, em que é declarada a área da publicação. Entretanto,

alguns periódicos não informavam estes dados. Nesses casos foram usadas fontes citadas anteriormente, tais como CCN, SEER.

Com relação à amostra inicial, durante a identificação da autoria principal dos artigos, verificou-se que nem todos estavam entre os currículos recuperados. Portanto, a análise da autoria principal dos artigos resultou na recuperação de autores, que em alguns casos, não estavam representados na amostra inicial. Esta situação pode estar relacionada, entre outros fatores, a um ou mais de um dos motivos que se seguem:

- Adoção do termo diferente do determinado por Lei para denominar a Língua Brasileira de Sinais;
- Não inserção no currículo do artigo sobre Libras;
- Não utilização da tradução para o inglês do termo Língua Brasileira de Sinais, em resumos ou palavras-chave nos artigos recuperados;
- Inexistência de currículo Lattes;
- Currículo desatualizado.

Trata-se de mais um fator que influenciou na quantidade de currículos recuperados. Contudo, obteve-se uma quantidade de currículos suficientes para realização da pesquisa.

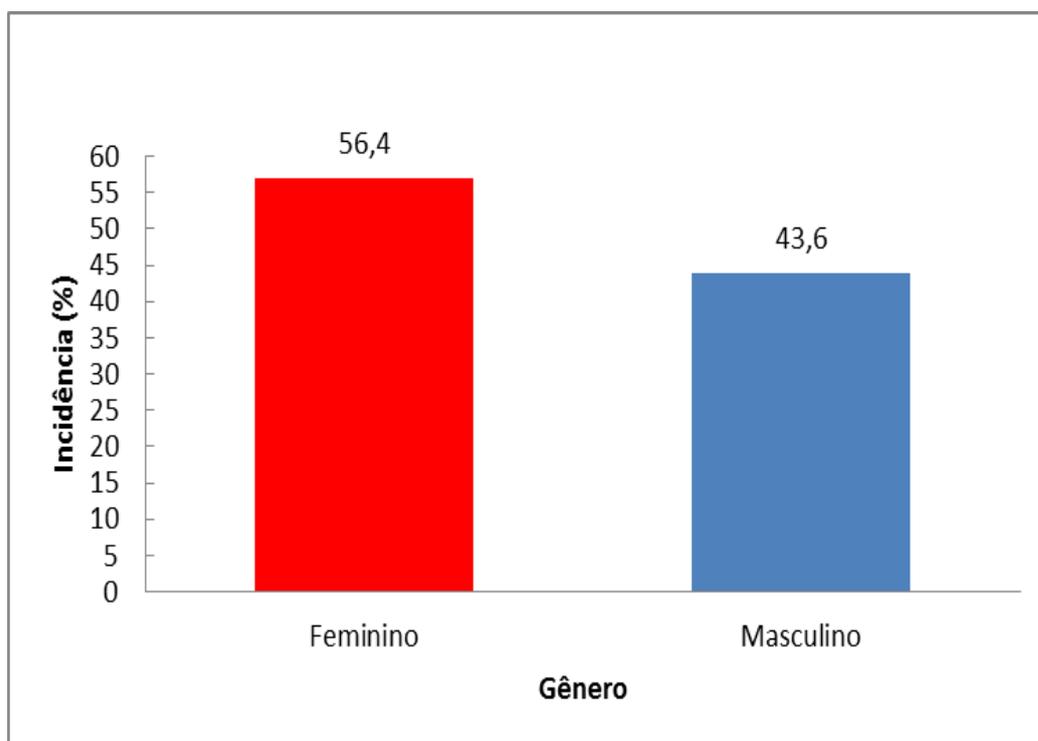
4 ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS

A busca na Plataforma Lattes, recuperou o total de 101 currículos Lattes com indicação de produção científica sobre a Língua Brasileira de Sinais. Uma lista completa, em ordem alfabética encontra-se no APÊNDICE A. A seguir serão apresentados e analisados dados do currículo dos 101 pesquisadores com o intuito de identificar o perfil da amostra.

4.1 Identificação dos Pesquisadores

Em relação ao gênero foram identificados 57 pesquisadoras e 44 pesquisadores. O GRÁFICO 2, a seguir, apresenta o percentual de pesquisadores distribuídos por gênero.

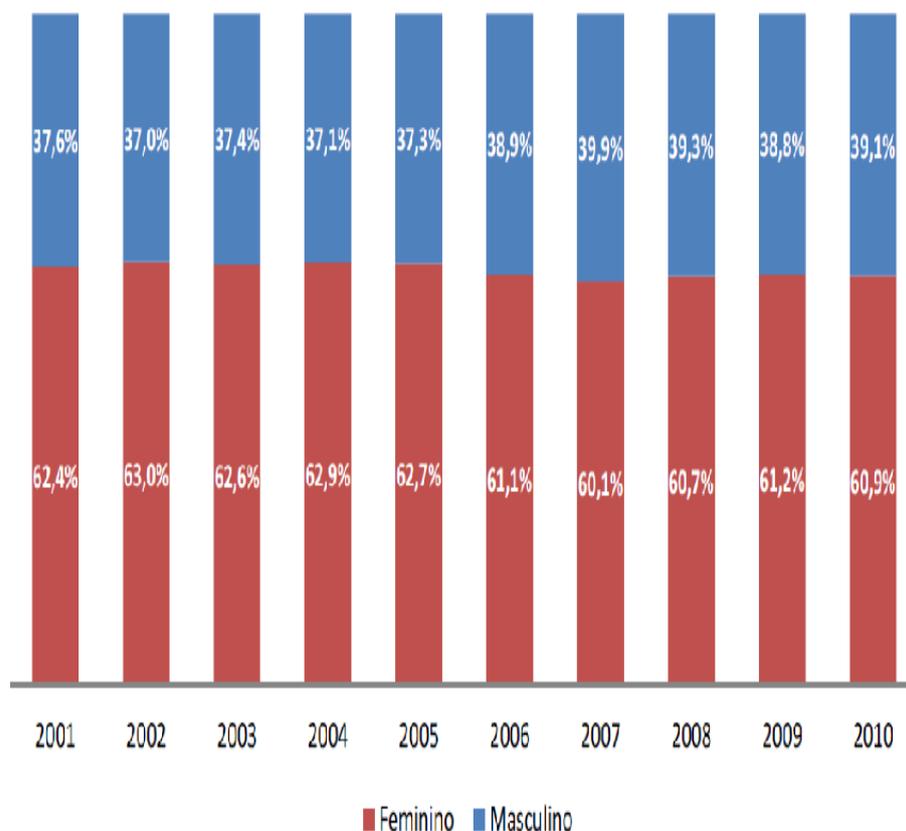
Gráfico 2 - Gênero



Fonte: Autora.

Observa-se a predominância feminina, o que pode ser explicado em decorrência da participação de mulheres não só em matrículas nos cursos da educação superior brasileira, como também no total de concluintes, conforme resultado de Censos Educacionais. (GRÁFICO 3).⁴²

Gráfico 3 - Evolução da participação percentual de concluintes em curso de graduação (presencial e a distância) por sexo – Brasil – 2001-2010



Fonte: MEC/Inep, 2011.

4.1.1 Formação acadêmica

Houve uma grande variação na escolha dos cursos de graduação realizados pelos 101 pesquisadores analisados (TABELA 1). Dentre os cursos, os que apresentaram a maior incidência foram: Letras, Fonoaudiologia e Psicologia.

⁴²BRASIL. Ministério da Educação. Instituto de Estudos e Pesquisas educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Superior 2010: divulgação dos principais resultados. Brasília: MEC/Inep, 2011. 24 p.

Tabela 1 - Graduação – Grande Área

GRADUAÇÃO	Grande Área
Arquitetura e Urb.	Ciências Sociais Aplicadas
Biblioteconomia e Doc./Pedagogia	Ciências Humanas
Ciência da Computação	Ciências Exatas e da Terra
Ciências Biológicas	Ciências Biológicas
Ciências Contábeis	Ciências Sociais Aplicadas
Educação Física	Ciências da Saúde
Enfermagem e Obstetrícia	Ciências da Saúde
Engenharia Civil	Engenharias
Engenharia de Controle e Automação	Engenharias
Engenharia Elétrica	Engenharias
Engenharia Eletrônica	Engenharias
Engenharia Química/ Psicologia	Engenharias
Física	Ciências Exatas e da Terra
Fonoaudiologia	Ciências da Saúde
Fonoaudiologia/Letras	Ciências da Saúde
Inglês	Linguística, Letras e Artes
Jornalismo	Ciências Sociais Aplicadas
Letras	Linguística, Letras e Artes
Letras com Lic. em Libras/Matemática	Linguística, Letras e Artes
Letras Libras.	Linguística, Letras e Artes
Letras Libras/Cinema	Linguística, Letras e Artes
Letras/Fonoaudiologia	Linguística, Letras e Artes
Letras/Libras	Linguística, Letras e Artes
Letras/Pedagogia	Linguística, Letras e Artes
Letras-Libras/Pedagogia	Linguística, Letras e Artes
Língua e Lit. Port.	Linguística, Letras e Artes
Língua e Literatura Inglesas	Linguística, Letras e Artes
Matemática	Ciências Exatas e da Terra
Medicina	Ciências da Saúde
Não informado	Não Informado
Pedagogia	Ciências Humanas
Pedagogia/Letras	Ciências Humanas
Pedagogia/Letras-Libras	Ciências Humanas
Psicologia	Ciências Humanas
Serviço Social	Ciências Sociais Aplicadas
Tec. em Design Gráfico/Comunicação Social	Linguística, Letras e Artes
Tec. em Informática	Ciências Exatas e da Terra

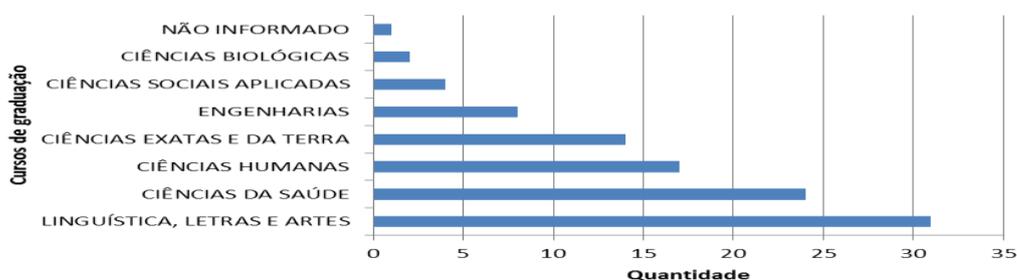
GRADUAÇÃO	Grande Área
Tec. em Proces. de Dados	Ciências Exatas e da Terra
Tecnologia de Computação	Ciências Exatas e da Terra
Tecnologia em Sistemas para Internet	Ciências Exatas e da Terra
Tradutores e Intérpretes	Linguística, Letras e Artes

*Um dos pesquisadores não informou o nome do curso de graduação

Fonte: Autora.

A opção pelos cursos de Psicologia, Fonoaudiologia e Letras gerou um quadro em que as grandes áreas de “Ciências Humanas”, “Ciências da Saúde”, “Linguística, Letras e Artes”, predominaram durante a graduação. (GRÁFICO 4, a seguir).

Gráfico 4 - Grande Área – Graduação.

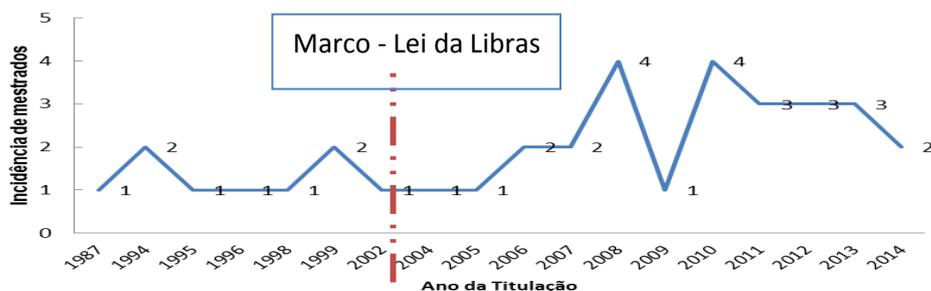


Fonte: Autora.

Do total de pesquisadores (101), oito tinham apenas a graduação e sete a especialização. Em relação a titulação de mestrado, observou-se que dois pesquisadores realizaram o doutorado após a conclusão da graduação. Os demais 84 completaram o mestrado. Verificou-se que das 84 defesas de mestrado, 35 versavam sobre o temas Libras o que corresponde a 41,66%, ou seja, menos da metade das dissertações defendidas.

O total de dissertações é apresentado cronologicamente no GRÁFICO 5.

Gráfico 5 - Cronologia das defesas de dissertações

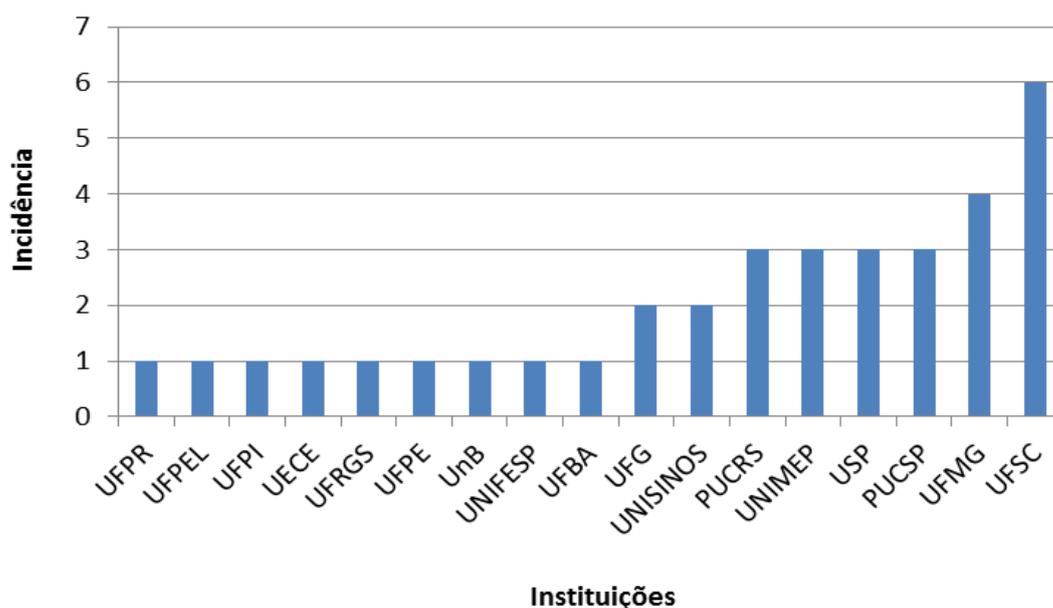


Fonte: Autora.

Para averiguar a tendência de aumento na titulação de mestre após a promulgação da Lei da Libras ocorrida em abril de 2002, foram identificadas as dissertações defendidas sobre o tema antes e depois desta legislação. De 1987 a 2001 foram defendidas oito. No ano de 2002, em que a lei foi promulgada foi defendida uma dissertação. Posteriormente à Lei, de 2003 a 2014, foram defendidas 26 dissertações. Na comparação entre este intervalo observou-se um aumento de 225% em relação ao período anterior ao da promulgação da lei no número de dissertações sobre o tema Libras. Esse aumento sugere que a lei influenciou positivamente na produção de dissertações sobre o tema Libras.

As dissertações foram distribuídas por instituições conforme o GRÁFICO 6).

Gráfico 6 - Instituição da Titulação Mestrado



Fonte: Autora.

Considerando o total de dissertações sobre o tema Libras, observou-se que as instituições que mais congregaram as defesas foram: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), seguida pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Empatados com o mesmo número de dissertações estão: Universidade de São Paulo (USP), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Observa-se

que as instituições acima mencionadas estão concentradas nas regiões Sudeste e Sul. Ressalta-se que a UFSC foi a primeira instituição federal de ensino superior a ofertar o curso de Libras.

Entre os pesquisadores, 65 concluíram o doutorado conforme apresentado no QUADRO 6.

Quadro 6 - Titulação: Doutorado/Ano

PESQUISADORES	TITULAÇÃO	ANO DA TITULAÇÃO
ALMEIDA, S. G. M.	Doutorado em Engenharia Elétrica	2014
ARAÚJO, T. M. U. de	Doutorado em Engenharia Elétrica	2012
BANDINI, H. H. M.	Doutorado em Educação Especial	2006
BARBOSA, F. V.	Doutorado em Ciências da Reabilitação.	2007
BARBOSA, M. A.	Doutorado em Enfermagem	1994
BARBOSA, P. A.	Doutorado em Signal-Image-Parole/Option Parole.	1994
BERNARDINO, E. L. A.	Doutorado em Linguística Aplicada	2005
BREGA, J. R. F.	Doutorado em Engenharia de Transportes	1997
CAMPELLO, A. R. e S.	Doutorado em Educação	2008
CAPORALI, S. A.	Doutorado em Psicobiologia	2001
CAPOVILLA, F. C.	Doutorado em IN EXPERIMENTAL PSYCHOLOGY	1989
CARDOSO, F. C.	Doutorado em Física	2004
CÁRNIO, M. S.	Doutorado em Linguística	1995
CHAVEIRO, N.	Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde	2011
COSTA, A. C. da R.	Doutorado em Computação	1993
DE MARTINO, J. M.	Doutorado em Engenharia Elétrica	2005
DELOU, C. M. C.	Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade	2001
DIGIAMPIETRI, L. A.	Doutorado em Ciência da Computação	2007
FERNANDES, S. de F.	Doutorado em Estudos Linguísticos	2003
FERNEDA, E.	Doutorado em Ciência da Computação	1992
FERREIRA, L.	Doutorado em Linguística	1977
FLECK, M. P. de A.	Doutorado em Medicina	1997
FRANÇOZO, M. de F. de C.	Doutorado em Saúde Mental	1996
GESSER, A.	Doutorado em Linguística Aplicada	2006

PESQUISADORES	TITULAÇÃO	ANO AD TITULAÇÃO
GUIMARÃES, F. G.	Doutorado em Engenharia Elétrica	2008
HARRISON, K. M. P.	Doutorado em Linguística Aplicada e estudos da Linguagem	2006
HEBERLE, V. M.	Doutorado em Letras	1997
KARNOPP, L. B.	Doutorado em Lingüística e Letras	1999
LACERDA, C. B. F. de	Doutorado em Educação	1996
LAMPRECHT, R. R.	Doutorado em Linguística e Letras	1990
LEITE, T. de A.	Doutorado em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês	2008
LESSA, A. B. C. T.	Doutorado em Lingüística Aplicada e Estudos da Linguagem	1997
LICHTIG, I.	Doutorado em Speech Sciences Board	1984
LODI, A. C. B.	Doutorado em Lingüística Aplicada e Estudos da Linguagem	2004
LUZ, R. D.	Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano	2011
MACEDO, E. C. de	Doutorado em Psicologia	2000
MCCLEARY, L. E.	Doutorado em Linguística	1996
MORAES, M. S. de	Doutorado em Comunicação e Semiótica	2012
NASCIMENTO, S. P. de F. do	Doutorado em Linguística	2009
OLIVEIRA, A. S. C. L. de	Doutorado em Linguística	2008
OLIVEIRA, C. S.	Doutorado em Educação do Indivíduo Especial	2002
PASSOS, R.	Doutorado em Linguística Teórica e Descritiva	2014
PEREIRA, A. T. C.	Doutorado em Arquitetura	1992
PEREIRA, M. C. da C.	Doutorado em Linguística	1990
PEREIRA, M. C. P.	Doutorado em Estudos da Tradução	2014
PERES, S. M.	Doutorado em Engenharia Elétrica	2006
PINTO, R. do C. N.	Doutorado em Linguística	1999
PINTO, S. C. C. da S.	Doutorado em Informática	2000
PIZZIO, A. L.	Doutorado em Linguística	2011
PIZZOLATO, E. B.	Doutorado em Computer Science	1999
PORTO, C. C.	Doutorado em Medicina	1963
QUADROS, R. M. de	Doutorado em Lingüística e Letras	1999
ROSE, J. C. C. de	Doutorado em Psicologia	1981
SANTOS, A. C. dos	Doutorado em Medicina	1998
SANTOS, L. F. dos	Doutorado em Educação Especial	2014

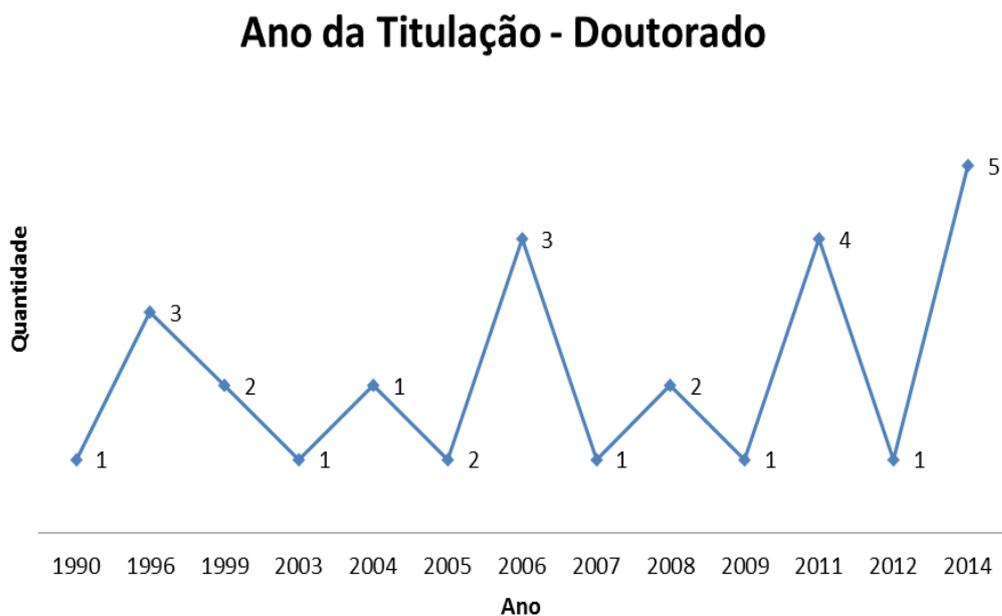
PESQUI8ADORES	TITULAÇÃO	ANO AD TITULAÇÃO
SEABRA, A. G.	Doutorado em Psicologia	2000
SOUZA FILHO, G. L. de	Doutorado em Informática	1997
SOUZA, R. M. de	Doutorado em Lingüística	1996
SOUZA, T. A. F. de	Doutorado em Lingüística	1996
STUMPF, M. R.	Doutorado em Informática na Educação	2005
TEIXEIRA, E. R.	Doutorado em Ph D Em Fonética e Lingüística.	1985
VALADÃO, M. N.	Doutorado em Medicina	2011
VASCONCELLOS, M. L. B. de	Doutorado em Letras	1997
VERDU, A. C. M. A.	Doutorado em Educação Especial	2004
XAVIER, A. N.	Doutorado em Lingüística.	2014

Fonte: Autora.

Dentre os 65 pesquisadores que concluíram o doutorado, sendo que 27 das defesas versavam sobre o tema Libras, o que corresponde a 41,54%. As demais 38 teses, o que corresponde a 58,46%, versavam sobre outros temas.

Para identificar a tendência de aumento na titulação de doutor após a promulgação da Lei da Libras ocorrida em 2002, foram analisada as teses defendidas nos períodos anteriores e posteriores à legislação. Essa análise foi representada no GRÁFICO 7.

Gráfico 7 - Ano da titulação doutorado

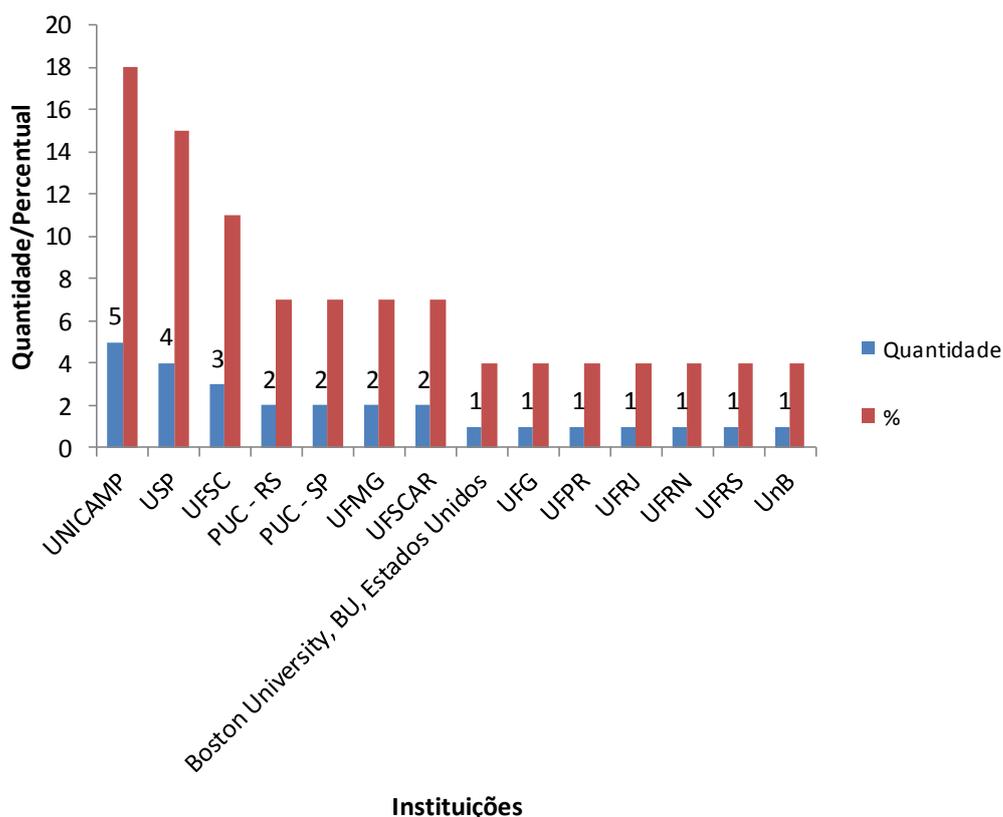


Fonte: Autora.

Nesse período, foram defendidas 27 teses, sendo que nos anos anteriores à promulgação da lei foram defendidas seis (de 1990 a 2001). Os anos posteriores (2003 a 2014) totalizaram 21 teses. Observa-se um aumento de 350% no número de doutoramentos sobre o tema Libras, o que sugere que a lei influenciou positivamente os pesquisadores.

As instituições em que foram defendidas as teses estão representadas no GRÁFICO 8).

Gráfico 8 - Instituições do doutoramento



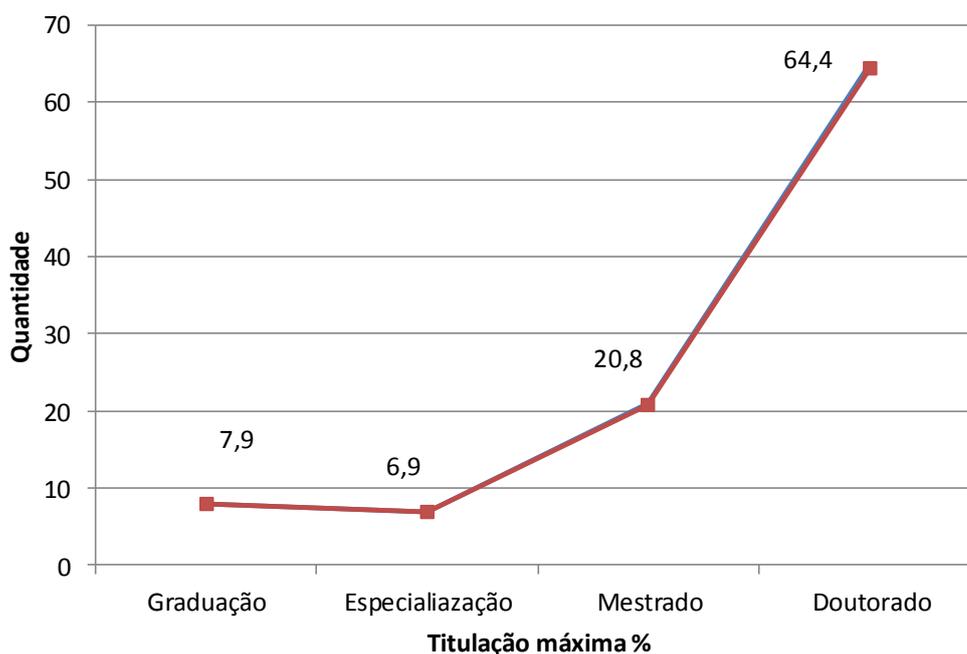
Fonte: Autora.

As instituições que apresentaram o maior quantitativo de teses foram: UNICAMP com 5 teses (18,5%); USP com quatro teses (15%); UFSC com três teses (11%); com duas teses cada PUC – RS, PUC – SP, UFMG, UFSCAR (7%); e finalmente Boston University, UFG, UFPR, UFRJ, UFRN, UFRS, UnB todos com uma tese cada (4%). Esse cenário reforça a tendência encontrada no contexto da análise das instituições que congregaram o maior número de

defesas de dissertação em que as regiões Sudeste e Sul detêm a ampla maioria.

O percentual de teses distribuído por instituição de defesa está representada no - GRÁFICO 9.

Gráfico 9 - Titulação máxima percentual - Instituição



Fonte: Autora.

A titulação máxima dos pesquisadores está assim distribuída: oito com graduação (7,9%); sete com especialização (6,9%); 21 com mestrado (20,8%) e 65 com doutorado (64,4%). Portanto, a maioria dos pesquisadores concluiu o doutorado.

Ao detalhar a titulação máxima dos pesquisadores ficou evidenciada uma variedade na área escolhida para desenvolvimento das pesquisas. Essa variedade de áreas identificada está representada no Quadro 7.

Quadro 7 - Titulação Máxima - Grande Área

Titulação	Grande Área	Graduação/Grande Área
Graduação Ciência da Computação	CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	3
Graduação em Engenharia de Controle e Automação	ENGENHARIAS	1
Graduação em Letras/Língua Brasileira de Sinais	LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES	4
Total		8
TITULAÇÃO	Grande Área	Graduação/Grande Área
Especialização em Fonoaudiologia	CIÊNCIAS DA SAÚDE	1
Especialização em Educação Especial	CIÊNCIAS HUMANAS	3
Especialização em Libras	LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES	3
Total		7
TITULAÇÃO	Grande Área	Mestrado/Grande Área
Mestrado em Ensino em Ciências da Saúde	CIÊNCIAS DA SAÚDE	3
Mestrado em Educação	CIÊNCIAS HUMANAS	8
Mestrado em Linguística	LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES	10
Total		21
TITULAÇÃO	Grande área	Doutorado/Grande Área
Doutorado em Medicina	CIÊNCIAS DA SAÚDE	8
Doutorado em Informática	CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	7
Doutorado em Educação Especial	CIÊNCIAS HUMANAS	14
Doutorado em Arquitetura	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	1
Doutorado em Engenharia Elétrica	ENGENHARIAS	6
Doutorado em Estudos Linguísticos	LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES	29

Fonte: Autora.

Observou que em relação à titulação máxima a grande área predominante é Linguística, Letras e Artes. Esta também foi a grande área predominante no início da graduação. Isto sugere que os profissionais que estão envolvidos com o tema Libras, estão concentrados na área Linguística, Letras e Artes. Portanto, podemos inferir que, os pesquisadores estão estudando a Libras do lugar que lhe foi auferido legalmente pela legislação, na condição de língua.

4.2 Produção científica de artigos de periódicos sobre Libras

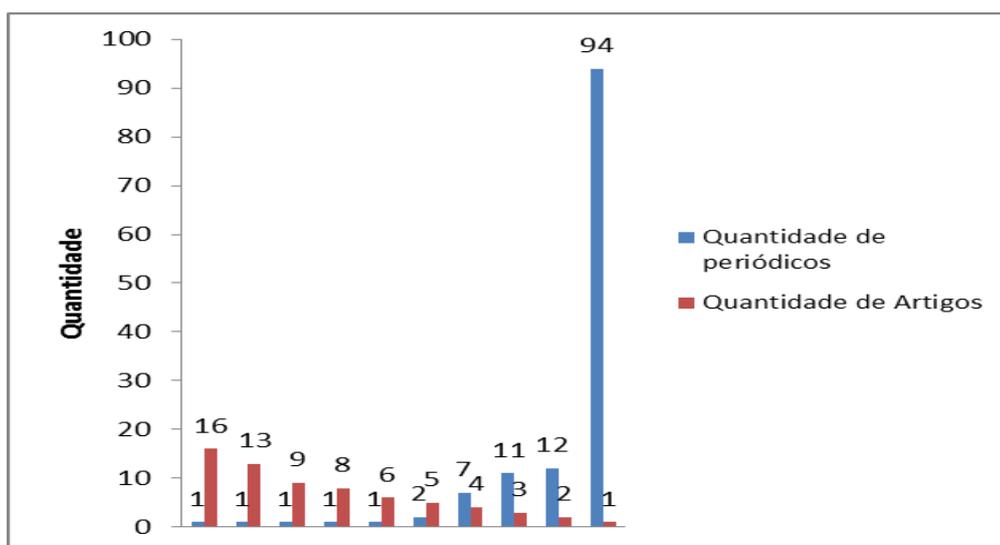
A análise da produtividade dos autores foi identificada a partir das peculiaridades desta pesquisa, a qual será explicitada a seguir. A primeira consideração a ser feita é que dos 101 currículos recuperados na Plataforma Lattes, 28 não foram incluídos nessa etapa de análise da produção científica. A produção desses pesquisadores estava relacionada à apresentação de trabalhos em eventos ou à publicação de capítulos e títulos de livros. Produção esta que não é objeto de estudo dessa pesquisa, cujo foco são os artigos científicos.

O levantamento da produção dos 73 pesquisadores considerados nesta fase da pesquisa totalizou 241 artigos sobre Libras. Para proceder a análise de cada um deles, optou-se por buscar entre a autoria do artigo, o autor citado em primeiro lugar, que nesta pesquisa foi tratado como autor principal. Essa restrição foi necessária, uma vez que não haveria tempo hábil para analisar cada um dos nomes que compõem a autoria dos artigos.

Durante a análise da autoria dos 241 artigos foi observado que, em vários artigos, o autor que estava entre os 73 pesquisadores, não era citado em primeiro lugar na autoria dos mesmos. Assim, a identificação da autoria principal dos 241 artigos, gerou um total de 102 autores.

Foram identificados 131 títulos de periódicos no período analisado. A lista com os 131 títulos está disposta no APÊNDICE C. A distribuição de artigos em periódicos está apresentada a seguir no GRÁFICO 13.

Gráfico 13 – Frequência de publicação sobre o tema Libras por periódico



Fonte: Autora

Observa-se que na amostra de 131 periódicos, 94 publicaram apenas um artigo e dois periódicos publicaram mais de 10 artigos. Verifica-se também que apenas quatro títulos publicaram 46 artigos.

A concentração de publicações em alguns periódicos pode ser analisada segundo a Lei de Bradford. Essa Lei sugere que

na medida em que os primeiros artigos sobre um novo assunto são produzidos, eles são submetidos a uma pequena seleção, por periódicos apropriados, e são aceitos. Esses periódicos, inicialmente selecionados, atraem mais e mais artigos, no decorrer do desenvolvimento da área de assunto. Porém, ao mesmo tempo, outros periódicos começam a publicar seus primeiros artigos sobre o assunto. Se o assunto continua a se desenvolver, emerge eventualmente um núcleo de periódicos mais produtivos, no que se refere à edição de artigos sobre o assunto. (GUEDES, 2012, p.82).

Esse tipo de análise adotado por Bradford possibilitou “a ordenação de periódicos segundo zonas de produtividade decrescente de artigos”. (GUEDES, 2012, p.82).

Constata-se que em um tema com mais tradição de pesquisa o primeiro núcleo de periódico é composto por títulos que publicam muito sobre o tema. Esse é seguido por outro núcleo com periódicos que publicam menos e assim por diante. Assim é possível verificar a dispersão da literatura sobre o tema em um conjunto de periódicos.

Tendo como base o contexto de produção de artigos com o tema Libras, percebe-se que esta temática pode ser considerada uma temática ainda

recente e, por isso não carrega ainda um comportamento de comunicação formal como outras áreas mais estruturadas. Contudo, já é possível perceber que alguns periódicos estão concentrando uma quantidade bem maior de artigos sobre Libras que a maioria.

O QUADRO 8 apresenta a distribuição de número de artigos por títulos de periódicos.

Quadro 8 - Periódicos com taxa de publicação ≥ 5 artigos

Ordem	Título/Periódicos	Nº ARTIGOS
1	Espaço	16
2	Letras de Hoje	13
3	Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL	9
4	ETD: Educação Temática Digital	8
5	Arqueiro	6
6	Cadernos de Tradução	5
7	Revista Brasileira de Linguística Aplicada	5

Fonte: Autora

O periódico “Espaço”, publicado pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), foi o que recebeu o maior número de artigos entre os periódicos. Os sete periódicos que publicaram um total ≥ 5 artigos são responsáveis por 26% de todas a produção o que corresponde a $\frac{1}{4}$ das publicações.

A identificação do escopo, ou área em que se inserem os periódicos que mais publicaram sobre o tema, está representada no QUADRO 9.

Quadro 9 - Escopo/Área

Ordem	Título/Periódicos	Nº artigos	Escopo/Área
1	Espaço	16	Educação Especial/Surdez
2	Letras de Hoje	13	Linguística
3	Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL	9	Estudos Linguísticos
4	ETD: Educação Temática Digital	8	Educação
5	Arqueiro	6	Educação Especial/Surdez
6	Cadernos de Tradução	5	Estudos da Tradução
7	Revista Brasileira de Linguística Aplicada	5	Linguística

Fonte: Autora.

Observa-se que as áreas com maior incidência são: Linguística, Educação Especial, e Educação, com respectivamente 27, 22 e 8 artigos cada. Linguística, Educação Especial e Educação, estão inseridas nas grandes áreas

do CNPq Linguística, Letras e Artes e Ciências Humana. Situação semelhante ocorreu durante a análise das grandes áreas predominantes nas teses defendidas. Este achado sugere que estas duas áreas estão se consolidando como as mais envolvidas com o tema Libras, o que pode estar relacionado às profissões que compõem estas áreas.

A distribuição das instituições editoras desses periódicos por região estão representadas no QUADRO 10.(Lista completa no Anexo D).

Quadro 10 - Distribuição de artigos por Instituição e por Região

Nº ARTIGOS	Instituição	Região
16	INES	Sudeste
13	PUCRJ; Unb; USP	Não se aplica
9	Independente	Não se aplica
8	UNICAMP	Sudeste
6	INES	Sudeste
5	UFSC	Sul
5	UFMG	Sudeste

*Independente foi o termo usado para indicar o periódico que não está ligado a nenhuma instituição. (Informação repassada pelo editor do periódico).

Fonte: Autora

Ao analisar as instituições responsáveis pela publicação dos sete periódicos com maior índice de publicação, observa-se que o INES se destaca. O Instituto é responsável por dois dos periódicos com maior índice de publicação de artigos: Espaço e Arqueiro. Uma das possíveis causas desse destaque pode estar ligada ao papel relevante que a instituição tem na vida da Comunidade Surda brasileira. Trata-se de uma instituição promotora de “fóruns, publicações, seminários, pesquisas e assessorias em todo o território nacional”, cuja longevidade remonta ao ano de 1856. (INSTITUTO, 2015).

A distribuição geográfica das instituições publicadoras no território nacional assinala um domínio da Região Sudeste, precisamente nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Essa constatação vai ao encontro dos dados do Sistema de Informações Georreferenciadas (GEOCAPES), (citados na página16), que apontaram essa região como uma das principais no ranking de publicações indexadas nas bases internacionais. Além desse fator, destaca-se ainda que o maior número de universidades também se localiza na região Sudeste.

O QUADRO 11, a seguir, identifica os cinco periódicos com maior número de artigos publicados sobre o tema Libras.

Quadro 11 - Identificação dos periódicos que mais publicaram

Ordem	Título	Nº Artigos	Publicador	Início	Periódicos/CAPES	Disponibilidade
1	Espaço	16	INES	1990	Não	Indisponível
2	Letras de Hoje	13	PUCRS	1967	Sim	1974
3	ReVEL	9	Independente	2003	Sim	2003
4	ETD	8	UNICAMP	1999	Sim	2004
5	Arqueiro	6	INES	2000	Não	Indisponível

Fonte: Autora.

Entre os cinco primeiros periódicos com maior publicação de artigos, o mais antigo data de 1967. Os quatro demais foram lançados a partir dos anos 90, sendo que dois surgiram nos anos de 2000 e 2003. Essa ocorrência demonstra que os periódicos mais antigos tendem a publicar mais. Cabe ressaltar que os periódicos Espaço e Arqueiros, com grande concentração de artigos, ambos publicados pelo INES⁴³, não são indexados em várias bases que são disponibilizadas pelo Portal de Periódicos da CAPES.

A seguir serão analisados os 102 autores principais dos 241 artigos sobre o tema Libras.

A distribuição de artigos por autor principal foi explicitada na TABELA 2.

Tabela 2 - Distribuição de artigos por autor principal.

Quantidade de autores	Quantidade de Artigos publicados	Total de Artigos
1	18	18
1	17	17
1	7	7
2	3	6
3	10	30
4	5	20
5	4	20
6	6	36
8	2	16
71	1	71

Total de autores: 102

Total de artigos: 241

Fonte: Autora.

Verifica-se que 12 autores principais produziram 98 artigos do total da produção científica em Libras que foi de 241, ou seja, 40,66% do total. Esses

⁴³ O INES é reconhecido, na estrutura do MEC, como centro de referência nacional na área da surdez, exercendo os papéis de subsidiar a formulação de políticas públicas e de apoiar a sua implementação pelas esferas subnacionais de Governo. (INSTITUTO, 2015).

autores representam o grupo de autores mais produtivos. Essa tendência se aproxima da Lei de Lotka que preconiza “que alguns pesquisadores, supostamente de maior prestígio em uma área do conhecimento, produzem muito e muitos pesquisadores, supostamente de menor prestígio, produzem pouco”. (GUEDES, 2012, p. 81). O restante da produção científica ficou sob a responsabilidade de 90 autores.

Os autores principais estão representados na FIGURA 8.

Figura 8 - Autores com maior frequência de publicação



Fonte: Autora.

Entre 1987 a 2014, foram publicados 241 artigos. A distribuição cronológica dos artigos é representada no QUADRO 12.

Quadro 12 - Distribuição cronológica da publicação dos artigos

Período anterior	Quant.	Marco	Período posterior	Quant.
----	---	LEI DA LIBRAS - 2002	2002*	7
1987	1		2003	11
1989	1		2004	13
1990	2		2005	4
1994	1		2006	17
1995	1		2007	10
1996	4		2008	12
1997	7		2009	9
1998	8		2010	15
1999	2		2011	9
2000	4		2012	33
2001	8		2013	31
			2014	31
Total	39		Total	202

Total geral: 241 artigos

* Considerando que não foi possível identificar o mês no qual os 7 artigos de 2002 foram publicados, optou-se por inseri-los no período posterior a Lei, já que a mesma foi promulgada no início do ano (abril).

Fonte: Autora

No período anterior à promulgação da Lei, de 1987 a 2001, foram publicados 39 artigos o que corresponde a uma média de 3,5 ao ano. Nos anos posteriores à promulgação da Lei, de 2002 à 2014, foram publicados 202 artigos, média de 15,5 por ano.

Observa-se que a produção até 2002 era pequena. A partir de 2002 a produção científica em Libras ganha em quantidade e, espera-se que seja significativa também quanto à qualidade. O índice de aumento na publicação de artigos foi de 417% em relação ao período anterior a lei.

É importante destacar que o significativo índice sugere que a promulgação da lei influenciou de forma positiva a produção de artigos científicos sobre o tema Libras, conforme pressuposto inicial dessa pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Primeiramente é importante destacar que a opção da busca na Plataforma *Lattes* mostrou-se adequada para essa pesquisa, em grande medida por propiciar a identificação de artigos publicados em periódicos que não são normalmente indexados em bases de dados. Esse é o caso dos periódicos publicados pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), que é responsável por três dos periódicos com maior índice de artigos sobre Libras no período. Esse fato vincula-se ao desenvolvimento da temática Libras, que no Brasil, conta com pouco tempo de pesquisa. A temática não conta ainda com a quantidade de pesquisa e de periódicos científicos especializados para dar maior visibilidade.

Em relação ao termo Libras, pode-se observar que existe uma variação na nomenclatura adotada, que não obedece ao que foi determinado pela Lei de 2002: Língua Brasileira de Sinais. Vários autores usaram ora o termo Língua de Sinais Brasileira, ora o termo Língua Brasileira de Sinais. Essa oscilação entre os termos acarreta dificuldade na recuperação, pois pode gerar um falso negativo quando se procura pelo termo exato “Língua Brasileira de Sinais”, uma vez que esse é o termo adotado pela legislação.

O aspecto de maior destaque é o que concerne à influência da legislação na produção científica, tendo sido observado aumento de artigos escritos sobre o tema após a promulgação da lei de Libras. Essa expansão sugere um impacto positivo da legislação para o desenvolvimento científico e de pesquisa na área.

O aumento é refletido na formação dos pesquisadores tanto nos cursos de mestrado quanto nos cursos de doutorado, defendidos após a promulgação da referida lei. Entretanto, na comparação entre o número total de defesas, independente do tema e as defesas específicas sobre o tema Libras, as segundas não alcançam nem metade do total. Tais constatações sugerem que ainda é pequeno o número de pesquisadores dedicados à área de Libras. Contudo, analisou-se uma temática ainda em formação no Brasil com apenas 16 anos de desenvolvimento mais regular, mas que vem apresentando características similares à de áreas consolidadas. A quantidade de artigos

produzidos após 2002 é relevante, pois representou um aumento significativo na produção de artigos científicos sobre o tema. A formação de um núcleo de autores que produzem mais que a maioria de outros autores é outro princípio observado em áreas mais consolidadas.

Espera-se que este e outros trabalhos, possam contribuir para fomentar pesquisas, sobre um tema de vital importância para o desenvolvimento de políticas e ações que visem melhorar a qualidade de vida das pessoas com deficiência auditiva que optaram pelo uso de Libras.

Pesquisas futuras podem aprofundar os achados desse trabalho analisando entre outras questões: Qual a motivação dos pesquisadores para escrever sobre Libras embora tenham formação acadêmica em outra área? Como se desenvolve uma temática brasileira? A temática Libras é investigada em outros países? Qual o motivo que levou alguns pesquisadores a adotar, em seus artigos, uma nomenclatura para Libras diferente da determinada pela lei? A temática Libras tem um paradigma em formação? Essas e outras questões por ser estudadas por pessoas que tenham interesse no tema.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, E. C. E. de. **A evolução da produção científica nacional os artigos de revisão e o papel do Portal de Periódicos da CAPES.** 2013. 137 f. Tese (doutorado em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Ciências Básicas da Saúde, Porto Alegre, 2013.

ALVARADO, R. U. A bibliometria no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 13, n. 2, p. 91-105, jul./dez. 1984.

ALVARADO, Rúben Urbizagastegui. **A lei de Lotka e a produtividade dos autores.** 2007. 240f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

ARAÚJO, L. A. D. Artigo 3: Princípios gerais. In: DIAS et al. **Novos comentários à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.** 3. ed. rev., e atual. Brasília, SNPD-SDH-PR, 2014. p. 36-40.

ALVARENGA, L. Alguns enunciados sobre comunicação e uso de fontes entre pesquisadores da área da educação. In: Mueller, S. P. M.; Passos, E. J. L. (Org.). **Estudos avançados em ciência da informação.** Brasília, DF: Departamento de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, 2000, p. 123-128.

BAPTISTA, I. C. Q. ; ABREU, K. C. K. A história das revistas no Brasil: um olhar sobre o segmentado mercado editorial. **Revista Científica Plural**, Tubarão (SC), Edição 004, jul., 2010. Disponível em: <http://paginas.unisul.br/agcom/revistacientifica/edicao_atual.htm>. Acesso e 21 jan. 2016.

BARBOSA, E. **Cartilha da Prioridade e da Acessibilidade.** Centro de Documentação e Informação-Coordenação de Publicações. Brasília, 2005. 57 p.

BARATA, G. F. **Nature e Science:** mudança na comunicação da ciência e a contribuição da ciência brasileira (1936-2009). 2010. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-25112010-102319/>>. Acesso em: 01 abr. 2015.

BARONI, A. C.; SANTOS, L. de S. D. Artigo 19: Vida independente e inclusão na comunidade. In: DIAS et al. **Novos comentários à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.** 3. ed. rev., e atual. Brasília, SNPD-SDH-PR, 2014. p. 36-40.

BARRETO, A. de A. Mudança estrutural no fluxo do conhecimento: a comunicação eletrônica. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 122-127, maio/ago. 1998.

BARTON, L.; OLIVER, M. Introduction: the birth of disability studies. In: --- **Disability Studies: past, present and future**. Leeds: The Disability. 1997.

BRAGA, K. S. Aspectos relevantes para a seleção de metodologia adequada à pesquisa social em Ciência da Informação. In: MUELLER, S. P. (Org.). **Métodos para pesquisa em Ciência da Informação**. Brasília, DF: Thesaurus, 2007. p.17-38.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em 14 abr. 2015.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 10.436 de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 abr. 2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei10436.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2015.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 6 jul. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 03 ago. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2010**: divulgação dos principais resultados. Brasília: Mec/Inep, 2011. 24 p.

BRASIL. Presidência da República. Decreto n. 3.298 de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 dez. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em: 14 abr. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Decreto n. 5.296, de dois de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2 dez. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 14 abr. 2014.

BUFREM, L.; PRATES, Y.. O saber científico registrado e as práticas de mensuração da informação. **Ci. Inf.**, Brasília , v. 34, n. 2, p. 9-25, ago. 2005.

CALDAS, R. Artigo 4: Obrigações reais.. In: DIAS et al. **Novos comentários à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. 3.ed. rev., e atual. Brasília, SNPD-SDH-PR, 2014. p. 46-51.

CANHEU, G. C. O **Estatuto da Pessoa com Deficiência** (Lei 13.146/2015) e a atividade notarial e registral: primeiras impressões. Disponível em:<<http://www.notariado.org.br/index.php?pG=X19leGliZV9ub3RpY2lhcw==&in=Njl4OA>>. Acesso em: 26 nov. 2015.

CAPES. **Classificação da produção intelectual**. CAPES, 2014. Disponível em:<<http://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/classificacao-da-producao-intelectual>>. Acesso em: 23 mar. 2015.

CAPES. **História e missão**. Disponível em:<<http://www.capes.gov.br/historia-e-missao>>. Acesso em: 23 mar. 2015.

CAPOVILLA, F. C.; TEMOTEO, J. G. A importância do novo Deit-Libras para a educação bilíngue da criança surda. In: ANDREIS-WITKOSKI, S. ; FILIETAZ, R. P. (Orgs.) **Educação de surdos em debate**. Curitiba, Ed. UTFPR, 2014. p. 103-128.

CARDOSO, K. G.; LIMA, M. H. T. de. Produção científica sobre surdos na ciência da informação no Brasil: análise na base BRAPCI. (Poster). In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), Florianópolis, 15, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ENANCIB, 2013. Disponível em<<http://enancib2013.ufsc.br/index.php/enancib2013/XIVenancib>> Acesso em: 13 mar. 2015.

CARLETTO, A. C; CAMBIAGHI, S. **Desenho Universal: um conceito para todos**. São Paulo: Vereadora Mara Gabrielli, [2008]. 38 p. Disponível em: <http://www.vereadoramaraabrilli.com.br/files/universal_web.pdf >. Acesso em 14 abr. 2015.

CASTRO, J. V. R. de. **Análise da produção científica dos pesquisadores em Ciência da Informação nos periódicos Brasileiros**. 2009. 128 f. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais. 2009.

CAZINI et al. Processo civilizador de pessoas com deficiência no Brasil: do colonial amparo à moderna sociedade inclusiva. **Publicatio UEPG: Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes**, Ponta Grossa, v.19, n.1, p. 33-40, jan./jun. 2011.

CHRISTOVÃO, H. T. Da Comunicação informal à comunicação formal: identificação da frente de pesquisa através de filtros de qualidade. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 3-36, 1979.

COMUNIDADE VIRTUAL DOS EDITORES CIENTÍFICOS. **Thomson Reuters é o novo nome e identidade corporativa da Thomson Scientific**. Disponível em: <http://cvirtual-ccs.bvsalud.org/tiki-read_article.php?articleId=266&highlight=acada>. Acesso em: 13 nov. 2015.

COSTA, T. et al. A Bibliometria e a Avaliação da Produção Científica: indicadores e ferramentas. **Actas do Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas**, Lisboa, n. 11, 2012. Disponível em:<<http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/viw/429>>. Acesso em: 24 mar. 2015.

DINIZ, D. O que é deficiência. São Paulo: Brasiliense, 2007. 89 p.

CNPq. **Sobre a plataforma Lattes**. Disponível em:<<http://www.cnpq.br/web/portal-lattes/sobre-a-plataforma>>. Acesso em: 24 dez. 2015.

FALCÃO, L. A. B. **Aprendendo a Libras e reconhecendo as diferenças**: um olhar reflexivo sobre a inclusão: estabelecendo novos diálogos. 2. ed. rev. e ampl. Recife: Ed. do Autor, 2007. 340 p.

FAPESP. [Site]. **Apresenta produtos e serviços oferecidos pela FAPESP**. Disponível em: <www.fapesp.br>. Acesso em: 05 abr. 2015.

FELIPE, T. A. **Libras em contexto**: curso básico. 8.ed. Rio de Janeiro, Walprint, 2007. 187 p.

FERREIRA, A. J. do N. Artigo 29: Participação na vida política e pública. In: DIAS et al. **Novos comentários à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. 3.ed. rev., e atual. Brasília, SNP-SDH-PR, 2014. p. 190-194.

FILIETAZ, M. R. P. A idiossincrasia profissional instituída para a educação bilíngue. In: ANDREIS-WITKOSKI, S. ; FILIETAZ, R. P. (Orgs.) **Educação de surdos em debate**. Curitiba, Ed. UTFPR, 2014. p. 147-160.

FRANCO, T. **Bullyng contra surdos**: a manifestação silenciosa da resiliência. Curitiba, Appris, 2014. 215 p.

GARCIA, L. M. **A deficiência na acessibilidade e desenvolvimento do surdo na universidade**. 2002. 128 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

GARVEY, W.D. **Communication**: the essence of science. Oxford: Pergamon Press, 1979. p. 299.

GRABOIS, C. Artigo 14: Liberdade e segurança da pessoa. In: DIAS et al. **Novos comentários à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. 3.ed. rev., e atual. Brasília, SNPD-SDH-PR, 2014. p. 98-104.

GUEDES, V. L, da. S. A bibliometria e a gestão da informação e do Conhecimento científico e tecnológico: uma revisão da literatura. **Ponto de Acesso**, Salvador, V.6, n.2 ,p. 74-109 ago. 2012

GOFFREDO, V. L. F..A S. Inclusão da pessoa surda no ensino superior. **Fórum**, Rio de Janeiro, v. 10, p. 16-22, dez. 2004.

HERCULANO, R. D.; NORBERTO, A. M. Q. Análise da produtividade científica dos docentes da Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília/SP. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 17, n. 2, abr./jun. 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS (INES). [Site]. **Produtos e serviços oferecidos pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos**. Disponível em: <www.ines.gov.br>. Acesso em 13 jul. 2015.

KIMURA, Edna T. ABE & M e fator de impacto. **Arq Bras Endocrinol Metab.**, São Paulo , v. 52, n. 6, p. 925-926, ago. 2008 (Editorial).

LANNA JÚNIOR, M. C. (comp.). **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. 443 p.

LEITE, T. de A. **O ensino de segunda língua com foco no professor: história oral de professores surdos de língua de sinais brasileira**. 2004. 250 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

LOPES, L. de F. Artigo 1: propósito. In: DIAS et al. **Novos comentários à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. 3.ed. rev., e atual. Brasília, SNPD-SDH-PR, 2014. p. 26-35.

MARQUES, F. Os limites do índice-h: supervalorização do indicador que combina quantidade e qualidade da produção científica gera controvérsia. São Paulo, **Revista Pesquisa FAPESP**, n.207, p. 35 -39, maio, 2013.

MARZIALE, M. H. P.; MENDES, I. A. C. O fator de impacto das publicações científicas. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto , v. 10, n. 4, p. 466-467, jul. 2002.

MATRICARDI, N., LANCILLOTTI, S. Método de atendimento educacional do aluno surdo: análise da produção da ANPEd 2000/2010. **Interfaces da Educação**, Paraíba, v.3, n.9, p. 66-83, 2012. Disponível

em<<http://periodicos.uems.br/novo/index.php/interfaces/article/view/2906/1185>>. Acesso em: 28 abr. 2015.

MEADOWS, A. J. **A comunicação científica**. Tradução de Antônio Agenor Briquet de Lemos. Brasília: Briquet de Lemos, 1999. 268 p.

MENECHINI, R. (Coord.); LETA, J. (Pesq.). **Produção Científica**. In: Indicadores de Ciência e Tecnologia no Estado de São Paulo – 2001. São Paulo: FAPESP, 2002. cap. 6.

MENDES, V. L. Artigo 25: Saúde. In: DIAS et al. **Novos comentários à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. 3.ed. rev., e atual. Brasília, SNP-DSDH-PR, 2014. p. 165-171.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: HICITEC, 2010. 407 p.

MOREIRA, L. M. B. **Indicadores de produção científica e tecnológica na interação universidade/empresa**. 2000. 146 f. Dissertação (mestrado em Ciência da Informação). Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Ciências da Informação, Belo Horizonte, 2000.

MORETTI, S. L. do A.; CAMPANARIO, M. de A. A bibliometric approach to Brazilian scientific production on corporate social responsibility - **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 13, n. especial, p. 68-86, jun. 2009.

MUGNAINI, R. EFRAIN-GARCIA, P. Influências metodológicas na mensuração de impacto: o caso das Memórias do Instituto Oswaldo Cruz e sua "qualificação". **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, n. 3, p. 179-189, set./dez. 2009.

NERI, M. **Retratos da deficiência no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV; 2003. 250 p.

NOBREGA, J. D. et al. Identidade surda e intervenções em saúde na perspectiva de uma comunidade usuária de língua de sinais. **Ciênc. saúde coletiva** [online]. Rio de Janeiro, v.17, n.3, p. 671-679, mar. 2012.

NOGUEIRA, C. M. I.; ZANQUETTA, M. E. M. T. Surdez, bilingüismo e o ensino tradicional de Matemática: uma avaliação piagetiana . **ZETETIKÉ: Revista de Educação Matemática**, Campinas, v. 16 – n. 30 – jul./dez. – 2008, p. 224.

OLIVEIRA, E.; GRACIO, E. F. T. de. Indicadores bibliométricos em ciência da informação: análise dos pesquisadores mais produtivos no tema “estudos métricos” na base *Scopus*. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 16, p. 16-28, out./dez., 2011.

OLIVEIRA, L. M. B. **Cartilha do Censo 2010: pessoas com deficiência**. Projeto GRÁFICO e capa: Lara Oliveira e Daniel Divino. Brasília: SDH-PR/SNPD, 2012. 29 p.

RAVELLI, A. P. X. et al. A produção do conhecimento em enfermagem e envelhecimento: estudo bibliométrico. **Texto Contexto Enferm.**, Florianópolis, v. 18, n. 3, p. 506-512, set. 2009.

REICHER, S. Artigo 17: Proteção da integridade da pessoa. In: DIAS et al. **Novos comentários à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. 3.ed. rev., e atual. Brasília, SNPD-SDH-PR, 2014. p. 116-122.

RIBAS, J. B.C. **O que são pessoas deficientes?** 6. d. São Paulo: Brasiliense, 1994. 103 p. (Primeiros Passos).

RUAS, T. L.; PEREIRA, L.. Como construir indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação usando Web of Science, Aderente World Patente Index, Bibexcel e Pajek?. **Perspectivas em Ciência a Informação**, Belo Horizonte, v.19, n.3, p.52-81, jul./set. 2014.

SACKS, Oliver. **Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos**. São Paulo: Cia das Letras, 1998. 196 p.

SANTOS, F. M. A. dos. **Marcas da Libras e indícios de uma Interlíngua na Escrita de Surdos em Língua Portuguesa**. 2009. 254 f. (Dissertação de Mestrado) - Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SANTOS, R. N. M. dos. Produção científica: por que medir? O que medir? **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 22-38, jul./dez., 2003. Disponível em: <<http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/rbci/article/viewFile/285/165>>. Acesso em 22 Set. 2013.

SANTANA, A. P.; BERGAMO, A. Cultura e identidade surdas: encruzilhada de lutas sociais e teóricas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 26, n. 91, p. 565-582, ago. 2005.

SASSAKI, R. K. **Quantas pessoas têm deficiência?** Disponível em: <http://www.iin.oea.org/cursos_a_distancia/Lectura6_disc.UT1.pdf>. Acesso em 08 out. 2014.

SASSAKI, R. K. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. In: VIVARTA, V. (Coord.). **Mídia e deficiência**. Brasília: ANDI/FBB, 2003. p. 160-165.

SHINTAKU, M. **A comunicação científica entre pesquisadores da surdez do ponto de vista da linguagem**. 2009. 152 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)-Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SKLIAR, C. (Org.). **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005. 192 p.

SILVA, N. T. R. C. Entre Hefesto e Procusto a condição das pessoas com deficiência. **Revista Argumenta**, Jacarezinho (PR), n.12, p. 99-130. Jan./jun. 2010.

SILVA, R. A. da; SANTOS, R. N. dos; RODRIGUES, R. S. Estudo bibliométrico na base LISA: um enfoque nos artigos sobre os surdos. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 283 - 298, jan./jun. 2011. Não localizei no texto

SOUSA JÚNIOR, M. A. de (Comp). *A Libras é uma língua*. Belo Horizonte: [s.n.], 1998. Apostila.

STRÖBEL, K. I. **História dos surdos**: representações “mascaradas” das identidades surdas. IN: QUADROS, R. M. de.; PERLIN, G.(Org.) *Estudos Surdos II*. Petrópolis: Arara Azul, 2007. 266 p.

STUMPF, I. R. C. Passado e futuro das revistas científicas. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 3, 1996.

TARGINO, M. G. Comunicação científica: uma revisão de seus elementos básicos. **Informação & Sociedade: Estudos**. João Pessoa, v.10, n.2, 2000.

VANTI, N. A. P. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. Brasília, **Ci. Inf. Brasília**, v.31, n.2, p. 152-162, maio/ago. 2002.

VANTI, N. A. P. A cientometria revisitada à luz da expansão da ciência, da tecnologia e da inovação. **Ponto de Acesso**, Salvador, V.5, n.3 p. 5-31 dez., 2011.

VANZ, S. S.; CAREGNATO, S. Estudos de citação: uma ferramenta para entender a comunicação científica. **Em Questão**, Porto Alegre, v.9, n.3, p. 295-307, 2003.

VILHALVA, S.; ANDREIS-WITKOSKI, S. A educação do índio surdo brasileiro: implicações linguísticas In: ANDREIS-WITKOSKI, S. ; FILIETAZ, R. P. (Orgs.) **Educação de surdos em debate**. Curitiba, Ed. UTFPR, 2014. p. 261-265.

VIVARTA, V. (Coord.). *A construção dos conceitos*. In: VIVARTA, V. (Coord.). **Mídia e deficiência**. Brasília: ANDI/FBB, 2003. 183 p.

WORMELL, I. Informetria: explorando bases de dados como instrumentos de análise **Ci. Inf., Brasília**, v. 27, n. 2, p. 210-216, maio/ago. 1998.

ZIMAN, J. **Conhecimento público**. Tradução de Regina Regis Junqueira. São Paulo: USP, 1979. 264 p.

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002.

Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais -
Libras e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Art. 2º Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

Art. 3º As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor.

Art. 4º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente.

Parágrafo único. A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de abril de 2002; 181º da Independência e 114º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Paulo Renato Souza

ANEXO B – IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

Martinha Clarete Dutra dos Santos

Diretora de Políticas de Educação Especial da SECADI/MEC

O Ministério da Educação, em parceria com os sistemas de ensino, implementa a política de inclusão escolar, de acordo com os princípios da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU/2006), ratificada pelo Brasil por meio do Decreto Legislativo n° 186/2008 e Decreto Executivo n° 6.949/2009. Este documento internacional preconiza que a garantia do direito à educação se efetiva por meio do acesso a educação inclusiva em todos os níveis.

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (MEC/2008) define a educação especial como modalidade de ensino transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, realizada de forma complementar ou suplementar à escolarização dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, matriculados em classes comuns do ensino regular.

A Resolução CNE/CEB, n° 4/2009, que institui As Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, preconiza, no artigo 1°, que cabe aos "sistemas de ensino matricular os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado - AEE [...]".

O artigo 2° do Decreto n° 7611/2011, além de definir como função da Educação Especial garantir os serviços de apoio especializado, explicita o conteúdo e o caráter de tais serviços, ao afirmar que:

§1° Para fins desse Decreto, os serviços de que trata o caput serão denominados atendimento educacional especializado, compreendido como o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente, prestados da seguinte forma:

I – complementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento [...] ou

II – suplementar à formação de estudantes com altas habilidades/superdotação.

§ 2° O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família para garantir pleno acesso e participação dos estudantes, atender às necessidades específicas das pessoas público alvo da educação especial, e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas.

Conforme o art. 10. O projeto pedagógico da escola de ensino regular deve institucionalizar a oferta do AEE prevendo na sua organização:

- I – sala de recursos multifuncionais: espaço físico, mobiliário, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos;
- II – matrícula no AEE de alunos do ensino regular da própria escola ou de outra escola;
- III – cronograma de atendimento aos alunos;
- IV – plano do AEE: identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas;
- V – professores para o exercício da docência do AEE;
- VI – outros profissionais da educação: tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e outros que atuem no apoio, principalmente nas atividades de alimentação, higiene e locomoção;
- VII – redes de apoio no âmbito da atuação profissional, da formação, do desenvolvimento da pesquisa, do acesso a recursos, serviços e equipamentos, entre outros que maximizem o AEE.

Assim, o Atendimento Educacional Especializado -AEE não substitui a escolarização em classe comum e deve ser planejado de tal modo que assegure aos alunos o acesso ao ensino inclusivo, na comunidade em que vivem, conforme meta de inclusão plena, prevista no artigo 24 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Com a finalidade de efetivar a política educacional acima descrita, o Ministério da Educação vem ampliando investimentos em equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, formação continuada de professores, adequação arquitetônica das escolas e transporte escolar acessível. No âmbito do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – *Viver sem Limite*, são implementadas as seguintes ações:

Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais: disponibilização de equipamentos, mobiliários, materiais pedagógicos e demais recursos de acessibilidade às escolas públicas para a organização e oferta do AEE, aos estudantes público alvo da educação especial. Entre 2005 a 2012 foram disponibilizadas 37.800 salas de recursos multifuncionais, alcançando 90% dos municípios brasileiros. Até 2014, está prevista a expansão desta ação, atendendo mais 4.000 escolas e atualizando as salas de recursos multifuncionais implantadas no período de 2005 a 2011. As Salas de Recursos Multifuncionais atualizadas são constituídas pelos seguintes equipamentos, mobiliários e materiais didáticos acessíveis: 1 Impressora Braille – pequeno porte, 1 Scanner com voz, 1 Máquina de escrever em Braille, 1 Globo terrestre tátil, 1 Calculadora sonora, 1 Kit de desenho geométrico, 2 Regletes de mesa, 4 Punções, 2 Soroban, 2 Guias de Assinatura, 1 Caixinha de números táteis e 2 Bolas com guizo, 2 Notebooks, 1 Impressora multifuncional, 1 Material dourado, 1 Alfabeto móvel e sílabas, 1 Dominó tátil, 1 Memória Tátil, 1 Bola de futebol de salão com guizo, 1 Lupa eletrônica, 1 Scanner com voz, 1 Mouse estático de esfera e 1 Teclado expandido com colméia, 2 computadores, 2 estabilizadores, 1 mouse com entrada para acionador, 1 acionador de pressão, 1 teclado com colmeia, 1 lupa eletrônica, 1 mesa redonda, 4 cadeiras para mesa redonda, 2 mesas para computador, 2 cadeiras giratórias, 1 mesa para impressora, 1 armário, 1 quadro branco, 1 software para comunicação aumentativa e alternativa, 1 esquema corporal, 1 sacolão criativo, 1 quebra

cabeças superpostos – sequência lógica, 1 bandinha rítmica, 1 material dourado, 1 tapete alfabético encaixado, 1 dominó de associação de ideias, 1 memória de numerais, 1 alfabeto móvel e sílabas, 1 caixa tátil, 1 quite de lupas manuais, 1 alfabeto Braille, 1 dominó tátil e 1 plano inclinado – suporte para livro.

Programa Escola Acessível: disponibilização de recursos financeiros às escolas públicas para a promoção de acessibilidade arquitetônica e aquisição de recursos de tecnologia assistiva. Com este recurso financeiro, as escolas realizam adequações como: rampas, sanitários acessíveis, vias de acesso, instalação de corrimãos, sinalização visual, tátil e sonora, além da aquisição de cadeira de rodas para uso no ambiente escolar. Entre 2008 a 2012, foram contempladas 37.541 escolas. Até 2014, mais 20.000 escolas serão beneficiadas.

Programa Caminho da Escola - transporte Escolar Acessível: aquisição de veículos acessíveis, com objetivo de promover a inclusão escolar dos estudantes com deficiência. Esta ação atende, prioritariamente, os municípios com maior número de beneficiários do Benefício da Prestação Continuada - BPC, com deficiência, em idade escolar obrigatória, fora da escola. Com capacidade para atender cerca de 60.000 estudantes, até 2014, serão disponibilizados 2.609 veículos acessíveis, atendendo 1.530 municípios nas diversas regiões brasileiras.

Programa BPC na Escola: ação implementada pelo Ministério da Educação, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Saúde e pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, visando à identificação e eliminação das barreiras que obstam o acesso e permanência na escola, das pessoas com deficiência beneficiárias do Benefício da Prestação Continuada – BPC, de 0 a 18 anos. Em 2007 foram identificados 78.848 beneficiários do BPC na escola (21 %) e 296.622 fora da escola (79%). A fim de identificar os motivos pelos quais essas crianças e adolescentes estavam fora da escola, entre 2008 a 2010, foram realizadas 219.000 visitas domiciliares, que embasaram a elaboração e implementação dos planos de eliminação das barreiras e promoção do acesso à escola. Desta forma, em 2011 foram identificados 306.371 beneficiários do BPC com deficiência na escola (69%) e, até 2014, a meta é alcançar 378.000 matrículas de beneficiários do BPC, com deficiência, de 0 a 18 anos.

Programa Incluir – acessibilidade na educação superior: apoia a implantação de Núcleos de Acessibilidade nas Instituições Federais de Educação Superior – IFES, para garantir as condições de acessibilidade física, pedagógica, nas comunicações e informações, nos diversos ambientes, instalações, equipamentos e materiais didáticos. Entre 2005 a 2012, 55 IFES foram contempladas com recursos financeiros complementares. Até 2014, todas as

IFES obterão recursos adicionais, a fim de assegurar o direito da pessoa com deficiência à educação superior.

Programa de Formação Inicial de Professores em Letras/Libras: com a finalidade de promover a formação de docentes para o ensino da Libras, foi instituído, em 2006, com o apoio do MEC/SEESP, o curso de Letras/Libras/Língua Portuguesa, na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, ofertando 450 vagas na licenciatura e, em 2008, 900 vagas, sendo 450 na licenciatura e 450 no bacharelado, atendendo todas as regiões do país. Em 2010, dois novos cursos de Letras/Libras/Língua Portuguesa foram instituídos pelas instituições federais de Goiás e da Paraíba, nas modalidades, presencial e a distância. Até 2014, serão criados 27 novos cursos de Letras/LIBRAS/Língua Portuguesa, abrangendo todas as Unidades da Federação.

Formação de professores em Pedagogia na perspectiva Bilíngue: a fim de ofertar formação inicial de professores bilíngues para atuar nos anos iniciais do ensino fundamental, foi criado em 2005, no Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES/RJ, na modalidade presencial, na perspectiva da educação inclusiva, disponibilizando, anualmente, 30 vagas a estudantes surdos e ouvintes. Até 2014, serão criados 12 novos cursos de Pedagogia na perspectiva bilíngüe, ampliando a oferta de formação inicial aos professores das redes públicas.

Além dessas ações que compõem o eixo “Acesso à Educação” do Viver sem Limite, o MEC/SECADI implementa, ainda, as seguintes ações, no sentido de contribuir com a transformação dos sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos:

- 1) **Programa de Formação Continuada de Professores na Educação Especial** - com a finalidade de apoiar a inclusão escolar dos estudantes público alvo da educação especial, esta ação é implementada em parceria com as Instituições Públicas de Educação Superior – IPES. Entre 2007 a 2012, foram disponibilizadas 64.000 vagas nos cursos de especialização e aperfeiçoamento, tanto na modalidade presencial, como a distância. Atualmente, são ofertados, na área temática da Educação Especial, no âmbito da Rede Nacional de Formação Continuada de Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública, os seguintes cursos:
 - Atendimento Educacional Especializado na Perspectiva da Educação Inclusiva(especialização e aperfeiçoamento);
 - A Gestão do Desenvolvimento Inclusivo da Escola (aperfeiçoamento);
 - Acessibilidade na Atividade Física Escolar (aperfeiçoamento);
 - O Ensino da Língua Brasileira de Sinais na Perspectiva da Educação Bilíngue (aperfeiçoamento);
 - O uso pedagógico dos recursos de Tecnologia Assistiva (aperfeiçoamento) e
 - O Ensino do Sistema Braille na Perspectiva da Educação Inclusiva (aperfeiçoamento).
- 2) **Programa Nacional para a Certificação de Proficiência no Uso e Ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras e para a Certificação de Proficiência em**

Tradução e Interpretação da Libras/Língua Portuguesa – PROLIBRAS: até 2010, foram realizadas cinco edições do exame, em todas as unidades federadas, certificando 2.942 profissionais para o uso e ensino de Libras e 3.158 profissionais habilitados para os serviços de tradução e interpretação, totalizando 6.100 profissionais certificados. A partir de 2011, o PROLIBRAS passou a ser realizado pelo INES, nos termos da Portaria MEC, nº 20/2010.

- 3) **Programa Interiorizando Libras:** em 2003, o projeto Interiorizando Libras foi implementado em 24 estados, por meio de convênios firmados com a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos - FENEIS, a Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos - APADA/DF e a Universidade de Brasília - UnB. Esse programa contemplou 4 áreas distintas: ensino de língua portuguesa para surdos, Formação de Tradutor e Intérprete de Libras /Língua Portuguesa, Formação de Instrutores Surdos, Formação de professores para o uso da Libras. A partir de 2007, por meio do Plano de Ações Articuladas - PAR, o MEC/SECADI passou a disponibilizar recursos financeiros às Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal, para a organização e oferta dos cursos previstos nesta ação.
- 4) **Criação de Centros de Formação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez – CAS:** em parceria com as Secretarias de Educação dos Estados, Distrito Federal e Municípios, foram criados, em 2005, 30 CAS com o objetivo de promover a educação bilíngue, por meio da formação continuada de profissionais para oferta do AEE aos estudantes surdos e com deficiência auditiva.
- 5) **Criação de Centros de Apoio Pedagógico às Pessoas com Deficiência Visual (CAP) e Núcleos de Apoio Pedagógico e Produção em Braille (NAPPB):** com apoio técnico e financeiro do MEC/SECADI, em parceria com os sistemas de ensino, foram criados entre 2002 e 2005 55 CAP/NAPPB, com a finalidade de promover a produção de material didático acessível bem como apoiar a formação continuada dos professores que atuam no AEE. Em 2009 os CAPS/NAPPB receberam do MEC/SEESP, novos equipamentos imobiliários, tendo em vista a necessidade de modernização. O MEC adquiriu e disponibilizou os seguintes recursos de tecnologia assistiva e mobiliários: 1 Impressora Braille - grande porte; 2 Scanners de mesa; 2 Microcomputadores; 1 Linha Braille; 1 Guillotina; 2 Grampeadores; 1 Armário; 2 Mesas; 2 Cadeiras; 1 Perfurador Elétrico; 1 Duplicador Braille; 2 Estabilizadores; 1 Software para produção de desenhos táteis.
- 6) **Projeto Livro Acessível:** com a finalidade de assegurar acessibilidade aos estudantes com deficiência visual e subsidiar o ensino da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS aos estudantes surdos dos anos iniciais do ensino fundamental, no âmbito do PNLD e do PNBE, foi produzido material didático bilíngue – LIBRAS/Língua Portuguesa e foi desenvolvido, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, com apoio do MEC/SEESP, o sistema de informação digital acessível – Mecdaisy e criado o Acervo Digital Acessível – ADA. Além disso, o MEC/SECADI disponibiliza apoio técnico e financeiro, por meio do PAR, destinado ao custeio da produção de material didático acessível, realizada pelos CAP/NAPPB. Em 2004, foram disponibilizados, pelo PNLD, 48 títulos em Braille, destinados aos estudantes cegos dos anos iniciais do ensino fundamental contemplando os seguintes componentes curriculares: Língua Portuguesa, História, Geografia, Ciências e Matemática e 1 título em formato digital acessível Libras/Língua Portuguesa para alfabetização. Em 2005, foram produzidos 48 títulos em Braille, aos estudantes cegos dos anos finais do ensino fundamental contemplando os seguintes componentes curriculares: Língua Portuguesa, História e

Geografia. Em 2007/2008 foram distribuídos 5 títulos em Braille, aos estudantes cegos do ensino médio contemplando os seguintes componentes curriculares: Matemática e Química. Neste mesmo biênio, foram também produzidos 7 títulos em áudio, para atender os estudantes cegos do ensino médio contemplando os seguintes componentes curriculares: Língua Portuguesa, História e Biologia. Em 2008 foram distribuídos 2 títulos em formato digital acessível – Libras/Língua Portuguesa contemplando os seguintes componentes curriculares: Português, Matemática, Ciências, História e Geografia. Em 2010 foram disponibilizados, às crianças cegas matriculadas nos anos iniciais do ensino fundamental, 5 títulos em Braille. Em 2011 foram distribuídos para os estudantes cegos dos anos finais do ensino fundamental, 228 títulos em formato digital acessível – Mecdaisy. Em 2012 foram disponibilizados aos estudantes cegos do ensino médio, 55 títulos em formato digital acessível - Mecdaisy contemplando os seguintes componentes curriculares: Língua Portuguesa, História, Geografia, Sociologia, Filosofia e Língua Estrangeira Moderna (Inglês e Espanhol). No âmbito do PNBE foram disponibilizados, às escolas públicas com matrículas de estudantes cegos e surdos, em 2005/2006, 10 títulos em formato digital acessível – Libras/Língua Portuguesa, em 2007, 11.000 dicionários Trilíngues – Libras/Português/Inglês, em 2009/2010, 8 títulos em Braille e 28 títulos em áudio e em 2011/2012 100 títulos de literatura em formato digital acessível – Mecdaisy. Para viabilizar a utilização do Livro digital Acessível, foram disponibilizados aos estudantes cegos matriculados nos anos finais do ensino fundamental, do ensino médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional, um total de 4.530 laptops no período de 2007 a 2012.

A implementação desse conjunto de ações resultou no crescimento do número de matrículas de estudantes público alvo da educação especial em classes comuns, que passou de 28%, em 2003, para 74%, em 2011, representando 164% de crescimento do número geral de matrículas em classes comuns do ensino regular. Em 2003, eram 13.087 escolas de educação básica com matrículas de estudantes público alvo da educação especial, passando para 93.641 escolas em 2011, significando crescimento de 615%. Em 2003, havia 8.608 escolas com acessibilidade arquitetônica, representando 4,8%, das escolas públicas. Em 2011, identificam-se, 34.569 escolas, equivalendo a 22% das escolas públicas, perfazendo um crescimento de 301%. Em 2003, foram registrados 33.691 professores com formação em educação especial e, em 2011, este número subiu para 78.533, o que significou crescimento de 133%.

Assim, verifica-se a ampliação de investimentos do Ministério da Educação, visando apoiar os sistemas de ensino, para expandir a organização e oferta do atendimento educacional especializado aos estudantes público alvo da educação especial, matriculados nas redes públicas, consolidando, desta maneira, a política de inclusão escolar, conforme demonstram os indicadores da educação brasileira.

APÊNDICE A – LISTA DOS AUTORES - ORDEM ALFABÉTICA

Número	Autor – Ordem alfabética
01	Adriana Ribeiro de Freitas
02	Adriana Stella Cardoso Lessa de Oliveira
03	Alessandra Gotuzo Seabra
04	Alice Theresinha Cybis Pereira
05	Aline Garcia Rodero Takahira
06	Aline Lemos Pizzio
07	Aline Nunes de Sousa
08	Ana Claudia Balieiro Lodi
09	Ana Claudia Moreira Almeida Verdu
10	Ana Lídia Bastos Thalhammer
11	Ana Regina e Souza Campello
12	Anderson Almeida da Silva
13	André Nogueira Xavier
14	Andre Ribeiro Reichert
15	Angela Brambilla Cavenaghi Themudo Lessa
16	Antonio Carlos da Rocha Costa
17	Antonio Carlos dos Santos
18	Audrei Gesser
19	Carina Rebello Cruz
20	Carine Mendes Garbin Diesel
21	Celmo Celeno Porto
22	Celso Socorro Oliveira
23	César Roberto de Souza
24	Cláudia Lopes Carvalho
25	Cristina Broglia Feitosa de Lacerda
26	Cristina Maria Carvalho Delou
27	Dayna Leyton
28	Edilson Ferneda
29	Ednaldo Brigante Pizzolato
30	Elidéa Lúcia Almeida Bernardino
31	Elizabeth Reis Teixeira
32	Elizeu Coutinho de Macedo
33	Elomena Barboza de Almeida

Número	Autor – Ordem alfabética
34	Fabiano César Cardoso
35	Fabiano Souto Rosa
36	Felipe Venâncio Barbosa
37	Fernando Cesar Capovilla
38	Frederico Gadelha Guimarães
30	Guido Lemos de Souza Filho
40	Guilherme Lourenço de Souza
41	Heloisa Helena Motta Bandini
42	Ida Lichtig
43	Irami Bila da Silva
44	Jacson Luis Krotz
45	Janaina de Fatima Castro Caneguim
46	José Mario De Martino
47	Jose Remo Ferreira Brega
48	Julio Cesar Coelho de Rose
49	Junior Rasbolt
50	Kathryn Marie Pacheco Harrison
51	Keity Farias Abi-Ackel
52	Lara Ferreira dos Santos
53	Larice Nayla dos Santos Pereira
54	Laura Jane Messias Belém
55	Leland Emerson McCleary
56	Lodenir Becker Karnopp
57	Luciano Antonio Digiampietri
58	Lucinda Ferreira
59	Luiz Felipe Inacio Leite Pecoraro
60	Madson Barros Barreto
61	Marcelo Duduchi Feitosa
62	Marcelo Pio de Almeida Fleck
63	Marcelo Santos de Moraes
64	Marcus Vinicius Batista Nascimento
65	Maria Alves Barbosa
66	Maria Cristina da Cunha Pereira
67	Maria Cristina Iglesias Roa

Número	Autor – Ordem alfabética
68	Maria Cristina Pires Pereira
69	Maria de Fátima de Campos França
70	Maria Lúcia Barbosa de Vasconcellos
71	Maria Sílvia Cárnio
72	Mariana de Lima Isaac Leandro Campos
73	Marianne Rossi Stumpf
74	Michelle Nave
75	Neila Carolina Barbosa Bernasconi
76	Nelson Pimenta de Castro
77	Neuma Chaveiro
78	Pedro Henrique Witsch
79	Plínio Almeida Barbosa
80	Regina Maria de Souza
81	Regina Ritter Lamprecht
82	Renato Dente Luz
83	Ricardo Quiotaca Nakasato
84	Rimar Ramalho Segala
85	Roberto César Reis da Costa
86	Ronice Muller de Quadros
87	Rosana do Carmo Novaes Pinto
88	Rosana Passos
89	Sandra Patrícia de Faria do Nascimento
90	Sandro Rodrigues da Fonseca
91	Sarajane Marques Peres
92	Saulo Xavier de Souza
93	Sergio Crespo Coelho da Silva Pinto
94	Sílvia Grasiella Moreira Almeida
95	Sueli Aparecida Caporali
96	Sueli de Fátima Fernandes
97	Tanya Amara Felipe de Souza
98	Tarcísio de Arantes Leite
99	Thaís Maíra Machado de
100	Tiago Maritan Ugulino de Araújo
101	Viviane Maria Heberle

APÊNDICE B – Lista Titulação Máxima + Qualificação

TITULAÇÃO MÁXIMA (Graduação; Aperfeiçoamento; Especialização, Mestrado; doutorado)	Quant.
Doutorado em Ciência da Computação	1
Doutorado em Computação	1
Doutorado em Computer Science	1
Doutorado em Comunicação e Semiótica	1
Doutorado em Educação	1
Doutorado em Educação (em andamento)	2
Doutorado em Educação do Indivíduo Especial	1
Doutorado em Educação Especial	3
Doutorado em Educação Especial (em andamento)	1
Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade	1
Doutorado em Enfermagem	1
Doutorado em Engenharia de Transportes	1
Doutorado em Engenharia Elétrica	5
Doutorado em Estudos da Tradução	1
Doutorado em Estudos da Tradução (em andamento)	1
Doutorado em Estudos Linguísticos	1
Doutorado em Estudos Linguísticos (em andamento)	1
Doutorado em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês	1
Doutorado em Física	1
Doutorado em IN EXPERIMENTAL PSYCHOLOGY	1
Doutorado em Informática	2
Doutorado em Informática na Educação	1
Doutorado em Letras (em andamento)	1
Doutorado em Linguística	7
Doutorado em Linguística (em andamento)	2
Doutorado em Linguística Aplicada	1
Doutorado em Linguística Aplicada (em andamento)	1
Doutorado em Linguística Aplicada e estudos da Linguagem	2
Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem (em andamento)	1
Doutorado em Linguística e Letras	1
Doutorado em Linguística Teórica e Descritiva	1
Doutorado em Medicina	3
Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde	1
Doutorado em Psicobiologia	1
Doutorado em Psicologia	2
Doutorado em Psicologia (em andamento)	1
Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano	1
Doutorado em Saúde Mental	1
Especialização em Educação Especial	1
Especialização em Ensino da Língua Portuguesa e Literatura Brasileira (em andamento)	1

TITULAÇÃO MÁXIMA (Graduação; Aperfeiçoamento; Especialização, Mestrado; doutorado)	Quant.
Especialização em Fonoaudiologia	1
Especialização em LIBRAS	1
Especialização em Libras e Educação para Surdos (em andamento)	1
Graduação em Letras/Língua Brasileira de Sinais (em andamento)	1
Graduação de Letras-Libras	1
Graduação em Engenharia de Controle e Automação (em andamento)	1
Graduação em Psicologia	1
Graduação em Tecnologia em Sistemas para Internet	1
Mestrado Ciência da Computação (em andamento)	1
Mestrado em Ciências da Saúde	1
Mestrado em Distúrbios da Comunicação (em andamento)	1
Mestrado em Educação	2
Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática (em andamento)	1
Mestrado em Ensino em Ciências da Saúde	1
Mestrado em Estudos da Tradução	2
Mestrado em Estudos Linguísticos	1
Mestrado em Letras (em andamento)	1
Mestrado em Língua e Cultura	1
Mestrado em Linguística	1
Mestrado profissional em Ciências Aplicadas ao Sistema Musculoesquelético (em andamento)	1
Pós-Doutorado*	19
Pós-Doutorado - Gallaudet University*	1
Total Geral	101

*Qualificação

APÊNDICE C – Títulos dos periódicos que publicaram sobre o tema Libras.

Título do Periódico

Ação Ergométrica
Alfa: Revista de Linguística
American Annals of the Deaf
Anuário da Produção Acadêmica Docente
Arqueiro
AVLIC NewS
Bakhtiniana. Revista de Estudos do Discurso
Boletim de Psicologia
Boletim da ABRALIM
Caderno de Letras (UFPEL)
Cadernos CEDES
Cadernos de Educação (UFPEL)
Cadernos de Psicopedagogia
Cadernos de Saúde
Cadernos de Tradução
Calidoscópico
Cienc. cogn. (São Paulo)
Cogitare Enfermagem
Colabor@ - Revista Digital da CVA
Contrapontos (UNIVALI)
DELTA. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada
Direcional Educador
Distúrbios da comunicação
Domínios de Lingu@gem
Educação & Realidade
Educação e Pesquisa
Educar em Revista
Espaço
Estudos (UFBA)
Estudos de Psicologia
Estudos Linguísticos
ETD: Educação Temática Digital
Expert Systems with Applications
Folkcomunicação
Fórum
Frontiers in Psychology
História, Ciências, Saúde – Manguinhos
Information Sciences
Interação em Psicologia
Interface – Comunicação, Saúde, Educação
International Journal of Education and Information Technologies
International Journal of Bilingual Education and Bilingualism

Título do Periódico

International Journal of Computer Science & Information Technology (IJCSIT)
International Journal of Multimedia Data Engineering and Management (IJMDEM)
Jornal da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia
Journal of Science Communicatin (JCOM)
Journal of Deaf Studies and Deaf Education
Journal of Interactional Research in Communication Disorders
Journal of Language and Linguistics
Journal of Research and Practice in Information Technology
Journal of Speech Sciences
Journal of the Brazilian Computer Society
Kalidoscópio (Itajaí)
Language Acquisition
Learning & Nonlinear Models (L&NLM)
Leitura. Teoria & Prática
Lengua de Senãs e Interpretación
Letras de Hoje
Língua Portuguesa
Linguasagem
Linguistic Typology
Logos
Mathématiques et Sciences Humaines
Mundo da Saúde
Mutatis Mutandis
Nonada
Paidéia
Papia
Para Além do Silêncio
Perspectiva
Políticas Educativas
Ponto de Vista
Ponto Urbe
Pró-fono: revista de atualização científica
Pro-Posições
Psicología, Conocimiento y Sociedad
Psychology & Neuroscience
Raído (Online)
Revisa Brasileira de Linguística Aplicada
Revista (Con) Textos Linguísticos
Revista Brasileira de Educação Especial
Revista Brasileira de Informática na Educação (RBIE)
Revista Brasileira de Linguística Aplicada
Revista Científica e-Curriculum
Revista da ANPOLL
Revista da FENEIS
Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia

Título do Periódico

Revista de Ciências Humanas
Revista de Divulgação Cultural da Furb
Revista de Estudos da Linguagem
Revista de Iniciação Científica da ULBRA
Revista de Saúde Pública
Revista Digital De Políticas Lingüísticas (RDPL)
Revista do Mestrado Em Educação Araucárias
Revista Educação Especial
Revista Eficaz
Revista Eletrônica de Enfermagem
Revista Enfermagem UERJ
Revista Escrita
Revista E-escrita
Revista Extensio
Revista Intercâmbio
Revista Interdisciplinar - estudos de língua e literatura
Revista Linguística
Revista Mundo & Letras
Revista OMNIA Saúde
Revista Pesquisa Lingüística
Revista Psicologia Escolar e Educacional
Revista Psicologia: Teoria e Prática
Revista Psicopedagogia
Revista Técnico-Científica do IFSC
Revista Teias
Revista Trama
Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL
RVCS - Revista Virtual de Cultura Surda
Saúde em Revista (UNIMEP)
SBC Journal on Interactive Systems (JIS)
Scripta
Sign Language Studies
Temas em Psicologia
Temas sobre desenvolvimento
Texto Livre: Linguagem e Tecnologia
Textura
Todas as Letras
Torre de Babel (UEL)
Trabalhos em Linguística Aplicada
Tradterm
Tradução & Comunicação (Revista Brasileira de Tradutores)
Ultimato
Veredas

APÊNDICE D – Lista das Instituições editoras

Anhanguera Educacional	Sociedade de Psicologia de São Paulo
Associação Bras. de Pesquisadores em Educ. Especial	UEL
Associação de Leitura do Brasil	UERJ
Australian Computer Society	UFES
Editora Arara Azul	UFG
Elsevier	UFJF
Equinox Publishing	UFMG
Florida International University	UFPeI
Fundação Oswaldo Cruz	UFPR
Gallaudet University	UFRJ
Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo	UFSC
IFSC	UFSCAR
INES	UFSM
Instituto Brasileiro de Neuropsicologia e Comportamento	ULBRA
Memnon Publicações Científicas	UNESP
Pergamon Press	UNICAMP
Pró-Fono Produtos Especializados para Fonoaudiologia	UNIMEP
PUC-RS	UNIFIO
PUC-SP	UNIRITTER
Sociedade Beneficente São Camilo	Universidade Católica Portuguesa
Sociedade Brasileira de Computação	Universidade Presbiteriana Mackenzie
Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia	USP

APÊNDICE E – Lista dos artigos – autor principal e data

Nº	Autor	Título	Ano
1	ALBRES, N. de A.	Colaborativa Works for translation: ...	2014
2	ALBRES, N. de A.	Currículo, ensino e didática em questão: ...	2014
3	ALMEIDA, S. G. M.	Feature extraction in Brazilian Sign Language ...	2014
4	ANGELUCCI, C. B.	Contribuições da escola para a (de)formação dos sujeitos surdos	2010
5	ARAÚJO, T. M. U. de	Accessibility as a Service: ...	2013
6	ARAÚJO, T. M. U. de	An Approach to generate and embed Sign Language: ...	2014
7	ARAÚJO, T. M. U. de	Automatic generation of Brazilian Sign Language ...	2012
8	BANDINI, H. H. M.	Habilidades de leitura de pré-escolares deficientes auditivos: ...	2006
9	BARBOSA, F. V.	Avaliação das habilidades comunicativas de crianças surdas: ...	2007
10	BARBOSA, M. A.	Linguagem Brasileira de Sinaisum desafio ...	2003
11	BELÉM, L. J. M.	A atuação do intérprete Educacional de Língua Brasileira de Sinais no Ensino Médio	2012
12	BELÉM, L. J. M.	O intérprete Educacional de Língua Brasileira de Sinais ...	2013
13	BERNARDINO, E. L. A.	O ensino de Libras na UFMG: ...	2014
14	BERNARDINO, E. L. A.	O uso de classificadores na Língua de Sinais Brasileira	2012
15	BERNARDINO, E. L. A.	The acquisition of classifiers in verbs of location in Brazilian Language	2007
16	BERNARDINO, E. L. A.	The value of interaction in the acquisition of a sign language	2014
17	BRUNIALTI, L. F.	Aprendizado por Transferência para aplicações orientadas	2013
18	CAMARGO, B. M.	O que dizem as mães de crianças surdas ...	2008
19	CAMPELLO, A. R. e S.	A constituição histórica da Língua de Sinais Brasileira: ...	2011
20	CAMPELLO, A. R. e S.	Em defesa de educação bilíngue para surdos ...	2014
21	CAMPELLO, A. R. e S.	Existir para existir ...	2007
22	CAMPELLO, A. R. e S.	Intérprete Surdo de Língua de Sinais Brasileira: ...	2014
23	CAMPELLO, A. R. e S.	Introdução da Glosinais como Ferramenta de Tradução	2013
24	CAMPELLO, A. R. e S.	Percepção e processamento visual na Pedagogia ...	2011
25	CAPORALI, S. A.	Ensino de língua de sinais a familiares de surdos: ...	2005
26	CAPOVILLA, F. C.	O lugar da língua de sinais e dos sistemas de sinais ...	1996
27	CAPOVILLA, F. C.	Oralismo, comunicação total e bilingüismo na educação do surdo...	1998
28	CAPOVILLA, F. C.	Visão geral do primeiro século de educação de surdos no Brasil ...	2005
29	CAPOVILLA, F. C.	A língua brasileira de sinais e sua iconicidade: ...	1997
36	CAPOVILLA, F. C.	SignoFones: sistema de multimídia ...	1998
39	CAPOVILLA, F. C.	Língua de sinais ou sistema de sinais? ...	1996
40	CAPOVILLA, F. C.	Ensino fundamental de surdos em São Paulo: ...	2003
30	CAPOVILLA, F. C.	Avaliando compreensão de sinais da Libras ...	2004
31	CAPOVILLA, F. C.	Brazilian Sign Language lexicography and technology: ...	2003
32	CAPOVILLA, F. C.	Dicionário de língua brasileira de sinais: Ilustração ...	1999
33	CAPOVILLA, F. C.	Educação da criança surda: ...	2002
34	CAPOVILLA, F. C.	Enciclopédia digital da Língua de Sinais Brasileira ...	2002
35	CAPOVILLA, F. C.	Leitura de estudantes surdos: ...	2006
37	CAPOVILLA, F. C.	Sistema de multimídia para comunicação surdo-surdo ...	1996
38	CAPOVILLA, F. C.	Sistemas de comunicação alternativa e suplementar: ...	1998
41	CAPOVILLA; F. C.	Quando surdos nomeiam figuras: ...	2006
42	CAPOVILLA; F. C.	Quando alunos surdos escolhem palavras escolhem palavras escritas para nomear figuras:	2006
43	CARDOSO, S. H. B.	Language and inclusion in schools in Brazil ...	2002
44	CÁRNIO, M. S.	Relação entre níveis de compreensão e estratégias ...	2010
45	CARVALHO, J. das G. C.	Ensino-aprendizagem de Língua Brasileira de Sinais para crianças	2013
46	CERNY, R. Z.	Formação de professores de letras-libras: ...	2009
47	CHAVEIRO, N.	A surdez, o surdo e seu discurso ...	2004
48	CHAVEIRO, N.	Atendimento à pessoa surda que utiliza a Língua de Sinais ...	2010
49	CHAVEIRO, N.	Instrumentos em Língua Brasileira de Sinais ...	2013
50	CHAVEIRO, N.	Mitos da língua de sinais na perspectiva de docentes ...	2009
51	CHAVEIRO, N.	Qualidade de vida dos surdos que se comunicam ...	2014
52	CORTELO, F. M.	Pai ouvinte filho surdo: ...	2013
53	COSTA, E. B.	Um ambiente virtual de aprendizagem na Web ...	2004
54	COSTA, R. C. R. da	Por uma educação inclusiva reflexiva	2012
55	CRATO, A. N.	Marcação de tempo por surdos sinalizadores brasileiros ...	2010
56	CRUZ, C. R.	Aquisição fonológica do português brasileiro por crianças ...	2013
57	CRUZ, C. R.	Proposta de instrumento de avaliação da consciência fonológica ...	2008
58	DIAS, L.	A Libras e as aves ...	2012
59	DUARTE, S. B.	Aspectos históricos e socioculturais da população surda.	2013
60	FALKOSKI, F. C.	Inclusão de surdos na educação infantil: ...	2012
61	FERNANDES, S. de F.	Desdobramentos político-pedagógicos do bilingüismo...	2009
62	FERNANDES, S. de F.	Educação bilíngue para Surdos: políticas e práticas	2014

Nº	Autor	Título	Ano
63	FERNANDES, S. de F.	Libras e escolarização de surdos: ...	2009
64	FERNANDES, S. de F.	Os sotaques dos sinais	2007
65	FERNANDES, S. de F.	Políticas de educação bilíngue para surdos: ...	2014
66	FERNANDES, S. de F.	Políticas linguísticas e de identidade(s); ...	2011
67	FERREIRA, F. L. S.	Generating Window of Sign Languages on ITU ...	2012
68	FERREIRA, L.	Necessidade Psico-Social de um Bilinguismo ...	1989
69	FERREIRA, L.	Repetição e Reduplicação em Língua Brasileira de Sinais	2001
70	FERREIRA, L.	The sublexical structure of a sign	1994
71	FERREIRA, L.	Uma Abordagem Fonológica dos Sinais da Lscb	1990
72	GASPAR, P. R.	Uso da Língua Brasileira de Sinais por crianças ...	2004
73	GEDIEL, A. L. B.	Ensino da língua portuguesa como segunda língua ...	2012
74	GESSER, A.	A língua de sinais como língua estrangeira: aplicabilidade	2002
75	GESSER, A.	Construindo e Legitimando a identidade ...	2010
76	GESSER, A.	Do patológico ao cultural na surdez: ...	2008
77	GESSER, A.	Educação bilíngue: algumas considerações ...	2003
78	GESSER, A.	Language: an instinct or an imitation?	1997
79	GESSER, A.	Lerning about hearing people in the land of the deaf: ...	2007
80	GESSER, A.	Um olho no professor surdo outro na caneta: ...	2006
81	GÓES, M. C. R. de	A linguagem e "estratégias comunicativas" na interlocução ...	1998
82	HARRISON, K. M. P.	Verbo-visualidade no gênero jornalístico televisivo: ...	2013
83	JACINTO, L. A. ;	Visual stimuli and written ...	2012
84	KARNOPP, L. B.	Aquisição da linguagem por crianças surdas ...	2004
85	KARNOPP, L. B.	Aquisição fonológica nas línguas de sinais	1997
86	KARNOPP, L. B.	Aspectos da Aquisição de Línguas de Sinais por Crianças Surdas	2011
87	KARNOPP, L. B.	Caminhos avaliativos: ...	2014
88	KARNOPP, L. B.	Narrativas de professoras sobre a(s) língua(s) na educação ...	2007
89	KARNOPP, L. B.	Produções culturais em Língua Brasileira de Sinais (Libras)	2013
90	LACERDA, C. B. F. de	A escola inclusiva para surdos: ...	2005
91	LACERDA, C. B. F. de	A família ouvinte de sujeitos surdos: ...	2003
92	LACERDA, C. B. F. de	A prática pedagógica mediada (também) pela língua de sinais: ...	2000
93	LACERDA, C. B. F. de	O desenvolvimento do narrar em crianças surdas: ...	2006
94	LACERDA, C. B. F. de	O intérprete de Língua Brasileira de Sinais ...	2008
95	LACERDA, C. B. F. de	Perfil de tradutores-intérpretes de Libras (TILS) ...	2011
96	LACERDA, C. B. F. de	Política para uma educação bilíngue e inclusiva ...	2013
97	LACERDA, C. B. F. de	Questões preliminares sobre o ensino de língua de sinais...	2004
98	LACERDA, C. B. F. de	The Work of the Brazilian Sign Language Interpreter ...	2013
99	LACERDA, C. B. F. de	Tradutores e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais ...	2010
100	LAMPRECHT, R. R.	Estudos sobre aquisição da linguagem: ...	1997
101	LEITE, T. de A.	A identificação de unidades gramaticais na Libras: ...	2013
102	LEITE, T. de A.	Língua, identidade e educação de surdos	2008
103	LEYTON, D.	The Learning in order to Teach project ...	2008
104	LICHTIG, I.	Proposta para a promoção da aquisição ...	2003
105	LILLO-MARTIN, D.	Imperativos análogos a raízes infinitivas: ...	2009
106	LILLO-MARTIN, D.	Language choice in bimodal bilingual development	2014
107	LODI, A. C. B.	A leitura em segunda língua: ...	2006
108	LODI, A. C. B.	Apropriação da Libras e o constituir-se surdo: ...	2012
109	LODI, A. C. B.	Declaraciones de UNESCO, educación de sordos ...	2014
110	LODI, A. C. B.	Educação bilíngue para surdos e inclusão e inclusão segundo ...	2013
111	LODI, A. C. B.	Gêneros discursivos Na esfera acadêmica ...	2010
112	LODI, A. C. B.	Letramentos de surdos: ...	2014
113	LODI, A. C. B.	Língua de Sinais e Fonoaudiologia ...	1998
114	LODI, A. C. B.	Plurilinguismo e surdez: ...	2005
115	LODI, A. C. B.	Primeira língua e constituição do sujeito: ...	2006
116	LODI, A. C. B.	Uma leitura enunciativa da língua brasileira de sinais: ...	2004
117	LUSTRE, N. da S.	Influência de estímulos visuais na produção ...	2012
118	LUZ, R. D.	A atualização dos processos de exclusão ...	2012
119	MACEDO, E. C. de	O uso de sistemas alternativos e facilitadores de comunicação ...	1998
120	MADEO, C. B.	A Review of temporal aspects of hand gesture ...	2013
121	MANTELATTO, S. A. C.	Reflexões sobre uma proposta bilíngue de atendimento aos surdos	2000
122	MARIANI, R.	O Dicionário on line Spread the sign: ...	2013
123	MARTINS, M. A. L.	Escolarização do aluno surdo no Ensino Regular do Município de RJ	2008
124	MCCLEARY, L. E.	Descrição das línguas sinalizadas: ...	2010
125	MCCLEARY, L. E.	Espaços integrados e corpos partidos: ...	2014
126	MCCLEARY, L. E.	Língua e gesto em línguas sinalizadas ...	2011
127	MCCLEARY, L. E.	Technologies of Language and the Embodied History of the Deaf ...	2003
128	MCCLEARY, L. E.	Turn-taking in Brazilian Sign Language: ...	2013

Nº	Autor	Título	Ano
129	MECCA, F. F. D. N.	Perfil das funções da linguagem em crianças surdas ...	2002
224	MINUSSI, R. D.	Observações sobre os compostos da Libras:...	2013
130	MONTEIRO, C. H. de A.	Utilização de novas tecnologias na popularização da ...	2012
131	MOREIRA, J. R.	Requisitos de usuário: ...	2014
132	MOREIRA, L. C.	Reflexões sobre o perfil e expectativas ...	2007
133	MOURA, M. C. de	A Inclusão do Surdo na Universidade ...	2010
134	MÜLLER, J. I.	Educação bilíngue para surdos: interlocução ...	2013
135	NASCIMENTO, M.V.B.	Contribuições bakhtinianas para o estudo da interpretação...	2013
136	NASCIMENTO, M.V.B.	Dimensão ergo-dialógica do trabalho do tradutor intérprete de libras/português: ...	2014
137	NASCIMENTO, M.V.B.	Dupla docência no ensino de língua brasileira de sinais: ...	2012
138	NASCIMENTO, M.V.B.	Interpretação da Libras para o português na modalidade oral ...	2012
139	NASCIMENTO, S. P. de F. do	Fortalecimento da identidade surda: ...	2007
140	NASCIMENTO, S. P. de F. do	Interface da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS: ...	2001
141	NASCIMENTO, S. P. de F. do	Lábios, leite, chocolate, laranja etc.: ...	2009
142	NASCIMENTO, S. P. de F. do	Metáfora na LSB: ...	2006
143	OLIVEIRA, A. S. C. L. de	Libras escrita: ...	2012
144	OLIVEIRA, H. C.	Generation of educational content for Open Digital ...	2011
145	PANHOCA, I.	Atuação do Instrutor Surdo de Sinais junto aos pais ...	2000
146	PASSOS, R.	Vozeamento de obstruintes: ...	2012
147	PENNA, J. dos S.	Habilidades de Leitura, Escrita e Língua de Sinais ...	2008
148	PEREIRA, A. T. C.	O Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem ...	2010
149	PEREIRA, M. C. da C.	A expressão da coesão nas narrativas de histórias ...	2001
150	PEREIRA, M. C. da C.	A Língua de sinais Brasileira em funcionamento: ...	2002
151	PEREIRA, M. C. da C.	Aquisição de narrativas em Língua de Sinais Brasileira	2001
152	PEREIRA, M. C. da C.	Bilinguismo e educação de surdos	2009
153	PEREIRA, M. C. da C.	Narrativas infantís em Língua Brasileira de Sinais	2004
154	PEREIRA, M. C. da C.	O ensino de português como segunda língua para surdos: ...	2014
155	PEREIRA, M. C. P.	A Língua de Sinais Brasileira: análise de material didático	2009
156	PEREIRA, M. C. P.	Bilinguismo e Aprendizado de Segunda Língua ...	2011
157	PEREIRA, M. C. P.	Interpretação interlíngue: ...	2008
158	PEREIRA, M. C. P.	Produções acadêmicas sobre interpretação de Língua de Sinais: ...	2010
159	PEREIRA, M. C. P.	Proficiência lingüística em Libras de intérpretes de língua...	2010
160	PEREIRA, M. C. P.	Reflexões a partir da observação de uma aula de língua ...	2008
161	PEREIRA, V. A.	Avaliação do ler e do escrever de surdos ...	2012
162	PERLIN, G. T. T.	Educação de surdos em escola inclusiva?	1997
163	PIZZOLATO, E. B.	An evaluation of real-time requirements for automatic sign ...	2013
164	PRADO, L. C.	Dêixis em elementos constitutivos da modalidade ?falada? ...	2012
165	QUADROS, R. M. de	A educação de surdos na perspectiva ...	2008
166	QUADROS, R. M. de	Alfabetização e o ensino da língua de sinais	2000
167	QUADROS, R. M. de	Aspectos da sintaxe e da aquisição da língua de sinais brasileira.	1997
168	QUADROS, R. M. de	Avaliação da língua de sinais em crianças surdas na escola	2004
169	QUADROS, R. M. de	Carta da editora convidada	2014
170	QUADROS, R. M. de	Efeitos de modalidade de línguas: ...	2006
171	QUADROS, R. M. de	Gramática da língua de sinais brasileira: ...	2004
172	QUADROS, R. M. de	Linguistic Policies, Linguistic Planning ...	2012
173	QUADROS, R. M. de	Memória fonológica em crianças bilíngues bimodais ...	2012
174	QUADROS, R. M. de	Multilingualism, Multiprocesses, Multidevelopment ...	2014
175	QUADROS, R. M. de	O primeiro curso de graduação em letras língua brasileira...	2009
176	QUADROS, R. M. de	O que a aquisição da linguagem em crianças surdas ...	2001
177	QUADROS, R. M. de	O que bilíngues bimodais tem a nos dizer tem a dizer ...	2013
178	QUADROS, R. M. de	O tradutor intérprete de língua de sinais: ...	2010
179	QUADROS, R. M. de	Políticas lingüísticas e educação de surdos em Santa Catarina: ...	2006
180	QUADROS, R. M. de	Políticas lingüísticas: o impacto do decreto 5626 ...	2006
181	QUADROS, R. M. de	Situando as diferenças implicadas na educação de surdos: ...	2003
182	QUADROS, R. M. de	Sobreposição no desenvolvimento bilíngue bimodal	2014
183	REICHERT, A.	Língua de Sinais no currículo da Escola Especial ...	1998
184	RIBAS, A. C.	Usabilidade e os critérios de avaliação para ambiente virtual ...	2010
185	ROCHA, P. S. R.	Grupo de familiares de Surdos: ...	2003
186	RODRIGUES, M. G. G.	Influência do tipo de estímulo visual na produção ...	2012
187	ROSA, A. da S.	O lugar de Formação do Intérprete de Língua de Sinais ...	2006
188	ROSA, C. G.	Comunicação da equipe de enfermagem com deficiente auditivo...	2002
189	ROSA, F. S.	Estudos Surdos: uma abordagem lingüística	2004
190	ROSA, F. S.	Literatura surda: criação e produção de imagens e textos.	2006
191	ROSA, F. S.	Sinais de Cinderela e Rapunzel: ...	2003
192	RUEGG, D.	Compreensão de leitura através de Interpretação oral: ...	1999
193	SÁ, T. M. M. de	Definiteness in Brazilian Sign Language: ...	2012

Nº	Autor	Título	Ano
194	SANTOS, L. F. dos	Do gesto do sinal na educação infantil: ...	2012
195	SILVA, D. A. N. dos S	A formal language to describe and animate ...	2012
196	SILVA, I. B. da	Solução de problemas matemáticos: estudo de caso ...	2012
197	SKLIAR, C.	Bilingual Deaf Education in the South of Brazil	2004
198	SLOMSKI, V. G.	Desenvolvendo as capacidades didáticas do educador surdo ...	2004
199	SOUSA, A. N. de	Reflexões sobre as práticas de ensino de uma professora ...	2014
200	SOUSA, A. N. de	Uma análise do fenômeno alternância de línguas na fala ...	2012
201	SOUZA, G. L. de	A manifestação da concordância nas Línguas de Sinais	2014
202	SOUZA, G. L. de	Caso e concordância em Língua de Sinais Brasileira: ...	2014
203	SOUZA, R. M. de	A Língua dos Sinais e sua Influência na educação	1987
204	SOUZA, R. M. de	Considerações preliminares sobre os impactos das conquistas ...	2013
205	SOUZA, R. M. de	Educação Especial, Psicologia do Surdo e Bilinguismo ...	1995
206	SOUZA, R. M. de	Ensino superior em Língua Brasileira de Sinais ...	2013
207	SOUZA, R. M. de	Inclusão escolar e linguagem - revisitando os PCNs ...	2001
208	SOUZA, R. M. de	Instituições linguísticas sobre a língua de sinais ...	2003
209	SOUZA, R. M. de	Língua de Sinais e Escola : considerações a partir do texto ...	2006
210	SOUZA, R. M. de	Língua de sinais e língua majoritária ...	1998
211	SOUZA, R. M. de	O instrutor surdo e o seu objeto de trabalho: ...	1996
212	SOUZA, R. M. de	O professor intérprete de língua de sinais ...	2007
213	SOUZA, S. X. de	Que os surdos ouçam	2011
214	SOUZA, S. X. de	Reflexões comparativas sobre procedimentos tradutórios ...	2014
215	SOUZA, S. X. de	Sentidos do outro lado: ...	2008
216	SOUZA, S. X. de	Uma Cinderela Surda: ...	2006
217	SOUZA, T. A. F. de	Bilinguismo e Educação Bilíngue: questões teóricas e práticas...	2012
218	SOUZA, T. A. F. de	Escola inclusiva e os direitos lingüísticos dos surdos	1997
219	SOUZA, T. A. F. de	O discurso verbo-visual na língua brasileira de sinais - Libras.	2013
220	SOUZA, T. A. F. de	Políticas públicas para a inserção da Libras na educação dos surdos	2006
221	SOUZA, T. A. F. de	Por uma proposta de Educação Bilíngue	1990
222	SOUZA, T. A. F. de	Projeto Dicionário Virtual da Libras ...	2001
223	SOUZA, V. C.	Customizando Ambientes na Web ...	2007
225	TAKAHIRA, A. G. R	Questões sobre compostos e morfologia da Libras	2012
226	TAVEIRA, C. C.	Ser ou não ser, eis a questão (ou ao menos não é a tese principal)	2012
227	TAVEIRA, C. C.	No limiar da piada surda	2012
228	VALADÃO, M. N.	Estágio supervisionado em educação de ...	2014
229	VALADÃO, M. N.	Experiências acerca do curso de extensão em Língua	2013
230	VALADÃO, M. N.	Língua brasileira de sinais e implante coclear: ...	2012
231	VALADÃO, M. N.	Língua de sinais: visualizando a recepção da linguagem	2013
232	VALADÃO, M. N.	Visualizando a elaboração da linguagem em surdos bilíngues ...	2014
233	VASCONCELLOS, M. L. B. de	Tradução e Interpretação de Língua de Sinais (TILS)	2010
234	VERDU, A. C. M. A.	Recognition of altered segments ...	2012
235	VIEIRA, M. I.	O efeito do uso de sinais na aquisição de linguagem ...	2001
236	WILLCOX, S.	A framework for unifying spoken language, signed language ...	2013
237	XAVIER, A. N.	Com quantas mãos se faz um sinal? ...	2013
238	XAVIER, A. N.	Diferentes pronúncias em uma língua não sonora? ...	2014
239	XAVIER, A. N.	Doubling of the number of hands as a resource for the expression ...	2013
240	XAVIER, A. N.	Necessity and possibility modals in Brazilian Sign Language (Libras)	2014
241	XAVIER, A. N.	Varição livre na Libras: ...	2014